

# DISSIDÊNCIAS LGBTQIAPN+ EM MOVIMENTO:

cultura, ocupação das  
cidades e questões emergentes

Marcelo Maciel Ramos

Henrique Figueiredo de Lima

Enrico Martins Poletti Jorge



  
**EXPERT**  
EDITORA DIGITAL

 **diverso**  
U F M G

Vol. II dos Anais do V Congresso  
de Diversidade Sexual e de Gênero



Durante o ano de 2025, o Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Minas Gerais, Diverso – UFMG, celebrou seus 10 anos ao promover o V Congresso Internacional de Diversidade Sexual e de Gênero. O evento retratou essa jornada do Diverso, enquanto espaço de reflexões críticas sobre gênero e sexualidade nos diferentes campos do conhecimento.



O encontro foi marcado pela construção intelectual coletiva, unindo pesquisadores(as), militantes, políticos(as), dentre outros(as) interessados(as) em debater os direitos e as vivências que atravessam as mulheres e as pessoas LGBTQIA+. Desse diálogo, mais de 150 resumos foram submetidos e apresentados em 10 Grupos de Trabalho. Ao final, foram enviados 32 artigos completos, os quais se encontram reunidos nestes anais, divididos em 3 volumes: "Dissidências LGBTQIAPN+ em movimento: cultura, ocupação das cidades e questões emergentes", "Direito, gênero e sexualidade: desafios e resistências" e "Feminismo, trabalho e cuidado".

Os artigos representam os esforços de pesquisadores e pesquisadoras, em diferentes etapas da vida acadêmica, para pensar e transformar a realidade social. Estes trabalhos evidenciam, ainda, os avanços observados no campo das pesquisas em gênero e sexualidade. Agradecemos às autoras e aos autores que se dedicaram à elaboração desses textos.

O Diverso UFMG reafirma, nessa obra, o compromisso que assumiu há 10 anos com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e diversa, estreitando os laços entre a academia, o ativismo e as instituições políticas. Temos como objetivo ajudar a erguer um contexto no qual todos e todas possamos viver com dignidade e liberdade, explorando as possibilidades de nossos corpos, gêneros e práticas sexuais. Esperamos que estes artigos inspirem novas reflexões às leitoras e aos leitores.

**DISSIDÊNCIAS LGBTQIAPN+ EM MOVIMENTO:  
CULTURA, OCUPAÇÃO DAS CIDADES  
E QUESTÕES EMERGENTES**

**Direção Executiva:** Luciana de Castro Bastos  
**Direção Editorial:** Daniel Carvalho  
**Diagramação e Capa:** Editora Expert  
A regra ortográfica usada foi prerrogativa do autor



Todos os livros publicados pela Expert Editora Digital estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 BY-SA. <https://br.creativecommons.org/>  
"A prerrogativa da licença creative commons 4.0, referencias, bem como a obra, são de responsabilidade exclusiva do autor"

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

RAMOS, Marcelo Maciel. LIMA, Henrique Figueiredo de. JORGE, Enrico Martins Poletti.  
Dissidências LGBTQIAPN+ em movimento: cultura, ocupação das cidades e questões emergentes / organizado por Marcelo Maciel Ramos, Henrique Figueiredo de Lima, Enrico Martins Poletti Jorge. – Belo Horizonte, MG: Editora Expert, 2026.  
246 p. : il.  
(Anais do V Congresso Internacional de Diversidade Sexual e de Gênero ; v. 2)  
ISBN: 978-65-6006-276-4

Diversidade sexual. 2. Identidade de gênero. 3. Sociologia urbana – Aspectos sociais. 4. Cultura e sociedade. 5. Direitos humanos. I. Ramos, Marcelo Maciel, org. II. Lima, Henrique Figueiredo de, org. III. Jorge, Enrico Martins Poletti, org. IV. Título. V. Série.  
CDD: 306.76 CDU: 316.35-055.3  
Modo de acesso: <https://experteditora.com.br>

### Índices para catálogo sistemático:

Sociologia / Diversidade Sexual e de Gênero – 306.76 / 316.35-055.3

[experteditora.com.br](https://experteditora.com.br)  
[contato@editoraexpert.com.br](mailto:contato@editoraexpert.com.br)





**Prof. Dra. Adriana Goulart De Sena Orsini**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Prof. Dr. Alexandre Miguel  
Cavaco Picanco Mestre**

Universidade Autónoma de Lisboa, Escola.  
Superior de Desporto de Rio Maior, Escola.  
Superior de Comunicação Social (Portugal),  
The Football Business Academy (Suíça)

**Prof. Dra. Amanda Flavio de Oliveira**

Universidade de Brasília - UnB

**Prof. Dr. Carlos Raul Iparraguirre**

Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales,  
Universidad Nacional del Litoral (Argentina)

**Prof. Dr. César Mauricio Giraldo**

Universidad de los Andes, ISDE, Universidad  
Pontificia Bolivariana UPB (Bolívia)

**Prof. Dr. Eduardo Goulart Pimenta**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.  
e PUC - Minas

**Prof. Dr. Gladston Mamede**

Advogado e escritor

**Prof. Dr. Francisco Satiro**

Faculdade de Direito da USP - Largo São  
Francisco

**Prof. Dr. Gustavo Lopes Pires de Souza**

Universidad de Litoral (Argentina)

**Prof. Dr. Henrique Viana Pereira**

PUC - Minas

**Prof. Dr. Javier Avilez Martínez**

Universidad Anahuac, Universidad  
Tecnológica de México (UNITEC), Universidad  
Del Valle de México (UVM) (México)

**Prof. Dr. João Bosco Leopoldino da Fonseca**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

**Prof. Dr. Julio Cesar de Sá da Rocha**

Universidade Federal da Bahia - UFBA

**Prof. Dr. Leonardo Gomes de Aquino**

UnICEUB e UniEuro, Brasília, DF.

**Prof. Dr. Leonardo Ferreira Vilaça**

Universidade de Itaúna – UIT e Universidade  
do Estado de Minas Gerais – UEM

**Prof. Dr. Luciano Timm**

Fundação Getúlio Vargas - FGVSP

**Prof. Dr. Mário Freud**

Faculdade de direito Universidade  
Agostinho Neto (Angola)

**Prof. Dr. Marcelo Andrade Féres**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Prof. Dr. Omar Jesús Galarreta Zegarra**

Universidad Continental sede Huancayo,  
Universidad Sagrado Corazón (UNIFE),  
Universidad Cesar Vallejo. Lima Norte (Peru)

**Prof. Dr. Rafael Soares Duarte de Moura**

Universidade Estadual De Montes Claros

**Prof. Dr. Raphael Silva Rodrigues**

Centro Universitário Unihorizontes  
e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Prof. Dra. Renata C. Vieira Maia**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Prof. Dr. Rodolpho Barreto Sampaio Júnior**

PUC - Minas e Faculdade Milton Campos

**Prof. Dr. Rodrigo Almeida Magalhães**

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.  
PUC - Minas

**Prof. Dr. Thiago Penido Martins**

Universidade do Estado de  
Minas Gerais - UEMG



## **ORGANIZAÇÃO**

Marcelo Maciel Ramos  
Henrique Figueiredo de Lima  
Enrico Martins Poletti Jorge

## **AUTORES**

Ana Lucia Barbosa Moraes

Bruno da Silva Campos

Edmarcius Carvalho Novaes

Gabriel da Cruz Ventura

Ibi Monte

João Pedro Martins Silveira

José Enzo Soares dos Santos

Maria Clara Borges Rodrigues

Marina de Oliveira Lúcio

Matheus Henrique Junqueira de Moraes

Mirelli Aparecida Neves Zimbrão

Pedro Henrique M. Santos

Sandro Ka

Sheysa Alves Gonçalves

Suely Maria Rodrigues

Thiago da Silva Gabr



## APRESENTAÇÃO

O presente livro é fruto de uma publicação tripla, que reúne trabalhos apresentados no V Congresso Internacional de Diversidade Sexual e de Gênero, organizado pelo Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero da Universidade Federal de Minas Gerais, o Diverso-UFMG, que foi sediado na Faculdade de Direito da UFMG (V-CIDSG), com início em 30 de abril e encerramento no dia 2 de maio de 2025. Este volume foi intitulado *Dissidências LGBTQIAPN+ em movimento: questões emergentes nos estudos de gênero e sexualidade* e reúne trabalhos que partem de perspectivas inovadoras, ou versam sobre temáticas incipientes, promovendo contribuições significativas para o campo dos estudos de gênero e sexualidade.

O V Congresso celebrou os 10 anos do DIVERSO-UFMG e promoveu espaços para reflexões críticas sobre gênero e sexualidade nos distintos campos do conhecimento. O evento reuniu pesquisadoras/es/os, ativistas e pessoas interessadas em estudos de gênero e sexualidade, que articularam debates interdisciplinares sobre cuidado, violência, trabalho, feminismos, crítica queer e pensamento jurídico, evidenciando a vitalidade acadêmica e política dos temas em debate.

Os trabalhos que compõem esta obra foram apresentados e debatidos em quatro Grupos de Trabalho, que refletem a pluralidade temática e metodológica das pesquisas. O GT *Direitos LGBTI+: abordagens, práticas, reflexões e conceitos*, abordou investigações que se dedicaram à compreensão dos desafios e horizontes dos Direitos LGBTI+, com ênfase em sua promoção, proteção e visibilidade. O GT *Cultura, Educação, mídia e arte: dissidências de gênero e sexualidade em movimento*, reuniu análises interdisciplinares sobre práticas e vivências culturais, representações e pedagógicas críticas. Por sua vez, o GT *Política identitária, pós-identitária e a crítica queer ao Direito e ao Estado*, promoveu um debate teórico sobre os limites e possibilidades das categorias identitárias frente às estruturas jurídicas e políticas contemporâneas. Por fim, o GT *religião e dissidências sexuais*

*e de gênero*, abordou as tensões entre religião e pessoas de gêneros e sexualidades dissidentes, evidenciando a complexidade dos processos de reconhecimento e resistência nesses contextos.

Agrupar e publicizar esses trabalhos em um só volume é uma forma de visibilizar o potencial de inovação e transformação do campo acadêmico que é produzido em eventos acadêmicos como o V-CIDSG. A potencialidade do encontro foi marcada pelas trocas entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e momentos da trajetória científica, que garantiram a possibilidade de discutir seus temas de pesquisa com nomes de referência na comunidade acadêmica, auxiliando na produção de novas formas de pensar a pesquisa e na construção de novos diálogos teóricos, metodológicos e epistêmicos, que não seriam possíveis fora do cenário do evento.

Para começar temos uma provocação de João Pedro Martins Silveira, que em seu texto *Reflexões sobre os “sujeitos de direitos” e adolescências dissidentes de gênero*, nos propõe uma reflexão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente a partir das vivências de adolescentes trans e travestis que passaram pelo sistema socioeducativo. O texto faz uma crítica ao conceito de “sujeito de direitos”, reconhecendo como heranças do Código de Menores ainda impossibilitam a plena efetivação do ECA e podem ser observadas em adolescentes em situação de vulnerabilidade social, principalmente por adolescentes trans que ainda se encontram em uma posição extremamente limiar na própria concepção das ideias de infância.

Já em *Sexualidade Mediada: Práticas, Preferências e Plataformização nos Apps de Relacionamento*, somos convidados pelo autor Pedro Henrique M. Santos a embarcar no universo dos aplicativos de relacionamento, especialmente nos relatórios produzidos por essas plataformas a partir dos dados e padrões de comportamento de seus usuários. Santos propõe que esses relatórios não são relevantes somente por sua extensão amostral e discussão de tópicos pouco usuais para pesquisas quantitativas, mas também por serem uma janela para a coleta e instrumentalização de dados que é operada por plataformas de relacionamento, nos levando a questionar a extensão do impacto

que essas tecnologias possuem na forma como estruturamos nossos relacionamentos afetivos e mesmo nossos comportamentos sexuais.

Você já parou para pensar em como é a experiência de um homem trans quando esse começa a frequentar banheiros masculinos? O que significa para esse corpo, quando ele adentra um espaço e encontra um espaço tomado por mictórios? Essa é a cena que introduz o texto *Convocatória ensaística: veja milhões de mictórios quebrados!*, de Ibi Monte. Em seu ensaio, o autor recorre à imagem do mictório quebrado como uma forma de revolta, contra os códigos de masculinidade cisheteronormativos inscrito na forma como construímos e utilizamos banheiros masculinos. Partindo de uma reconstrução histórica da origem francesa do mictório, até a criminalização de corpos transmasculinos que são obrigado a usar banheiros femininos pela inadequação dos espaços dedicados ao gênero com que se identificam, Monte produz um panorama sobre uma das questões mais polêmicas da atualidade, mas descentrando a vivência cisgênera da discussão, compreendendo como o banheiro pode ser visto como um mecanismo de exclusão e violência para corpos trans.

A vivência da religiosidade como uma dimensão da vida humana é um direito que foi retirado de muitas mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, que ao se confrontar com o poder pastoral e visões engessadas do cânone cristão, eram obrigadas a aceitar uma visão de Deus inflexível ou a deixar o espaço religioso. Para dar contornos mais otimistas a esse conflito Marina de Oliveira Lúcio nos presenteia com seu texto *Polidoxia como abordagem de resgate das dissidências no âmbito da fé*, a partir da recuperação do conceito de Polidoxia, ou seja, a ideia de que não existe uma revelação única do sagrado, a autora discute a possibilidade de uma relação de fé marcada pela multiplicidade e relacionalidade, destituindo o universalismo impositivo do poder pastoral e possibilitando uma vivência de novas espiritualidades, visibilizando formas não hegemônicas de fé que são produzidas a partir de vivências dissidentes.

A forma como pessoas LGBTQIAPN+ são representadas na mídia de grande alcance possui consequências políticas, sociais e econômicas

diretas para esse público, então, existe uma demanda constante por mapear e compreender os esforços da mídia de enquadrar essas realidades. Em *Narrativas dissidentes: como está a situação da população LGBTQIAPN+ na mídia de Governador Valadares?*, escrito por Gabriel da Cruz Ventura, Suely Maria Rodrigues e Edmarcius Carvalho Novaes, somos convidados a observar como os dois principais canais de notícia da cidade de Governador Valadares vem tratando as questões da comunidade LGBTQIAPN+, desde notícias sobre casos de violência homofóbica, até a cobertura de eventos como a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ da cidade, entendendo como esses canais promovem um esvaziamento das questões políticas do debate e não se comprometem com uma visão mais plural e inclusiva da cidade.

Você sabe o que é Netnografia? Essa forma de repensar a técnica etnográfica para representar os fenômenos do espaço virtual vem se tornando cada vez mais comum no campo acadêmico, principalmente num momento em que as redes sociais são um espaço de dinâmicas sociais e culturais das mais diversas pautas e comunidades. Esse método foi instrumentalizado por Bruno da Silva Campos e Mireli Aparecida Zimbrão na escrita do artigo *Entre likes e preconceitos: cartografando (r)existências lgbtqiap+ na contemporaneidade*, que acompanhou posts realizados no TikTok, Reddit, Threads e X, que versavam sobre temáticas próprias a comunidade LGBTQIAPN+, compreendendo como esses espaços de interação fomentam dinâmicas de subjetivação, empoderamento e enfrentamento a violência LGBTQIófica.

Em *Gênero, sexualidade e direito à cidade: estádios de futebol como espaços cisheteronormativos e arenas de luta LGBTI+ pela democratização do espaço urbano*, Maria Clara Borges Rodrigues e Matheus Henrique Junqueira de Moraes analisam como os estádios de futebol, historicamente estruturados sob uma lógica patriarcal e cisheteronormativa, refletem as desigualdades de gênero e sexualidade que estruturam o processo de urbanização capitalista. A partir do conceito de “direito à cidade”, em diálogo com o feminismo crítico e o materialismo histórico-dialético, a pesquisa demonstra que os estádios de futebol, tradicionalmente excludentes, têm se tornado

arenas de resistência e visibilidade política, por meio da formação e atuação de coletivos LGBTI+, com destaque para o Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+, cuja mobilização tem denunciado a LGBTIfobia e promovido práticas inclusivas no futebol brasileiro. O artigo revela que a luta pela democratização dos estádios de futebol é indissociável da luta por cidades mais justas e plurais.

No oitavo capítulo, intitulado *Dinâmicas de Sociabilidades LGBTQIAPN+ na história oficial de Governador Valadares*, Gabriel da Cruz Ventura, Suely Maria Rodrigues e Edmarcius Carvalho Novaes investigam a ausência de registros formais de experiências e contribuições da população LGBTQIAPN+ na memória da cidade de Governador Valadares. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, revelam como o registro oficial privilegia sujeitos conservadores, como empresários, militares e elites, enquanto silencia grupos dissidentes. A pesquisa demonstra que essa exclusão reflete a estrutura social conservadora, patriarcal e latifundiária que moldou Governador Valadares, contribuindo para a marginalização da população LGBTQIAPN+ na cidade. Além de analisar o apagamento histórico, o estudo aponta o enfraquecimento das políticas públicas e dos espaços de resistência contemporâneos, evidenciando a continuidade da invisibilidade LGBTQIAPN+ no cenário cultural e urbano local, ressaltando a urgência de recuperar e valorizar essas memórias como parte legítima da memória da cidade.

José Enzo Soares dos Santos e Ana Lúcia Barbosa Moraes, no nono capítulo, intitulado *Corpos em movimento: a comunidade ballroom e o direito à cidade em Natal*, analisam como a cena *ballroom*, estruturada historicamente por corpos dissidentes, se afirma, na cidade de Natal, como prática estética, comunitária e politicamente performativa na disputa do espaço urbano. A partir de revisão bibliográfica e pelo método da observação participante, nos anos de 2024 e 2025, a pesquisa descreve a organização das *houses*, eventos e a circulação das *balls* por diferentes territórios, como universidades, praças, terreiros e boates, e demonstra a produção do sentimento de pertencimento, formação de redes de cuidado e construção de um direito á cidade

encarnado nos gestos, encontros e deslocamento. Ao reinscrever esses corpos no campo do visível, a comunidade *ballroom* subverte a lógica cisheteronormativa e a homogeneização do urbano, criando léxicos e sociabilidades próprias, que transformam espaços, antes excludentes, em territórios de presença e afirmação. O capítulo conclui que essas ocupações operam como comunicação política corporificada, capaz de reconfigurar usos, memórias e significados da cidade, deslocando as margens para o centro e abrindo horizontes para outros meios de habitar o comum.

Em *Coreografias políticas de uma mulher trans no interior do estado do Rio de Janeiro*, Sheysa Alves Gonçalves e Thiago da Silva Gabr reconstróem, a partir de uma chave etnobiográfica, a trajetória de Kará Márcia, primeira mulher trans eleita e reeleita vereadora em Natividade, interior do Rio de Janeiro. A pesquisa navega pela história de Kará Márcia, que, apesar das violências, se inseriu publicamente pela dança, pelo trabalho de cuidado e pela popularidade local, que permitiu a construção de campanhas vitoriosas de baixo custo, ancoradas em redes afetivas. Com base em entrevista filmada para o documentário *TRANSbordar* (2024) e em aportes da teoria queer, o estudo evidencia como a presença performativa de Kará Márcia tensiona a cisheteronormatividade das instituições, reinscreve o corpo trans no campo da representação e afirma uma ética política do cuidado, da escuta e da coletividade. Ao evidenciar as coreografias sociais e políticas que possibilitaram sua eleição, o texto combate estigmas, amplia o debate sobre direitos LGBTI+ e demonstra que outras formas de fazer política, mais populares, sensíveis e democráticas, são possíveis e estão em curso.

A obra se encerra com o artigo *Mixagem, contradição e ruptura: artistas mineiros/as/es no projeto “A Coisa dRag”*, de Sandro Ka. O texto reconstrói a experiência da exposição “A Coisa dRag” e propõe a “dragficação” como chave de leitura da arte contemporânea. A partir do fenômeno drag, artistas de diferentes gerações e campos das artes ocuparam a galeria, articulando corpo, cultura pop/camp/kitsch e linguagens artísticas. O texto descreve obras e gestos que tensionam

normas de gênero, embaralham códigos visuais e mobilizam afetos, situando a exposição como dispositivo de comunicação e validação no circuito das artes. Ao defender o fenômeno drag como marcador estético-político decolonial, o artigo afirma a galeria como palco de resistência e produção de mundos possíveis.

Este volume, primeiro da coletânea que congrega parte das pesquisas apresentadas no V Congresso Internacional de Diversidade Sexual e de Gênero, reúne trabalhos que reafirmam a densidade epistemológica e política dos estudos de gênero e sexualidade. As pesquisas, relatos e ensaios compõem um mosaico de experiências e reflexões que tensionam fronteiras entre arte, política, memória e direitos, produzindo deslocamentos teóricos e práticos fundamentais para o pensamento contemporâneo sobre dissidências LGBTQIAPN+, cultura, cidade e distintas questões emergentes. Os trabalhos se afirmam como gestos de resistência e de produção de conhecimento situados, que desafiam o conhecimento hegemônico e reinscreve corpos e existências dissidentes no campo da visibilidade e da legitimidade acadêmica. Assim, este livro consolida-se como um espaço de interlocução crítica e de proposição de novas formas de pensar e habitar o mundo, reafirmando o compromisso com uma ciência socialmente implicada, plural e transformadora.

Marcelo Maciel Ramos  
Henrique Figueiredo de Lima  
Enrico Martins Poletti Jorge



## SUMÁRIO

Reflexões sobre os “sujeitos de direitos” e adolescências dissidentes de gênero .....	19
<i>João Pedro Martins Silveira</i>	
Sexualidade mediada: práticas, preferências e plataformização nos apps de relacionamento .....	43
<i>Pedro Henrique M. Santos</i>	
Convocatória ensaística: veja milhões de mictórios quebrados! <i>Llamado ensayístico: ivean millones de urinarios rotos!</i> .....	63
<i>Ibi Monte</i>	
Polidoxia como abordagem de resgate das dissidências no âmbito da fé.....	77
<i>Marina de Oliveira Lúcio</i>	
Narrativas dissidentes: como está a situação da população LGBTQIAPN+ na mídia de Governador Valadares? .....	99
<i>Gabriel da Cruz Ventura, Suely Maria Rodrigues, Edmarcius Carvalho Novaes</i>	
Entre likes e preconceitos: cartografando (r)existências lgbtqiap+ na contemporaneidade.....	121
<i>Bruno da Silva Campos, Mirelli Aparecida Neves Zimbrão</i>	
Gênero, sexualidade e direito à cidade: estádios de futebol como espaços cisheteronormativos e arenas de luta LGBTI+ pela democratização do espaço urbano.....	143
<i>Maria Clara Borges Rodrigues, Matheus Henrique Junqueira de Moraes</i>	
Dinâmicas de Sociabilidades LGBTQIAPN+ na história oficial de Governador Valadares.....	167
<i>Gabriel da Cruz Ventura, Suely Maria Rodrigues, Edmarcius Carvalho Novaes</i>	
Corpos em Movimento: A Comunidade Ballroom e o Direito à Cidade em Natal .....	191
<i>José Enzo Soares dos Santos, Ana Lucia Barbosa Moraes</i>	

Coreografias políticas de uma mulher trans no interior do estado do rio de janeiro ..... 213

*Sheysa Alves Gonçalves, Thiago da Silva Gabr*

Mixagem, contradição e ruptura: artistas mineiros/as/es no projeto "A coisa dRag" ..... 231

*Sandro Ka*

# REFLEXÕES SOBRE OS “SUJEITOS DE DIREITOS” E ADOLESCÊNCIAS DISSIDENTES DE GÊNERO<sup>1</sup>

João Pedro Martins Silveira<sup>2</sup>

## Resumo

O trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, realizada com o intuito de propor reflexões sobre a categoria “sujeitos de direitos”, a partir da articulação das produções acadêmicas sobre os temas dos direitos da infância e juventude, assim como das críticas *queer* ao direito. O diálogo desses dois campos é um passo teórico inicial para calibrar a lente de análise, trazendo outra perspectiva para se pensar os direitos das crianças e adolescentes em face de sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade, com ênfase na experiência de adolescentes trans e travestis na justiça infanto-juvenil.

**Palavras-chave:** Sujeito de direitos. Infância e juventude. Gênero e sexualidade. Adolescentes trans e travestis.

## Abstract

This paper presents a literature review aimed at critically examining the category of “subjects of rights” by bridging scholarly debates on children’s and youth rights with queer critiques of law. By fostering a dialogue between these fields, this work establishes a preliminary theoretical framework to recalibrate analytical approaches to children’s rights. Specifically, it proposes an alternative perspective for understanding the rights of children and adolescents in relation to gender and sexually dissident subjects, with particular attention to the experiences of trans and *travesti* youth within the juvenile justice system.

---

1 O trabalho foi realizado com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) por meio de bolsa concedida ao autor.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, vinculado ao projeto coletivo “Gênero, sexualidade e direito”.

**Keywords:** Subject of law. Childhood and youth. Gender and sexuality. Trans and travesti adolescents.

## INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e da Juventude (ECA) (Brasil, 1990) ainda é o maior marco normativo brasileiro no que concerne os direitos de crianças e adolescentes. A legislação inaugurou uma nova forma de se pensar direitos para a infância e a juventude e é visto como uma grande conquista por aqueles que denunciavam as violações cometidas sob o respaldo do Código de Menores (Brasil, 1927). Ainda assim, 35 anos após a sua promulgação, os desafios relacionados à sua efetivação continuam a ser observados por estudos que buscam analisar a justiça infanto-juvenil e as políticas voltadas para crianças e adolescentes sob uma perspectiva crítica.

Um desses desafios é relacionado à condição de sujeitos de direitos de crianças e adolescentes, expressamente reconhecida pelo Estatuto (Brasil, 1990) em um esforço de romper com o paradigma anterior onde se destacava a figura do “menor”. Sob diferentes ângulos e análises empíricas, parece ainda haver um descolamento entre as práticas de agentes e instituições que lidam com a infância e a juventude e as previsões legais do ECA. É isso que será explorado neste trabalho, porém, indo um pouco além e articulando outro ponto de vista crítico que possibilita questionamentos sobre a figura dos “sujeitos de direitos”.

Os estudos *queer*, assim como os estudos de gênero, já há algum tempo denunciam os problemas que a categoria “sujeito de direito” – e o direito como um todo – possuem. Enquanto lente de análise radicalmente crítica, fornece uma nova forma de enxergar os direitos da infância e juventude e seus desafios. Essa aproximação entre os estudos da infância e juventude e os estudos *queer* não é realizada com frequência, mas acredito que pode ser frutífera para desvelar certas dinâmicas dos direitos das crianças e dos adolescentes que permanecem

ocultas nas discussões que são mais comumente realizadas sobre as suas dificuldades de efetivação. Assim, é possível propor reflexões sobre essa condição de sujeitos de direitos reconhecida pelo ECA e como isso ressoa na experiência de adolescentes trans e travestis em conflito com a lei.

## **1 A CONDIÇÃO DE “SUJEITOS DE DIREITOS” DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Fruto de discussões e normativas de âmbito nacional e internacional, foi promulgado em 1990 o ECA, que logo em seu primeiro artigo deixou evidente e consolidou, no plano legislativo, a adoção de um modelo que visa a proteção integral da infância e juventude. Nesse sentido, um dos aspectos mais importantes da Lei 8.069/1990, ressaltado por autores do campo dos estudos da infância e juventude como Konzen (2007) e Saraiva (2016), foi ter rompido com o Código de Menores e inaugurado o paradigma da proteção integral. Mais do que uma face puramente normativa, a doutrina da proteção integral é vista por alguns autores como um “conjunto conceitual, metodológico e jurídico que nos permite compreender e abordar as questões relativas às crianças e aos adolescentes sob a ótica dos direitos humanos, dando-lhes a dignidade e o respeito do qual são merecedores” (Volpi, 2002 apud Saraiva, 2016, p. 67).

A alteração do paradigma instaurou, entre outras coisas, o reconhecimento “na criança e no adolescente, da condição de sujeitos com direitos especiais em face da diferença” (Konzen, 2007, p. 15). Segundo Konzen (2007), o viés tutelar e menorista próprio do Código de Menores foi revogado com o ECA, que deixou de adotar a categoria “menor” e inaugurou um novo cenário onde, pela primeira vez, surgiu a ideia de universalidade de direitos que se estende à toda infância e juventude.

O enaltecimento do ECA se dá em um contexto de comparação e superação do Código de Menores, que esteve vigente desde 1927 e

passou por algumas mudanças nada substanciais em 1979, durante o período da ditadura militar. A antiga legislação tinha como marco a doutrina da situação irregular, regida pelo binômio carência/delinquência (Saraiva, 2016), ou abandonado/infrator (González, 2015), com aspectos higienistas, repressivos e moralistas, cujos maiores alvos eram crianças e adolescentes negras e suas famílias (Lima; Veronese, 2009). Vale ressaltar que os “menores” não eram todas as crianças e adolescentes, mas somente aquelas que se encontravam em “situação irregular”:

O Código de Menores (tanto o de 1927 como o de 1979) definia assim menores em “situação irregular”: 1) privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, mesmo que eventualmente, por negligência dos pais; 2) vítimas de maus tratos; 3) em perigo moral ou por se encontrarem em ambiente inadequado ou por ser explorado contrariamente aos bons costumes; 4) por estarem privados de representação ou assistência legal, ante a ausência dos pais; 5) apresentarem desvio de conduta; 6) e serem autores de ato infracional (Rizzini, 2002, p. 71).

Esse grupo amplo, determinado por termos pouco precisos e altamente discriminatórios, era objeto de todo tipo de intervenção coercitiva por parte do Estado (Beloff, 1999), que fundamentava suas ações na necessidade de “salvar a infância”, assim como pela relação que era feita, inclusive na mídia, entre menoridade, delinquência e criminalidade nos centros urbanos (Saraiva, 2016).

O Código de Menores tinha uma grande proximidade com a Escola Positiva de Direito Penal, ou criminologia positiva e as áreas dos saberes que a compunham, como medicina legal e higienista, psiquiatria e psicologia, o que ficava evidente a partir das perspectivas similares quanto à questão da delinquência (Brito 2007). O próprio autor do projeto, Mello Mattos, dizia que a legislação surgiu a partir do

“trabalho de juristas, sociólogos e médicos profundamente envolvidos com a ‘questão do menor’ e dedicados aos estudos da ‘delinquência juvenil’ e seus ‘remédios’” (Brito, 2007, p. 66). Talvez o ápice dessa influência seja revelado pela própria figura do “menor”, que foi a forma institucionalizada de deslocar a atenção dos atos infracionais e demais situações irregulares apontadas no Código de Menores e focar nesses jovens identificados como “menores”, em uma emulação do que se propunha a Escola Positiva, de deslocar o foco do crime para o criminoso.

O discurso em torno da Justiça de Menores assumia sempre contornos de uma profunda preocupação com a infância, demarcando veementemente o seu distanciamento do direito penal e ressaltando seu caráter familiar, supostamente educativo e protetivo (Brito, 2007). Lemos Britto (1924), ainda antes da instituição do Código de Menores, bem expressou algumas das características que vieram a ser incorporadas pela legislação. Para ele, a “delinquência juvenil” deveria ser tratada fora do direito criminal, dentro de tribunais especiais para o julgamento dos menores, nos quais os juízes deveriam ser calmos, amorosos e dedicados, como um “juiz-pai” (Britto, 1924, p. 79). Na prática, o Código de Menores e a cultura jurídica instituída em seu entorno concedia uma grande margem de arbitrariedade aos magistrados, resultando na mitigação de garantias legais sob o pretexto de que era necessário “proteger” os menores a qualquer custo (Beloff, 1999).

Era uma legislação com um caráter ambíguo, o que podia ser observado na forma como os operadores do direito representavam o menor: às vezes como perigoso, que deveria ser detectado e disciplinado, outras como um inocente a ser recuperado (Brito, 2007). Daniella Borges (2023) apontou como o distanciamento entre o direito do menor e o direito penal se dava somente de forma retórica, sendo, na realidade, uma legislação ambígua pautada no “binômio proteção-punição”. Apesar do caráter familiar, educativo, protetivo e assistencialista, o Código de Menores também apresentava castigos a serem aplicados aos jovens – e às suas famílias – que violavam as

normas. Assim, as práticas e decisões dos Juizados de Menores refletiam a forma como a proteção e a punição operavam de forma concomitante sobre aqueles cuja situação era considerada irregular.

Dentro desse quadro onde são notadas duplicidades e ambiguidades da legislação, o que fica evidente é que os “menores” eram tidos como objetos das normas e das ações do Estado, sendo vistos como incapazes, sem opiniões ou vontades relevantes (Beloff, 1999). Assim, fruto de movimentações políticas da sociedade civil, impulsionadas por construções de direitos humanos em âmbito nacional e internacional, fica incontestável a importância do ECA e seu esforço em romper com a ordem previamente instaurada pelo Código de Menores (Saraiva, 2016). É fácil ver a relevância da conquista da condição de sujeitos da infância e da juventude, com uma grande lista de direitos e previsões legais que devem ser observadas, especialmente quando o Estado busca intervir sobre crianças, adolescentes e suas famílias.

Mas nem tudo são flores. Emílio Méndez (2016) chamou atenção para o que ele chama de “dupla crise do Estatuto da Criança e do Adolescente”, que passa tanto pelo campo da implementação quanto da interpretação. O primeiro, segundo o autor, diz respeito ao financiamento deficitário destinado às políticas sociais básicas, como por exemplo em saúde, educação e na assistência social, o que gera um ciclo de denúncias sobre o mau uso dos recursos financeiros no âmbito dessas políticas e acaba por legitimar reduções e investidas ainda maiores contra o ECA.

Já o segundo campo é ainda mais complexo, pois é de natureza político-cultural, e diz respeito à aplicação do próprio ECA a partir de padrões e valores que remetem à doutrina da situação irregular. Aqui, existe uma relação com o que Konzen (2007) e Saraiva (2016) apontam sobre as dificuldades de efetivação da legislação e da própria condição de sujeitos de direitos de crianças e adolescentes.

## 2 SUJEITOS PELA METADE DE DIREITOS

Nicácio e Vidal (2017) chamaram a atenção para como autores que dedicaram seus estudos à questão de crianças e adolescentes em conflito com a lei não deram muita atenção para como a condição de “sujeitos de direitos” de adolescentes autores de atos infracionais parecem ser ainda muito frágil no contexto da justiça infanto-juvenil. É verdade que isso não constitui um aspecto central das obras de autores como Konzen (2007) e Saraiva (2016), que não se atentam à dados empíricos sobre as condições de adolescentes no sistema socioeducativo, mas ambos dedicaram ao menos uma pequena parte dos seus trabalhos aos problemas e desafios que notaram diante da nova legislação.

Konzen (2007) notou a presença de marcas preocupantes do paradigma da situação irregular nas interpretações e nas práticas dos operadores do direito da infância e juventude, de forma que, mesmo com a virada linguística instaurada pelo ECA, “o pensar e o fazer expressavam-se, e assim continuam a se expressar, no ritmo da exata continuidade das rotinas do paradigma revogado” (2007, p. 29). Para ilustrar essa constatação, o autor cita a existência de jurisprudências que determinam medidas de privação de liberdade aos adolescentes utilizando como justificativa a necessidade de protegê-los, reeducá-los e ressocializá-los, mitigando suas garantias legais. Mas além do plano da prática, também reconheceu que ainda existem insuficiências na legislação que mantêm os resquícios da subjetividade antigarantista própria do Código de Menores.

Saraiva (2016) foi quem levou essa crítica mais à frente e chamou atenção para o princípio do superior interesse da criança, positivado pelo ECA, chamando-o de “Cavalo de Troia da Doutrina Tutelar” (2016, p. 80). Ele retomou o surgimento do princípio ainda na Justiça de Menores, como “princípio do superior interesse do menor”, desaprovando a indeterminação quanto ao seu conteúdo desde aquela época. Segundo o autor, é um instituto jurídico que, na prática, pode ser – e muitas vezes foi – utilizado para justificar todo tipo de decisão

prejudicial para crianças e adolescentes pautada na necessidade de “protegê-los” a qualquer custo, mesmo contra as garantias legais. Para Saraiva (2016), é um recurso que serve, no atual paradigma, para fundamentar decisões que se alinham à doutrina da situação irregular e que “se sustenta exatamente sobre a lógica da incapacidade do menor, subtraindo-lhe a condição de sujeito” (2016, p. 82).

Ainda assim, existe uma explicação possível para a manutenção desse princípio. O ECA surgiu de uma série de articulações, discussões e negociações entre diferentes grupos, dentre os quais se destacavam os “menoristas”, que defendiam o modelo do Código de Menores, e os “garantistas”, favoráveis a mudanças que dessem mais garantias legais às crianças e adolescentes. Ana Claudia Cifali e Mariana Santos (2019) chamaram a atenção para esse processo de formação, concluindo que a legislação acabou aderindo à posicionamentos de ambos os lados, resultando em um modelo que, na realidade, apresenta rupturas e continuidades em relação ao ordenamento prévio.

É nesse contexto que diferentes autores começaram a denunciar como as práticas atuais da justiça infanto-juvenil parecem, muitas vezes, se alinhar com as disposições do Código de Menores. Para tratar desse fenômeno, Emílio Méndez (2012) utiliza o termo “neomenorismo” e diz que a expressão pretende “descrever, e se for possível compreender, em maior profundidade, posições atuais que significam uma verdadeira regressão às origens da cultura menorista do início do século XX” (2012, p. 166). Nesse sentido, o autor indicou que neomenoristas são pessoas (acadêmicos, operadores do direito, agentes da justiça infanto-juvenil) que se opõem às disposições que resultam em um reconhecimento de fato de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, gerando uma série de ambiguidades na legislação e na prática jurídica.

Daniella Borges (2023, p. 186) também identificou que essa ambiguidade se relaciona diretamente com a legislação menorista e com as práticas dos Juizados de Menores. Para ela, o “binômio proteção-punição”, que se caracteriza pela articulação entre uma suposta proteção e características repressivas provenientes da criminologia

positiva, sobreviveu à revogação do Código de Menores e continua a se alastrar na justiça infanto-juvenil. A autora demonstrou como as ações cotidianas dos aparatos estatais que registram situações de “bom” e “mau” cuidado produzem práticas protetivas, vigilantes e punitivas sobre crianças e suas famílias sob o pretexto de analisar “situações de risco” e definir o “melhor destino” para elas (Borges, 2023).

Assim, entre circuitos e práticas ambíguas de proteção-punição, que evocam o paradigma da situação irregular e mostram que o menorismo não saiu de cena, a condição de sujeitos de direitos das crianças e adolescentes parece ser ignorada. Mas não é somente pela chave do neomenorismo que é possível perceber as dificuldades de efetivação do *status* de sujeitos de direitos da infância e juventude.

As perspectivas de autoras que visam pensar os direitos reprodutivos e sexuais de crianças e adolescentes trazem contribuições nesse sentido. Isso porque considerar que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos perpassa também pela garantia de que elas tenham direito de manifestar livremente a própria vontade, sem estarem submetidas a violências ou pressões externas, no que toca à realização de aborto nos casos permitidos pela lei penal. Fornari *et al.* (2022) definem como gravidez infantil forçada quando “uma menina menor de 14 anos engravida sem consentimento e tem o acesso ao aborto legal dificultado ou negado” (2022, p. 2) e destacam como as diferentes opiniões – de profissionais envolvidos diretamente ou não – sobre o que deve ser feito disputam a centralidade nesses casos em detrimento da voz e da vontade da vítima.

As autoras fazem referência a um acontecido que ganhou muito espaço na mídia brasileira em 2020, de uma criança de dez anos, vítima de violência sexual, que descobriu uma gravidez de 22 semanas durante atendimento médico. A divulgação do caso fez com que a criança fosse alvo de grupos religiosos e políticos conservadores, sendo chamada de assassina e encontrando dificuldades para efetivar seu direito ao aborto legal, visto que o estabelecimento de saúde no qual ela tinha sido primeiramente atendida se recusou a realizar a interrupção da gestação (Fornari *et al.*, 2022).

Analisando documentos divulgados em sites oficiais brasileiros que abordaram a violência sexual, a gravidez infantil e o acesso ao aborto legal neste caso específico, Fornari *et al.* (2022) observaram que, apesar de terem ressaltado a condição de sujeito de direitos daquela menina, ela não foi tratada como tal. Isso porque foi silenciada, culpabilizada pela gravidez e, além disso, “a autonomia da criança na tomada de decisão foi completamente anulada, prevalecendo a vontade dos adultos, mesmo tendo afirmado reiteradas vezes seu desejo de interromper a gravidez” (2022, p. 6).

No mesmo sentido, Roberta Dieguez *et al.* (2024) analisaram um outro ocorrido que ganhou espaço na mídia, dessa vez em 2022, quando uma menina de 11 anos engravidou e, ao buscar o serviço de saúde, foi colocada sob tutela do Estado e enfrentou diversas dificuldades para acessar seu direito ao aborto legal. O trabalho evidenciou as várias barreiras que são colocadas para qualquer pessoa que busca esse procedimento, mas ressaltou como o cenário se torna ainda mais desafiador quando a pessoa gestante tem menos de 14 anos por estarem implicadas questões como “moralidade em relação à sexualidade de adolescentes, contextos de vulnerabilidade social, etária, racial e de gênero, sobretudo em casos de abuso e violência sexual contra crianças, e as próprias questões políticas e culturais em relação à interrupção de gestação em si” (Dieguez *et al.*, 2024, p. 68).

A sexualidade de adolescentes aparece, de fato, como uma grande questão em instituições que lidam com essa população. Vanessa Leite (2013) observou que, no campo das políticas e programas voltados para a adolescência, a sexualidade era sempre abordada de modo enviesado, associada à violência, à doenças e à gravidez. As instituições responsáveis por atender e garantir os direitos de adolescentes têm uma grande resistência à ideia de que os direitos sexuais fazem parte do conjunto de direitos garantidos a esses sujeitos, mantendo viva uma tensão entre as noções de autonomia e tutela. Para a autora, “a sexualidade adolescente põe em xeque tanto o ideário dos adolescentes sujeitos de direitos quanto o processo de universalização dos direitos sexuais” (2013, p. 23).

Roger Rios (2015) faz coro a essas percepções sobre a dificuldade de reconhecer os direitos sexuais de adolescentes, notando que ainda existem desafios para consolidar uma abordagem positiva da esfera da sexualidade para esse grupo devido ao protecionismo negativo e restritivo que costuma dominar esse debate. Ou seja, a condição de sujeitos de direitos da infância e juventude parece também ficar em segundo plano quando o assunto é sexualidade, de modo que a autonomia desses sujeitos é preterida pela postura tutelar adotada nas políticas estatais cujo público-alvo são crianças e adolescentes.

No contexto específico de instituições de abrigo e internação de adolescentes, Vanessa Leite (2013) observou que expressões dissidentes de gênero e sexualidade eram vistas como grandes problemas, levando-a à conclusão de que “a discussão sobre homossexualidade e travestilidade é a que mais põe em xeque o discurso dos direitos, de forma mais geral” (Leite, 2013, p. 163). As pessoas entrevistadas pela pesquisadora tinham muita dificuldade de encarar os adolescentes como sujeitos de direitos quando essas discussões eram provocadas, utilizando discursos explicitamente preconceituosos ou invocando argumentos que remetem à necessidade de tutela desses jovens. Dentro desse heterogêneo grupo de adolescentes dissidentes de gênero e sexualidade, a autora observou, a partir das falas dos profissionais, que “o maior problema eram as travestis” (Leite, 2013, p. 166).

Retomando autoras citadas no início deste tópico, Camila Nicácio e Júlia Vidal (2017) chamaram a atenção para a dificuldade de efetivação do *status* de sujeitos de direitos de adolescentes em conflito com a lei. As autoras afirmam que o desrespeito a essa condição garantida pelo ECA, somado as dinâmicas que fazem os jovens assumirem a posição de objeto da justiça infanto-juvenil, alcançam o seu ápice quando falamos de adolescentes trans e travestis, chegando a essa conclusão com base na experiência de uma adolescente travesti acautelada no sistema socioeducativo de Belo Horizonte.

A partir do acompanhamento desse caso, Nicácio e Vidal (2017) apontaram que adolescentes trans e travestis estariam invisibilizadas “sob a pretensa universalidade da categoria

‘adolescente’, consubstanciada na figura do adolescente ‘médio’” (2017, p. 214). Assim, a proteção destinada a crianças e adolescentes tende a ter como enfoque crianças e adolescentes que correspondem a padrões cisheteronormativos, não abarcando aqueles dissidentes de gênero e sexualidade, como as jovens trans e travestis, que ficam vulneráveis a múltiplas formas de violência por parte das instituições de acautelamento de crianças e adolescentes. Foi assim que as reivindicações da jovem que as autoras acompanharam, de que a sua travestilidade fosse reconhecida pela justiça infanto-juvenil, quase passaram em branco, tendo sido necessária a atuação de diferentes atores, do campo da saúde e do direito, para garantir a inteligibilidade da sua identidade e os direitos daquela adolescente.

É das autoras que eu pego emprestado a expressão “sujeito pela metade de direitos” (Nicácio; Vidal, 2016), utilizada justamente na discussão sobre as dificuldades do judiciário e do sistema socioeducativo em conferir integralmente a condição de sujeito de direitos para adolescentes em conflito com a lei:

Chamamos de retóricos e paradoxais instrumentos que, baseados na quebra de um paradigma que reifica a infância e adolescência, ainda preservam uma dimensão inegavelmente patrimonialista sobre tais atores, considerados “sujeitos de direitos” apenas quando são chamados a se defender da pretensão acusatória do Estado, mas a quem esse próprio Estado confisca, quando não aniquila, direitos e garantias fundamentais, porque imprescindíveis à pessoa. Assim, parece-nos que apenas um olhar estruturante e exigente sobre o que chamamos direito (aqueles já estabelecidos, mas também os que vêm) contribuirá a que escapemos da lógica de sujeitos e direitos pelas metades (Nicácio; Vidal, 2016, p. 246).

Seja sob a perspectiva do neomenorismo, pela experiência de crianças e adolescentes com dificuldades de acessar seu direito ao

aborto legal, pelos desafios de se reconhecer seus direitos sexuais, ou pela trajetória de adolescentes trans e travestis em conflito com a lei, vemos que existem obstáculos ao reconhecimento e à efetivação da condição de sujeitos de direitos da infância e juventude. Apesar de ser celebrada como um dos grandes avanços normativos trazidos pelo ECA, na prática ainda há muito chão pela frente nesse caminho rumo a um horizonte onde todas as crianças e adolescentes sejam, de fato, sujeitos de direitos. Se é que se trata de um caminho percorrível.

É pensando nisso que percebo como, nos estudos dos direitos da infância e juventude, a categoria “sujeito de direito” permanece pouco problematizada. Assim, acredito que a crítica *queer* me fornece um bom aporte crítico para questioná-la e entender melhor as dificuldades dos discursos dos direitos em alcançar jovens dissidentes de gênero e sexualidade.

### 3 CRÍTICAS *QUEER* AO DIREITO

Daniel Borrillo (2018) propõe que fazer uma teoria *queer* do direito é questionar a normatividade por uma perspectiva de gênero-sexo-sexualidade partindo de “posições subjetivas que estão no limite da norma social para criticar dispositivos normativos que negaram e ainda continuam negando entidade jurídica aos que, conforme essa lógica, estão no limite da cidadania” (2018, p. 51). Gosto da proposição do autor de partir dessas posições subjetivas no limite da norma para pensar o direito.

Apesar disso, assim como Van Pelt (2022), discordo de que seja possível fazermos uma teoria *queer* do direito, visto que essa lente de análise “é muito mais uma crítica e uma denúncia, uma teoria precária com finalidade momentânea e determinada, sem a pretensão de se fazer permanente e ordenada” (2022, p. 63).

Um dos principais pontos da crítica *queer* é sobre a forma como se dão os processos de sujeição na modernidade (Van Pelt, 2022), nos quais o direito tem um papel fundamental. O direito esconde,

ao se proclamar abstrato e universal, que tem como figura central, e correspondente máximo da posição de sujeito de direitos, o homem branco heterossexual cisgênero, o que serviu historicamente para perpetuar desigualdades e situações de dominação.

Como resposta, movimentos políticos de diferentes grupos vêm reivindicando o reconhecimento de suas existências enquanto sujeitos na esfera jurídica. É nesse movimento que começaram a ser instituídos os “novos sujeitos de direitos”, que tiveram suas condições e especificidades reconhecidas a partir das conquistas de direitos das mulheres, direitos indígenas, direitos para pessoas com deficiência, direitos da população LGBTQIA+, entre outros (Van Pelt, 2023).

As contradições e insuficiências de utilizar o direito para promover a igualdade, contudo, já são trabalhados há algum tempo. Wendy Brown (2021) abordou muito bem essa face paradoxal do direito expondo que, se por um lado, a instituição de direitos que tomam por base “nosso sofrimento, dano ou desigualdade nos prendem à identidade definida por nossa subordinação” (2021, p. 473), por outro, não se atentar à essas especificidades é o que o direito tem feito historicamente, de forma que mantê-lo dessa forma é sustentar a invisibilidade das subordinações já estabelecidas e, potencialmente, torná-las mais profundas.

Juliana Gomes e Ligia Fabris (2021) também desenvolveram estudo sobre os paradoxos do direito à igualdade, mostrando como utilizá-lo “de maneira acrítica e descontextualizada, pode gerar uma série de efeitos adversos” (2021, p. 566). Alguns dos exemplos mobilizados para expor essa face paradoxal são relacionados a reivindicações e conquistas de direitos da população LGBTQIA+. Um deles, é a forma como a discussão sobre a criminalização da LGBTfobia no Supremo Tribunal Federal brasileiro ignorou os possíveis efeitos sistêmicos de se fortalecer e legitimar um poder punitivo estatal “que opera historicamente de maneira seletiva em prejuízo de minorias políticas, inclusive daquelas sexualmente estigmatizadas” (2021, p. 592).

Esses são alguns dos motivos pelos quais a crítica *queer* busca se afastar dessas formas de pleitear o reconhecimento jurídico de outros sujeitos. Ela reconhece que a categoria “sujeito de direitos” é falha e que mesmo o esforço de instituir “novos sujeitos de direitos” não deixa de ser uma operação na qual são demarcados padrões de normalidade que se, por um lado, possibilitam a entrada de determinadas pessoas no regime de inteligibilidade do campo jurídico, por outro, produzem não-sujeitos:

Por mais que as políticas de reconhecimento enfrentem o problema da exclusão social, elas continuam produzindo sujeitos marginalizados e subalternizados. E, por vezes, até agravam a condição das pessoas que se encontram nos piores estratos sociais. Estamos diante de um problema estrutural de um sistema que, por mais que se esforce em reduzir as desigualdades, deixará de fora aqueles que não conseguem ou não querem se adequar ao seu padrão de sujeição, por mais amplo que este seja. Esse ponto de exclusão será a base do debate acadêmico que se iniciou no final do século passado e será chamado de “teoria” ou de estudos *queer*. (Van Pelt, 2022, p. 60).

Judith Butler (2022) chamou atenção para como o processo de ser legitimado pelo Estado é também o processo de aderir aos termos da legitimação determinados por ele, que tem seus contornos definidos sempre a partir de um certo tipo de exclusão. Assim, o processo de reconhecimento de alguns sujeitos a partir da legalização do casamento gay, por exemplo, define novas hierarquias que “não só reforçam a distinção entre vidas *queer* legítimas e ilegítimas, mas também produzem distinções tácitas entre formas de ilegitimidade” (Butler, 2022, p. 182).

O direito, então, com seus fundamentos liberais, sempre pode ser uma ameaça para sujeitos marginais, invocado para ocultar hierarquias e subalternidades que continuam existindo – e são

atualizadas – mesmo com a incorporação de novos sujeitos aos seus textos legais. Desse modo, uma perspectiva *queer* do direito ensina que é preciso “estar atento para o fato de que todo reconhecimento ou inclusão por via institucional produz necessariamente algum tipo de exclusão” (Ramos, 2021, p. 204).

Ratna Kapur (2018) também contribuiu para esse debate, defendendo que o *queer* tem mais potência nos entornos do campo do direito, sem estar absorvido e dominado pelo imaginário liberal do discurso jurídico. Para a autora, todas as vezes que tentaram “*queerizar*” – no sentido de tornar *queer* – os direitos humanos, o resultado foi a retirada da radicalidade própria da crítica *queer*, se afastando das suas propostas de desvincular o gênero e a sexualidade de categorias biológicas, naturalizadas e normalizadas e passando a se vincular mais às propostas de reconhecimento de novos sujeitos.

Por esses motivos é que é difícil se pensar em um direito *queer*. O campo dos estudos *queer* é fundamentado na crítica às normas e saberes que regulam o sexo, o gênero e a sexualidade e, nessa operação, ocasionam criminalização, patologização e marginalização de sexualidades e expressões de gênero não hegemônicas (Garcia, 2021). Ela é originada nesse contexto de combate e crítica à exclusão e abjeção de sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade (Van Pelt, 2023). O direito, por sua vez, é um campo inerentemente normativo, que apesar de poder atualizar suas normas, não deixará de estabelecer aqueles que ficarão de fora do seu campo de inteligibilidade.

Assim, não estou propondo um direito da infância e juventude *queer*. Acredito que a crítica *queer* nos permite adotar uma postura interessante e pouco presente nos estudos da infância e juventude, ajudando a perceber esses processos de sujeição realizados pelos direitos e, por isso, é uma ferramenta que pode ser importante de se incorporar nessas análises. Para vermos que quando são produzidos sujeitos de direitos – mesmo os “novos sujeitos de direitos” – a operação inversa também acontece.

Diante de tantos estudos que apontam os desafios e dificuldades de efetivar a condição de sujeitos de direitos de crianças e adolescentes

a partir de diferentes perspectivas e experiências, vejo na crítica *queer* ao direito um aparato profícuo para levar essa reflexão adiante, problematizando também as próprias limitações e problemas da categoria “sujeitos de direitos”, especialmente diante das experiências de adolescentes dissidentes de gênero em conflito com a lei.

#### **4 CAMINHOS DO “SUJEITO DE DIREITOS” DIANTE DE ADOLESCÊNCIAS DISSIDENTES DE GÊNERO EM CONFLITO COM A LEI**

É importante dizer que, mesmo reconhecendo as limitações do direito, não acredito que devemos jogar fora a categoria “sujeitos de direitos” e nem abandonar as disputas no campo jurídico. De fato, no cenário em que nos encontramos, direitos são “aquilo que não podemos não querer” (Spivak, 1993, apud Brown, 2021, p. 470) e, por isso, defender a condição de adolescentes – e aqui me refiro mais especificamente a adolescentes trans e travestis autoras de atos infracionais – como sujeitos de direitos ainda é importante, especialmente no campo dos direitos da infância e juventude.

Em um contexto no qual essas jovens em conflito com a lei adentram o sistema socioeducativo e sofrem violências, é necessário articular o aparato jurídico da forma que for possível para mitigá-las. Como Ratna Kapur (2018) muito bem trabalha ao falar de países onde a homossexualidade era criminalizada de forma clara e explícita nas suas legislações penais, é melhor que o aparato estatal dê legitimação à existência e aos direitos de pessoas LGBTQIA+ do que atue de forma a reprimi-las e criminalizá-las, não existindo “argumento razoável contra invocar os direitos humanos para contestar disposições legais que exigem prisão perpétua ou a pena de morte por ser gay”<sup>3</sup> (2018, p. 135).

---

3 O texto original, sem tradução, diz: “*There seems no reasonable argument against invoking human rights to challenge legal provisions that call for life imprisonment or the death penalty for being gay.*”

Ao mesmo tempo, é preciso entender e ter consciência que adentrar no discurso dos direitos a partir do reconhecimento formal da condição de sujeitos de direitos não vai acabar com as violências, marginalizações e criminalizações de outros sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade que estejam de fora do regime de inteligibilidade instituído.

Me parece fundamental sabermos como nos colocar em um entrelugar. Judith Butler (2022), pensando ainda no contexto das reivindicações pelo reconhecimento do casamento gay, ensinou que, diante desse terreno difícil, é importante nos mantermos ambíguos, “porque nem a violência da forclusão que estabiliza o campo de ativismo e nem o caminho de paralisia crítica entrincheirado na reflexão fundamental serão suficientes” (2022, p. 186). Em outras palavras, é necessário que sejam produzidas reivindicações politicamente inteligíveis, mas que não podem deixar de incorporar um entendimento crítico que as tornem também autorreflexivas e não dogmáticas.

Trazendo para o contexto do trabalho, temos que o paradigma da proteção integral e a conquista da condição de sujeitos de direitos para crianças e adolescentes são importantes, especialmente considerando o contexto vivido anteriormente. Ainda assim, autores em diferentes contextos perceberam as dificuldades de se conceber e efetivar essa condição para a infância e a juventude. Um desses contextos, e o que mais me interessa na pesquisa, é o de adolescentes trans e travestis em conflito com a lei.

Nicácio e Vidal (2017) formularam que, por se afastarem dos ideais normativos de adolescente – do “adolescente médio” – essas jovens ficam mais propensas a assumirem o lugar de objeto de intervenção do direito em seus processos infracionais e sofrerem todo tipo de ação tutelar das instituições onde estão acauteladas. Elas entendem que a justiça infanto-juvenil costuma adotar práticas menoristas com os adolescentes em geral, mas reconhecem que “o desrespeito ao status de sujeito de direitos e as dinâmicas de patrimonialização atingem seu

paroxismo quando se trata de adolescentes transexuais e travestis em conflito com a lei” (Nicácio; Vidal, 2017, p. 206).

O que uma lente *queer* de análise pode ajudar a desvelar é que o processo de reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos é também um processo de demarcar padrões e normatividades sobre a própria adolescência. Leonardo Tolentino (2023), estudando as dinâmicas de acolhimento institucional de adolescentes travestis, percebeu que a postura da gestão das unidades poderia ser simplificada pela afirmação de que “uma jovem trans é adolescente demais para ser travesti ou travesti demais para ser adolescente” (2023, p. 82), demonstrando a dificuldade de inserir adolescências dissidentes de gênero no regime de inteligibilidade que determina aqueles que podem ser considerados adolescentes sujeitos de direitos.

Na experiência dessas jovens, não só a lógica neomenorista se faz presente nos seus processos. Ou, nos termos de Nicácio e Vidal (2017), alguma coisa das suas existências faz com que ela se apresente no seu ápice. Ainda assim, fica evidente que a própria lógica dos direitos, com a sua linguagem liberal, universal e abstrata, produz a subalternidade e marginalidade dessas jovens, não as reconhecendo como sujeitos de direitos na medida em que não se conformam ao que está sendo produzido como norma.

Esse entendimento acrescenta uma nova camada de compreensão ao estudo do direito da infância e juventude. Ele é necessário para entendermos que dissidências das normas de gênero têm efeitos concretos nos processos – e nas vidas – de jovens trans e travestis. Além disso, ele mostra que o direito não dá conta, e talvez não tenha a intenção, de se articular para proteger todos os sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade, de forma que não podemos apostar cegamente nele como instrumento para resolver todas as questões.

Refletir sobre o *status* de sujeitos de direitos que foi conferido a todos os adolescentes há 35 anos atrás pelo ECA e a experiência de adolescentes dissidentes de gênero e sexualidade me parece importante. O sujeito de direitos ainda é uma categoria trabalhada em

grande parte dos estudos dos direitos das crianças e dos adolescentes, considerada basilar para a justiça infanto-juvenil e para as políticas de atendimento voltadas a essa população. Assim, decidi articulá-la com dois propósitos.

O primeiro é deixar clara a posição de desconfiança e crítica ao direito que considero importante em trabalhos acadêmicos dessa área, especialmente pensando experiências de sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade. O segundo propósito é o de reconhecer a importância de movimentações políticas-jurídicas em prol da garantia dos direitos de adolescentes trans e travestis, entendendo que a condição de sujeitos de direitos é bem mais do que reconhecimento do seu gênero e o tratamento respeitoso nas instituições de privação de liberdade por onde passam, mas também uma condição que permita que elas vivam suas vidas fora de unidades socioeducativas e prisões, com garantia e acesso a todas condições que as permitam ter uma vida digna.

## REFERÊNCIAS

BELOFF, Mary. Modelo de la protección integral de los derechos del niño y de la situación irregular: un modelo para armar y otro para desarmar. **Justicia y Derechos Del Niño**, Santiago, Chile: UNICEF, p. 9-21, 1999.

BORGES, Daniella M. de L. **Cuidado como proteção e punição: A ambivalência do cuidado produzida em processos judiciais de “abrigamento” de crianças em contexto de violência doméstica e familiar contra suas mães.** Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

BORRILLO, Daniel. **Direitos sexuais e direitos de família em perspectiva queer.** [S. l.]: Editora da UFCSPA, 2018.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Código de Menores**, Brasília, 12 out. 1927. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm). Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 23 jan. 2024.

BRITO, Eleonora Zicari Costa. **Justiça e Gênero: uma História da Justiça de Menores em Brasília (1960-1990).** 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2007.

BRITTO, José Gabriel de Lemos. **Os Systemas Penitenciarios do Brasil.** Volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

BROWN, Wendy. “Sofrendo de Direitos Como Paradoxos”. **Revista de Direito Público**, v. 18, no 97, jan./mar. 2021.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CIFALI, Ana Claudia; SANTOS, Mariana. Editorial da Revista Brasileira de Ciências Criminais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 158, p. 01-12, 2019.

DIEGUEZ, Roberta Siqueira Mocaiber *et al.* Estupro de vulnerável e aborto legal: Tensões em torno do reconhecimento da violência sexual e legitimação de direitos no Brasil. **RUNA, Archivo para las Ciencias del Hombre**, v. 45, n. 2, p. 57-76, 2024.

FORNARI, Lucimara Fabiana *et al.* Aborto legal na infância: o discurso oficial e a realidade de um caso brasileiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2022.

GARCIA, Danler. Teoria queer e ordem jurídica: reflexões acerca de uma teoria queer do direito. **Revista Periódicus**, [s. l.], v. 3, n. 16, p. 43-62, 2021.

GOMES, Juliana Cesario Alvim; FABRIS, Ligia. “Paradoxos do Direito à Igualdade: Discriminação, Diferença e Identidade sob uma Perspectiva Crítica”. **Revista de Direito Público**, v. 18, no 97, jan./mar. 2021.

GONZÁLEZ, Rodrigo S. Políticas públicas para a infância no Brasil: análise do processo de implementação de um novo modelo. **Pensamento plural**, Pelotas, RS, v. 8, n. 16, p. 25-45, jan./jun. 2015.

KAPUR, Ratna. The (im)possibility of queering international human rights law. In: OTTO, Dianne (org.). **Queering international law: possibilities, alliances, complicities, risks**. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2018.

KONZEN, Afonso Armando. **Justiça restaurativa e ato infracional**. Desvelando sentidos no itinerário da alteridade. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

LEITE, Vanessa. **Sexualidade adolescente como direito?:** A visão de formuladores de políticas públicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. Crianças e adolescentes negros: reflexos de uma discriminação velada. **Revista Sociologia Jurídica**, n. 9, 2009.

MENDEZ, Emílio. G. Prefácio. In: SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente e responsabilidade penal: da indiferença à proteção integral.** 5. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

MÉNDEZ, Emílio G. Das relações públicas ao neomenorismo: 20 anos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança na América Latina (1989-2009). In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas. **Medidas Socioeducativas: contribuições para a prática.** Org: IMURA, Carolina P.; MACIEL, Elaine R. Belo Horizonte: Editora FAPI. 2012.

NICÁCIO, Camila S.; VIDAL, Júlia S. Justiça Infanto-Juvenil, Travestilidade e Transexualidade: Apontamentos sobre a marcha dos direitos. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, n. 70, pp. 197 - 226, jan./jun. 2017.

NICÁCIO, Camila S.; VIDAL, Júlia S., “Um sujeito pela metade dos direitos”. In: MOREIRA, J. O. et al. (Org.), **Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016, p. 236-249.

RAMOS, Marcelo Maciel. Poderá o direito ser inclusivo? O sujeito de direito e a produção jurídica de sujeitos marginais. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, [s. l.], v. 78, p. 179-208, 2021.

RIOS, Roger Raupp. Minorias, direitos de crianças e adolescentes: notas sobre o reconhecimento, proteção e promoção nas perspectivas

do direito da sexualidade e do direito da antidiscriminação. **Hendu: Revista Latino-Americana de Direitos Humanos**, [s. l.], v. 6, ed. 2, p. 16-24, 13 jul. 2015.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil: revisitando a história** (1822-2000). Brasília:

UNICEF; Rio de Janeiro: USU Universitária, 2002.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescente e responsabilidade penal: da indiferença à proteção integral**. 5. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (Ed.). **Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1993a.

TOLENTINO, Leonardo Lima Rocha. **Adolescente demais para ser travesti ou travesti demais para ser acolhida?: acolhimento institucional de jovens trans no município de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

VAN PELT, Eder. A crítica *queer* e o paradoxo dos direitos: problematizações a partir do modelo escalonado de práticas de liberdade. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKMIN, Gabriela (org.). **Diversidade sexual e de gênero: o Direito pensado por mulheres e pessoas LGBTQIA+**. São Paulo, SP: Editora Dialética, 2023.

VAN PELT, Éder. **Encruzilhadas queer no direito**. Salvador, BA: Editora Devires, 2022.

## **SEXUALIDADE MEDIADA: PRÁTICAS, PREFERÊNCIAS E PLATAFORMIZAÇÃO NOS APPS DE RELACIONAMENTO**

*Pedro Henrique M. Santos<sup>4</sup>*

**Resumo:** Este trabalho busca investigar como plataformas podem mediar a construção da sexualidade de seus usuários a partir de dados sobre práticas e preferências sexuais em plataformas de relacionamento, analisando relatórios do Tinder, Bumble, OkCupid e Grindr. Conclui-se que essas plataformas permitem uma etnogeneese da sexualidade ao criar espaços de expressão e reconstrução da sexualidade. Contudo, tais ambientes são regidos por lógicas definidas por algoritmos e políticas das plataformas, o que pode levar a riscos como a privacidade e ao uso desses dados. É necessário um debate público e crítico para ampliar e proteger a expressão sexual

**Palavras-chave:** Capitalismo de Vigilância; Dinâmicas antiestruturais; História da sexualidade; plataformização

**Abstract:** This work seeks to investigate how platforms can mediate the construction of their users' sexuality through data on sexual practices and preferences gathered from dating platforms, by analyzing reports from Tinder, Bumble, OkCupid, and Grindr. It concludes that these platforms enable an ethnogenesis of sexuality by creating spaces for the expression and reconstruction of sexuality. However, such environments are governed by logics defined by algorithms and platform policies, which may pose risks such as threats to privacy and the misuse of this data. A public and critical debate is necessary to expand and protect sexual expression.

**Keywords:** Surveillance Capitalism; Antistructural Dynamics; History of Sexuality; Platformization

---

<sup>4</sup> Mestrando em Direito pela UFMG; Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

## INTRODUÇÃO

Em abril de 2023, o Sexlog, rede social voltada para o público adulto, publicou uma pesquisa afirmando que 90% dos homens da plataforma já desejaram ver seu par com outra pessoa e que tomaram a iniciativa para a realização desse fetiche (Sexlog, 2024). O sexlog é a maior rede social para adultos da América Latina e conta com cerca de 22 milhões de usuários e sua pesquisa contou com mais de 10 mil usuários brasileiros. Tais resultados mostram como a plataformização pode ser responsável pela produção de conhecimento acerca de aspectos considerados tabus como o padrão de práticas e preferências sexuais de uma população.

O sexlog não é o único a produzir relatórios sobre os seus usuários. Outras plataformas de relacionamento como Tinder, Bumble, OkCupid e Grindr integram uma parte importante das ferramentas pelas quais nos relacionamos romanticamente. A possibilidade de produção de dados em larga escala por meio das tecnologias da informação é um fenômeno recente. Afinal, por meio de tecnologias como a internet e redes sociais, espaços destinados à realização de fetiches são produzidos com maior facilidade e agora é possível entender melhor tais padrões.

Essa capacidade de produzir dados sobre aspectos existenciais de populações sofreu uma mudança radical nos últimos 20 anos, deixando de ser produzida primariamente pela universidade ou pelo Estado para ser produzida por empresas de tecnologia. Tal situação exige que a produção do conhecimento passe a incluir informações produzidas por essas empresas, ainda que em caráter preliminar e limitado.

Ao mesmo tempo, a plataformização pode ter impactos sobre a sexualidade de milhares de sujeitos. Uma vez que, apps de relacionamento não só coletam dados, eles também introduzem formas de se relacionar online, produzem categorias e modos de interação mediados pelo design dessas aplicações. Em outras palavras, o modo como existimos e nos relacionamos é constituído através dessas

interfaces digitais. Como a sexualidade sempre esteve condicionada a um determinado contexto cultural e histórico, que tipo de sexualidade é promovida por meio da vida plataformizada?

Este trabalho tem como objetivo compreender como plataformas podem influenciar a construção da sexualidade de seus usuários. Para tanto, busca-se investigar dados sobre práticas e preferências sexuais em plataformas de relacionamento.

Para tanto é preciso descrever um retrato de como a sexualidade é percebida e produzida nessas plataformas, averiguando *quais práticas e preferências sexuais ou de relacionamento são coletadas e divulgadas por elas*. A partir de tal descrição, será possível contribuir com uma agenda de pesquisa que inclua as transformações da plataformização em suas análises. Para tanto, este trabalho irá analisar os relatórios de dados sobre os usuários do *Tinder, Bumble, OkCupid e Grindr*. A escolha de tais plataformas se dá por meio de sua popularidade global e pela prática de publicação de relatórios sobre os dados de seus usuários. Outras redes como Happn e Badoo não publicam relatórios dessa natureza.

A análise dos relatórios será feita a partir dos seguintes eixos (1) *Quais práticas e preferências sexuais os relatórios destacam?* (2) *Quais formas e preferências de relacionamento estão presentes?* Embora a separação entre os dois eixos de análise sejam frágeis do ponto de vista do fenômeno da sexualidade como um todo, eles são parâmetros importantes para guiar a análise dos relatórios, definindo o grau de detalhamento oferecido por eles.

Com isso espera-se traçar um quadro coeso do conhecimento sobre a sexualidade produzido por essas plataformas. Mas, antes de adentrar a análise dos relatórios, as obras de Shoshana Zuboff, Leticia Cesarino e Rubin Gayle serão abordadas para demonstrar como a produção do conhecimento das plataformas pode influenciar a sexualidade.

# **I SEXUALIDADE MEDIADA: DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO À PRODUÇÃO DA SEXUALIDADE**

## **1.1 DIVISÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO**

Na introdução de “A era do Capitalismo de Vigilância”, Shoshana Zuboff cita o projeto de 1999 chamado “Aware Home”, cujo objetivo era criar um lar inteligente. Neste local totalmente automatizado, os idealizadores do projeto trabalharam com algumas premissas:

(1) Os novos sistemas de dados produziram um domínio de conhecimento inteiramente novo na “casa inteligente”; (2) o direito a esse novo conhecimento e o poder de usá-lo para melhorar a qualidade de vida pertenceriam exclusivamente aos moradores da casa e (3) apesar de toda essa nova tecnologia, o projeto seria uma encarnação moderna de um “lar”, um santuário privado daqueles que o habitam (Zuboff, 2020, p. 16).

Em seguida, a autora menciona o termostato Nest, da Google, que cumpre várias das promessas do “Aware Home”, sendo um dispositivo automatizado que contribui para a ideia de lar inteligente. Entretanto, o termostato vem acompanhado de uma “política de privacidade”, “termos de serviço” e um “contrato de licença para o usuário final” nos quais as informações do sujeito e da casa serão compartilhadas com outros dispositivos inteligentes, da Google e terceiros” (Zuboff, 2020, p. 17) .

Note-se que a tecnologia é essencialmente a mesma, mas aquelas preocupações com a proteção do indivíduo- na forma de sua privacidade e autodeterminação no controle de seus dados- desapareceram. A diferença entre o “Aware Home” e o “Nest” é de aproximadamente 20 anos e é um sinal de mudança profunda na lógica de desenvolvimento dessas tecnologias.

Essa mudança se deve, segundo Zuboff, ao fenômeno do Capitalismo de Vigilância. Trata-se de uma nova lógica econômica na qual todas as informações sobre nossas vidas são instrumentalizadas para fins econômicos que não os nossos. Tudo aquilo que alguém é,

faz ou irá fazer se torna um ativo a ser comercializado. Segundo essa nova lógica, as experiências humanas mediadas por mídias digitais são convertidas em “dados comportamentais”.

Ao analisar a história do desenvolvimento do Google, a autora mostra que o sucesso da empresa esteve ligado à capacidade de prever e influenciar comportamentos, pois a empresa se baseou no uso de dados comportamentais excedentes de seus usuários. Essa informação “extra” oriunda de rastreadores no gmail e no próprio buscador da empresa foram utilizadas no desenvolvimento do que a autora chama de *produtos de predição*.

Os produtos de predição são o resultado do tratamento dado ao excedente comportamental por *machine learning*. A antecipação do buscador do Google é um produto de predição na medida em que apresenta o que iríamos escrever antes de nós terminarmos de digitar. Estes produtos podem ser elaborados para antever o que vamos sentir, pensar e fazer com base em nossos rastros comportamentais em mídias digitais. Eles podem ser onde você clicou, quais páginas da internet visitou, a hora em que você viu vídeos, quais tipos de vídeos, o que os seus olhos repararam neles e o que você irá digitar em um buscador online depois.

A função destes produtos é uma previsão mais precisa possível do que o usuário irá fazer em seguida. Com isso, “a empresa vende as predições que só ela está habilitada para fabricar a partir de sua reserva privada” (Zuboff, 2020, p. 117). Mas nada torna os produtos de predição tão valiosos quanto a capacidade de modificar comportamentos. Isso pois é muito mais fácil prever aquilo que uma plataforma conseguiu induzir de maneira satisfatória. Muitas vezes, a interface digital de certas plataformas escondem informações importantes e nos levam “intuitivamente” para certos usos delas.

Uma rede social pode aprimorar a interação do usuário para que ele clique e compre mais facilmente, ao mesmo tempo que dificulta a realização de denúncias de conteúdos ao ocultar o botão que realiza tal função.

Nada desse empreendimento seria possível sem a coleta massiva de informações comportamentais pela vigilância digital de nossas impressões comportamentais por grandes plataformas. Daí o nome de *Capitalismo de Vigilância*. Por conta dessa lógica de mercado que busca coleta extensiva de dados, o capitalismo de vigilância integra a divisão social da aprendizagem (Zuboff, 2020, p. 212) na medida em que grandes plataformas passam a deter o poder de produção de dados inédito.

Essa não é uma relação trivial e constitui um pressuposto epistemológico deste trabalho. Ao apoderar-se dos meios para a produção de informação em larga escala e não compartilhá-los, tais empresas “sabem muita coisa sobre nós, mas o acesso que temos do conhecimento delas é escasso” (Zuboff, 2020, p. 225). Razão pela qual é importante analisar o pouco de transparência oferecida pelos relatórios de dados produzidos por elas. Ainda que não sejam uma representação fiel de toda a informação disponível, tais dados podem ser o início de boas perguntas acerca da nossa realidade digital.

No caso deste trabalho, os relatórios divulgados pelas plataformas não disponibilizam a totalidade dos dados recolhidos e oculta seus métodos de análise t, o que prejudica a sua confiabilidade. Contudo, tais documentos são uma forma destas plataformas apresentarem aos seus usuários informações que mostram como aquele app ou tecnologia é eficiente em promover relacionamentos.

Nesse sentido, os relatórios não são necessariamente um retrato da realidade, mas um retrato da plataforma sobre sua eficiência em promover encontros e relacionamentos de forma efetiva. Como não se trata de uma visão fidedigna dos tipos de relacionamento, práticas e preferências sexuais dos usuários e sim uma visão recortada da plataforma, os relatórios também constituem um imaginário sobre como a sexualidade pode ser vivida a partir delas, condicionando em algum nível a sexualidade dos usuários. Contudo, a captura da divisão social da aprendizagem não é a única consequência possível da atuação das plataformas

## 1.2 INTERMEDIÇÕES E DESINTERMEDIÇÕES DA SEXUALIDADE

Em ‘*O mundo do avesso: verdade e política na era digital*’, a Cesarino defende que a tese de que as novas mídias (como as redes sociais) favorecem uma **dinâmica antiestrutural**. Essa dinâmica faz com que elementos marginais de um sistema social se invertam e se reorganizem. O centro do sistema midiático, sua forma de organização normativa anteriormente vigente, acaba por perder protagonismo para que formas marginais tomem força. Tal dinâmica antiestrutural ocorre por duas formas (Cesarino, 2022, p. 17):

1- As novas mídias ajudam a acelerar processos de mudança estrutural que de outro modo aconteceriam mais lentamente. Isto pois as novas mídias promovem processos de desintermediação. A desintermediação seria o processo de desengajamento dos elementos de uma estrutura normativa anterior, por exemplo, A interação social em mídias sociais promove conteúdos e os recomenda sem uma editorialização tradicional. Isso torna propício que teorias da conspiração e conteúdos de radicalização política tenham mais espaço em tais mídias. Dessa forma, um de seus efeitos é o fomento da desconfiança de usuários em relação à “grande mídia”, “intelectuais e acadêmicos” e “instituições de democracia representativa”. Assim, elementos marginais (teorias da conspiração e conteúdos de radicalização política) acabam por disputar espaço com o centro do sistema (“grande mídia”, e “academia”).

2 - Por sua vez, a aceleração de mudanças estruturais não parecem conduzir a uma ruptura linear com o sistema vigente. Isto pois os **processos de desintermediação convivem com processos de reintermediação emergentes**, por exemplo, a grande mídia passa a participar ativamente das redes sociais e se reintermedia como forma de evitar a ruptura dos consensos sobre a comunicação jornalística. Dessa forma, a crise que poderia levar a uma ruptura adquire contornos permanentes na medida em que a grande mídia passa a fazer parte das novas mídias reafirmando o seu espaço enquanto comunicação especializada. Na visão da autora, essa situação se resolve a partir de

disputas onde se busca conter o colapso do sistema preexistente ao mesmo tempo que se disputa sobre quem irá assumir ou liderar essa mudança.

Nessa dinâmica onde os consensos e pressupostos sociais são constantemente atacados e reconstruídos, o mundo se apresenta do avesso. Essa estrutura pode ser vista nos apps de relacionamento. Tais aplicações desintermediam a forma como as pessoas se conhecem. Se antes a piscada, o chamar para sair e os pequenos sinais de demonstração de interesse ditavam o “flerte”, agora plataformas reintermediam essa atividade de forma que “curtidas” em redes sociais, “passar para o lado” em certos apps e postar um “stories provocador” no Instagram também fazem parte do início de um contato romântico.

Se as plataformas são capazes de influenciar profundamente os pressupostos sociais, a sexualidade também pode ser afetada. Em *“Pensando o sexo; notas para uma teoria radical da política da sexualidade”* Gayle Rubin visa elaborar um conjunto de reflexões verdadeiramente libertadoras sobre o sexo e suas políticas. Para a autora, “as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana” (Rubin, 2017, p. 64). Como sempre é alvo de interesses e visões de mundo, o sexo é sempre político, razão pela qual estudar e descrever o modo como a sexualidade se desenvolve em um período da nossa história é também explicar a política de um certo tempo.

Rubin destaca que os arranjos sexuais modernos têm um caráter que os diferencia de sistemas de sexualidade preexistentes. De acordo com a autora, a industrialização e urbanização remodelaram as populações na Europa e Estados Unidos, reorganizando as relações familiares e papéis de gênero, tornando possível novas formas de identidade. Nesse contexto, também emergiu um “novo sistema sexual caracterizado por tipos de pessoas, populações, estratificação e conflitos políticos sexuais”(Rubin, 2017, p. 90).

A autora demonstra essa situação a partir da homossexualidade. Segundo Rubin, o comportamento homossexual sempre existiu na humanidade, contudo, em alguns momentos ou sociedades foi

recompensado ou punido. Em algumas sociedades da Nova Guiné, o comportamento homossexual é obrigatório para homens. no século XVI, tais comportamentos considerados homossexuais estavam conectados à prática de sodomia.

Em qualquer desses exemplos, o sentido de pertencimento a um grupo sexual e até mesmo o termo “homossexual” não faziam parte desses universos. É nas sociedades ocidentais industriais modernas que a homossexualidade ganhou uma “estrutura institucional de um grupo étnico”(Rubin, 2017, p. 92).

Para Rubin, essa mudança é consequência da transferência de populações provocada pela industrialização. Nesse processo, homens e mulheres homossexuais começaram a se reunir em comunidades e bairros, algo que seria mais difícil em povoados pré-industriais por conta do isolamento de grandes grupos de pessoas. Ao mesmo tempo, essa reunião de grupos e formação de comunidades também foram alvos da repressão por não se encaixarem na heteronormatividade.

Rubin então destaca que a “modernização do sexo” não só organizou homossexuais em populações localizadas como também gerou um sistema de “etnogênese sexual contínua” (Rubin, 2017, p. 93). Em outras palavras, esse mesmo processo de formação de comunidade passou a acontecer com outras populações de dissidentes eróticos como as pessoas trans, prostitutas, bissexuais, sadomasoquistas e etc.

De acordo com a autora, tal etnogênese não é uma proliferação de perversões, mas da busca de um espaço social e alívio da opressão que certos grupos sofrem por serem considerados hereges sexuais.

Se a urbanização foi responsável pelo modo como a homossexualidade é percebida e experimentada, as plataformas de relacionamento podem ocupar um lugar parecido. Ao se constituírem como um espaço onde se pode relacionar, elas também fazem jus ou estabelecem uma certa política do sexo. Nesse cenário, cabe perguntar como isso acontece.

## 2 RELATÓRIOS DE APPS DE RELACIONAMENTO: DESENHANDO UM QUADRO

Como já apresentado, esse trecho é a descrição dos relatórios de dados de usuários do *Tinder*, *Bumble*, *OkCupid* e *Grindr* a partir de dois eixos: (1) *Quais práticas e preferências sexuais os relatórios destacam?* (2) *Quais formas e preferências de relacionamento estão presentes?* Em seguida, será feito uma análise dos relatórios, destacando seus impactos para a sexualidade.

### 2.1 TINDER

O Relatório *Future of Dating Report 2023* do Tinder (2023) apresenta um panorama abrangente sobre as práticas e preferências sexuais, além dos objetivos de relacionamento de seus usuários. O relatório do Tinder é composto por dados de usuários de origem interna e questionários respondidos por usuários.

*No que tange às práticas sexuais*, o relatório não apresenta dados diretamente ligados às práticas sexuais. Há, na verdade um grande foco de dados sobre preferências de relacionamentos.

*No que se refere aos tipos e preferências de relacionamento*, 61% dos usuários do aplicativo declaram estar abertos a relacionamentos ou casamentos inter-raciais, e quase 80% deles já tiveram encontros com alguém de uma etnia diferente. Entre os jovens de 18 a 25 anos, o número de membros que se identificam como LGBTQIA+ mais que dobrou nos últimos dois anos. Desde 2021, observou-se um aumento de 30% nas identidades de gênero fora do masculino/feminino, sendo a identidade não-binária a que mais cresce, com aumento de 104% em apenas um ano. Além disso, 33% dos jovens dessa faixa etária relatam que sua sexualidade se tornou mais fluida, enquanto 29% afirmam que sua identidade de gênero também se tornou mais fluida nos últimos três anos.

De acordo com os dados apresentados, o Tinder é responsável por 1 em cada 3 relacionamentos entre mulheres LGBTQIA+ nos Estados Unidos. Além disso, mais de 55% dos usuários com menos de 30 anos afirmam ter iniciado um relacionamento sério pelo Tinder, e 37% conhecem alguém que teve a mesma experiência. Relacionamentos de longo prazo representam o objetivo mais comum, com 40% dos usuários utilizando a funcionalidade de “metas de relacionamento” para indicar suas intenções. Por outro lado, apenas 13% dos membros selecionam “diversão a curto prazo” como objetivo. Entre os jovens de 18 a 25 anos, os principais interesses incluem companhia, amizade ou relações do tipo “*situationships*”, sendo que 64% destacam o impacto emocional positivo de um relacionamento amoroso.

Transparência também é valorizada, com 72% dos usuários procurando pessoas que sejam claras quanto às suas metas de relacionamento. A sobriedade nos encontros desponta como uma tendência, com 88% dos usuários manifestando interesse em encontros sem álcool, enquanto 52% pretendem reduzir ou evitar o consumo de bebidas alcoólicas.

Por fim, 66% dos membros reconhecem que o Tinder os conecta com pessoas fora de seus círculos sociais ou com quem dificilmente teriam contato em suas rotinas cotidianas. Esses dados sugerem uma mudança nas dinâmicas de interação e objetivos dos usuários, mostrando a influência do Tinder na ampliação de conexões interpessoais e na formação de relacionamentos diversificados.

## 2.2 BUMBLE

O relatório *State of the Nation: Women’s Day Report* do Bumble (2024) apresenta dados sobre seus usuários, destacando o compromisso do aplicativo em promover relações equitativas. Com uma proposta diferente, o Bumble permite que apenas mulheres iniciem conversas em ‘matches’ entre gêneros opostos. Já em conexões entre pessoas do mesmo gênero, qualquer uma pode dar início ao diálogo. Os dados

apresentados foram obtidos por meio de questionários aplicados aos usuários.

No âmbito das *práticas e preferências sexuais*, os usuários alegam que a igualdade no relacionamento impacta diretamente a qualidade da vida sexual. Segundo a pesquisa, 87% dos participantes afirmaram que um equilíbrio de poder em seu relacionamento melhora a experiência sexual.

Quanto aos *tipos e preferências de relacionamento*, mais da metade dos respondentes (54%) declarou não se importar com quem inicia uma conversa em um aplicativo de namoro, mas apenas 11% acreditam que as mulheres devem tomar a iniciativa em um aplicativo de encontros. Todavia, 40% dos usuários concordam que os relacionamentos funcionam melhor quando o homem assume a iniciativa.

Além disso, 80% dos participantes identificaram a falta de independência financeira como um fator central para que mulheres permaneçam em relacionamentos infelizes. Esse dado está relacionado à percepção de 65% dos usuários de que estruturas e sistemas sociais frequentemente reforçam a dependência financeira das mulheres em relação aos homens.

O relatório do Bumble destaca o modo como usuários percebem a influência de relações de poder para a vida sexual e ideais de relacionamento. Embora o relatório não fale diretamente sobre práticas sexuais em si, ele destaca os elementos pelo qual a satisfação sexual é percebida.

## 2.3 OKCUPID

O relatório *The Global State of Digital Dating* do OkCupid (2022) oferece uma visão abrangente de seus usuários com base em dados coletados por meio de questionários aplicados aos usuários no cadastro e uso da plataforma. O diferencial da plataforma está na personalização das conexões, possibilitada por um algoritmo que utiliza respostas dos usuários a perguntas temáticas.

Em relação às *práticas e preferências sexuais*, o relatório revela que os usuários estão explorando sua sexualidade de forma mais aberta, retornando aos índices pré-pandemia. Em 2019, 88% dos respondentes identificaram-se como “kinky” (propensos a praticar atos sexuais “incomuns” ou “estranhos”), número que caiu para 85% em 2021, mas voltou a subir para 86% em 2022. Além disso, 71% dos usuários relataram sempre praticar sexo seguro (como com uso de preservativo e manutenção da saúde sexual), enquanto 24% disseram fazê-lo com frequência. Aqueles que afirmam praticar sexo seguro recebem em média 24% mais curtidas e têm 17,5% mais ‘matches’ em comparação aos que não o fazem.

No que concerne aos *tipos e preferências de relacionamento*, 90% dos usuários do OkCupid valorizam a sensibilidade em parceiros, com homens que se descrevem como sensíveis recebendo 107% mais curtidas, 86% mais “matches” e tendo 113% mais conversas do que aqueles que não se identificam dessa forma. Discussões sobre saúde mental também são bem aceitas, com 71% dos mais de 80 mil homens participantes do estudo indicando estar abertos a conversar sobre o tema. Homens que demonstram essa abertura obtêm 276% mais curtidas e 201% mais “matches”.

Usuários que promovem limites saudáveis em relacionamentos têm 51% mais conversas e recebem 68% mais curtidas. Além disso, 97% dos participantes reconhecem a importância do autocuidado e aqueles que o praticam recebem 92% mais curtidas, 30% mais “matches” e iniciam mais conversas em uma taxa 93% maior do que quem não pratica autocuidado.

Aproximadamente 30% dos usuários, ou cerca de 8,5 milhões de pessoas, demonstraram interesse em relacionamentos abertos. Países como Espanha (49%), Índia (48%), França (47%) e Brasil (35%) lideram em taxas de adesão a esse tipo de relacionamento. Além disso, usuários dispostos a se relacionar com pessoas que não bebem recebem 12% mais curtidas e 29% mais “matches”. Outro dado relevante é que quase 1,5 milhão de pessoas afirmaram que “absolutamente não” namorariam alguém que não vota em eleições.

O Okcupid parece ser a plataforma que mais disponibiliza dados de seus usuários. Entretanto, é possível ver como as informações apresentadas podem corroborar o poder do Ok cupid em produzir combinações de usuários com base nas informações fornecidas.

## 2.4 GRINDR

O Relatório **Grindr Unwrapped** 2024 apresenta uma análise mais detalhada sobre as práticas e preferências sexuais, bem como os tipos de relacionamento predominantes entre seus usuários globais. Cabe lembrar que diferentemente das plataformas anteriores, o Grindr é um app culturalmente mais utilizado pela comunidade LGBTQIA+, especialmente o público gay. O relatório do Grindr parece ser o contrário do relatório do Tinder; aqui, o detalhamento fica maior para as práticas sexuais do que pelas preferências de relacionamento. O relatório foi produzido com base em dados anônimos e agregados dos usuários e dados obtidos por meio de questionários (Grindr, 2024).

*Em relação às práticas sexuais*, a posição papai-e-mamãe foi identificada como a preferida por 25% dos usuários, enquanto 37% apontaram o ato de beijar como a preliminar favorita. O relatório também destaca a distribuição por país de indivíduos que se identificam com certas práticas. O documento revela que os países com maior porcentagem de indivíduos que se identificam como ativos (pessoa que realiza a penetração) são Jordânia, Grécia, Estados Unidos, Singapura e Peru. Em seguida, os países com maior proporção de usuários que se identificam como passivos (pessoa que geralmente recebe a ação do parceiro ativo) são África do Sul, Coreia do Sul, Japão, Vietnã e Dinamarca. Quanto aos usuários versáteis (pessoa que realiza tanto o papel do ativo quanto do passivo sexual), destacam-se Finlândia, Áustria, Alemanha, Austrália e Hungria.

No que se refere aos usuários que preferem práticas sem penetração, denominados “sides”, os maiores índices estão em Singapura, Filipinas, Japão, Nova Zelândia e Austrália. Outro dado

indica que mulheres ativas são mais comuns no Reino Unido, Irlanda, Estados Unidos, Austrália e México.

Adicionalmente, o relatório explora características específicas relacionadas à autodefinição dos usuários. Existem dados de países com maior número de usuários que se identificam como “twinks”, “daddies”, “hung bottoms”, “bears”, ou mesmo podólatras.

Por fim, o relatório destaca as *preferências de relacionamentos* de forma mais tímida se limitando à apresentação de dados sobre preferência de relacionamentos abertos. De acordo com o Grindr, países com maior proporção de usuários que declaram estar em relacionamentos abertos incluem Coreia do Sul, Suíça, Alemanha, Holanda e Dinamarca.

Esses dados refletem as diversas dinâmicas de interação e identidade presentes na plataforma, demonstrando como o Grindr serve como espaço de expressão e conexão em diferentes contextos culturais e geográficos.

### 3 ANÁLISE

Uma das características mais marcantes dos dados dos relatórios é a aparente criação de categorizações distintas para designar e descrever aspectos da sexualidade. “Situationships”, Versáteis, relacionamentos abertos e gênero fluido são alguns exemplos.

Essa crescente criação de designações para descrever a sexualidade se assemelha ao processo de *“etnogênese contínua”* descrito por Rubin. Tais categorias parecem demonstrar que as plataformas privilegiam espaços de ampliação da expressão sexual, em outras palavras, elas possibilitam que a diversidade de nossa experiência ganhe nome, prática e se constitua como parte de uma comunidade. Tal não tem como única consequência a proliferação das categorizações. Ela revela como os apps podem ser mais um espaço de conexão e reafirmação da própria sexualidade, assim como os bairros e comunidades LGBTQIA+.

Quando o assunto é o impacto nos relacionamentos, os aplicativos parecem desempenhar um papel relevante na ampliação de contextos sociais nas quais novas relações podem surgir e na promoção de conexões mais diversificadas. Tanto o Tinder quanto o Bumble evidenciam a capacidade de conectar indivíduos que dificilmente se encontrariam em contextos sociais tradicionais ou a partir de dinâmicas culturais específicas.

Um outro elemento a ser destacado é a forma como tais plataformas definem graus de aceitação e rejeição. Tanto nos relatórios do Bumble, Tinder e OkCupid, certos tipos de comportamentos levam a maior atratividade de um usuário ou até mesmo a maior índices de satisfação sexual. No caso das plataformas, a equidade de poder nas relações, o uso de bebidas alcoólicas e até mesmo a autenticidade são critérios que são apontados como mais ou menos atrativos para os usuários.

A quantidade de dados reunidos também revela um outro tipo de relação entre usuários e produtores de dados. Em outras palavras, o modo de funcionamento dessas plataformas e os contextos sexuais que elas inauguram ou reforçam tornam possível a concessão de informações dessa natureza, algo de difícil obtenção por instituições tradicionais como o Estado e organizações de pesquisa.

Para se ter uma noção, o IBGE só incluiu a pergunta sobre orientação sexual dos indivíduos em 2019 (IBGE, 2021). Na ocasião, o número de pessoas que se declararam homossexuais foi baixo, o que levou o instituto a afirmar que talvez muitos entrevistados não tenham ficado à vontade para contar ao entrevistador sobre sua orientação sexual. Em contraponto, as plataformas analisadas já vem coletando esses tipos de dados desde 2005 e contam com a confiança dos usuários em conceder tais dados, algo que um instituto de pesquisa como o IBGE ainda terá que alcançar.

Contudo, da mesma forma que os apps podem ser refúgios de expressão da sexualidade, a produção massiva de informações das práticas e preferências sexuais ou de relacionamento podem criar riscos para tais usuários.

Na ocasião, o Grindr afirmou que só compartilhava dados comuns e que informações sobre sexualidade não eram tratadas. Contudo, a autoridade holandesa de proteção de dados entendeu que contextualmente os dados revelavam que aquelas pessoas pertenciam a alguma minoria sexual, afinal o Grindr é um app de relacionamento predominantemente utilizado pela comunidade LGBTQIA+ (Autoridade Norueguesa de Proteção de DadosN, 2023).

Dessa forma, é possível dizer que os relatórios apresentam um cenário ambivalente: possibilitam espaços de expressão da sexualidade ao mesmo tempo em que abrem espaço para o uso indevido das informações produzidas. Contudo, sem informações completas ou enviesadas pelas próprias plataformas, é difícil de entender a real extensão que elas têm nas formas como vivemos sexualmente.

Uma outra limitação de analisar exclusivamente tais relatórios é justamente o de captar os modos de interações com os usuários. Embora eles sejam relevantes do ponto de vista dos dados produzidos, eles pouco oferecem sobre os modos de interação do usuário com as interfaces e design oferecido pelas plataformas. Uma pergunta básica sobre como sistemas algorítmicos realizam as combinações de usuários não são possíveis de serem respondidas a partir exclusivamente deles.

Mas talvez o que os relatórios sejam bons mesmo é em fornecer uma base para perguntas sobre o fluxo de dados pessoais presente em nossa sociedade. *É legítimo que tais dados e sua divulgação estejam em poder de algumas empresas? Como utilizar tais dados para o bem comum sem vulnerabilizar usuários? Será que é válido produzir tanta informação sobre aspectos da sexualidade de milhões de pessoas? E ganhar dinheiro a partir da monetização deles?*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos relatórios de plataformas revela um cenário complexo, em que a sexualidade é simultaneamente expressa, categorizada e transformada por meio da mediação tecnológica. Tal

mediação acaba por levar a novos riscos a partir do uso indevido dos dados sobre sexualidade de milhões de pessoas, principalmente se levarmos em consideração a lógica de produção massiva de dados característica do Capitalismo de vigilância.

Os relatórios analisados também parecem reproduzir o fenômeno antiestrutural plataformas: por um lado, ampliam possibilidades de conexões interpessoais e o desafio às normas sociais ligadas a sexualidade (como a fluidez de gênero no Tinder ou a inversão de papéis de gênero no Bumble); por outro, são introduzidas lógicas de categorização e recomendação feitas por agentes cibernéticos que decidem com quem possivelmente se relacionar, reintroduzindo uma norma para isso.

Além disso, a limitação metodológica dos relatórios — que representam visões parciais e estratégicas das plataformas — reforça a necessidade de cautela ao interpretar esses dados. Eles não são neutros: servem tanto para legitimar a eficácia dos apps quanto para construir um imaginário sobre como a sexualidade “ideal” deve ser vivida a partir deles.

Por fim, o estudo sugere que a plataformização da sexualidade é um campo fértil para pesquisas futuras. Questões como o impacto de algoritmos na formação de preferências, a relação entre design de apps e desigualdades de gênero, ou os efeitos da monetização de dados sensíveis merecem aprofundamento. Nesse cenário, compreender como a tecnologia redefine a sexualidade é um desafio acadêmico e político, exigindo um diálogo crítico e público para garantir que a expressão sexual possa ser ampliada e protegida.

## REFERÊNCIAS

AUTORIDADE NORUEGUESA DE PROTEÇÃO DE DADOS. **Record fine for Grindr confirmed.** Disponível em: <https://www.datatilsynet.no/en/news/aktuelle-nyheter-2023/record-fine-grindr-confirmed/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BUMBLE. **State of the Nation: Women's Day Report.** [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://bumble.com/the-buzz/bumble-data-state-of-nation-womens-day-report>. Acesso em: 3 dez. 2024.

CESARINO, Leticia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital.** São Paulo: Ubu, 2022.

GRINDR. **Grindr Unwrapped.** [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://www.grindr.com/unwrapped>. Acesso em: 4 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019.** Agência de Notícias IBGE, 25 maio 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019#:~:text=A%20orientação%20sexual%20foi%20coletada,esse%20tema%20em%20suas%20pesquisas>. Acesso em: 20 dez.2024

OKCUPID. **The Global State of Digital Dating. 2022.** [S.l.: s.n.], 2022. Disponível em: <https://theblog.okcupid.com/the-global-state-of-digital-dating-2eac672fcb3e>. Acesso em: 4 dez. 2024.

RUBIN, Gayle. Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo. Pensando o sexo.** Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: UBU, 2017.

SEXLOG. **Cuckold é o fetiche preferido dos brasileiros, aponta pesquisa.** Disponível em: <https://pt-br.sexlog.com/datasexo/cuckold-fetiche-preferido-brasileiros/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

TINDER. **Future of Dating Report 2023.** [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eqNPRoqerxOxG4vYYg992LnMcahDUn55/view>. Acesso em: 4 dez 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder.** 1º ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

# CONVOCATÓRIA ENSAÍSTICA: VEJA MILHÕES DE MICTÓRIOS QUEBRADOS! LLAMADO ENSAYÍSTICO: ¡VEAN MILLONES DE URINARIOS ROTOS!

*Ibi Monte*<sup>5</sup>

## **Resumo**

O ensaio propõe uma reflexão crítica sobre a normatização dos espaços públicos, com foco nos banheiros como dispositivos de poder que regulam corpos e identidades de forma excludente. A partir de experiências pessoais de violência trans-odiante, de diálogos com manifestações artísticas e de uma breve análise histórica sobre os mictórios modernos, o texto evidencia como a arquitetura dos banheiros reforça a uma imagem cis-branco-heteronormativa sobre a masculinidade. A convocatória final chama à ação coletiva para dismantelar os dispositivos que produzem exclusão e violência, defendendo a repetição subversiva como estratégia de transformação de espaços e outros dispositivos normativos de poder.

**Palavras-Chave:** Mictórios, arquitetura, gênero, trans masculinidade

## **Resumen**

El ensayo propone una reflexión crítica sobre la normatización de los espacios públicos, con foco en los baños como dispositivos de poder que regulan cuerpos e identidades de forma excluyente. A partir de experiencias personales de violencia trans odiante, de diálogos con manifestaciones artísticas y de un breve análisis histórico sobre los urinarios modernos, el texto evidencia cómo la arquitectura de los baños refuerza una imagen cis-blanca-heteronormativa de la masculinidad.

---

<sup>5</sup> Doutorando em Literaturas Modernas e Contemporâneas, área de concentração “Literaturas e outras artes e mídias pelo PosLit/UFMG. Membro da Comissão de defesa dos Direitos da População LGBTQIAPN+ de Belo Horizonte. Faz parte do MovaT (Movimento Trans de Belo Horizonte e Região Metropolitana). Dramaturgo e poeta aprendiz. (ibimontefa@gmail.com)

La convocatoria final llama a la acción colectiva para dismantelar los dispositivos que producen exclusión y violencia, defendiendo la repetición subversiva como estrategia de transformación de los espacios y demás dispositivos normativos de poder.

**Palabras clave:** urinarios, arquitectura, género, transmasculinidad.

*Xi xi xi xiiiiiiiiiii  
bexiga explodindo  
vontade de gritar  
queria ver se fosse com você, cis  
se fosse você que não pudesse mijar  
cês entra no banheiro e não tem com o que preocupar  
eu entro procurando porta  
Caramba! Homem cis não tem que cagar?  
no masculino tem mictório  
pros macho em pé se liberar  
quando tem vaso, não tem porta  
e quando tem porta, dá medo de entrar  
cês lembra que eu tenho buceta, né?!  
macho tb quer me violar  
mas no feminino me olham torto  
e eu tenho sempre que explicar  
que eu tenho barba, eu tenho buceta  
e todo corpo precisa urinar (...)*

## INTRODUÇÃO

Sonhei com uma quebra coletiva de mictórios pelo mundo. Nisso, parei para pensar em quantos deles existem, a fim de medir o grau de dificuldade do meu projeto. Logo estava no google buscando a frase: *existem mictórios nos banheiros do Japão?*

O primeiro resultado da busca foi um site chamado go!go!nihon, que afirmava que “banheiros e mictórios de estilo ocidental começaram

a aparecer no Japão no começo do século XX, e se popularizaram após a Segunda Guerra Mundial, por conta da influência da ocupação americana” (Nisishima, 2022). Na mesma fonte, soube que existem também no Japão – ainda que sejam menos populares - mictórios tradicionais, que ficam junto ao solo e são utilizados de cócoras. Este é o tipo de mictório mais popular na China. Quando me dei conta, estava viajando entre inúmeros vídeos e depoimentos de pessoas ocidentais que se surpreendiam com a nova arquitetura excretora do oriente. Não, os “nossos” mictórios não são universais!

Começo este texto com estas informações apenas para definir um tempo/espaço para esta convocatória ensaística de ruptura ficcional: quebraremos, aqui, os mictórios modernos e, com eles, uma das mais fortes ficções fantasísticas (Butler, 2005) da cultura ocidental.

Antes de começarmos, preciso também fazer alguns alertas: este texto parte da convocatória\_manifesto que foi apresentada como uma comunicação oral de 10 minutos no Grupo de Trabalho intitulado “Cultura, educação, mídia e arte: dissidências de gênero e sexualidade em movimento”, no V Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero, realizado entre os dias 30 de abril e 02 de maio de 2025, na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esta convocatória foi pensada para ser lida como palestra-performance e **não** faz parte de uma pesquisa acadêmica de fôlego sobre o assunto. Nela, passarei superficialmente por temas complexos e transdisciplinares, buscando convocar à pessoa leitora à ação (incluindo a ação mergulhar mais profundamente em investigações sobre o assunto).

## 1 A CRIATIVIDADE COMO FORMA DE REDISTRIBUIR A VERGONHA PARA DEVOLVER O INSULTO



*Print de tela do instagram do artista Silvestre Barragán (2025)*

O autorretrato acima foi postado no instagram pouco mais de 2 meses após minha apresentação no Congresso. Nele, o artista colombiano Silvestre Barragán dialoga diretamente com a experiência de circulação de corpos trans masculinos em banheiros - esses espaços de legitimação, controle e violência. A frase que acompanha a imagem é tanto um apelo à criatividade, como uma convocação à denuncia: não podemos permitir que nossos corpos sigam sendo expostos e obrigados a participar de uma espacialidade que nos violenta. Atualizo este texto com esta imagem pois acredito que quebrar – metaforicamente – mictórios pode ser uma forma criativa de fazer o que Silvestre propõe: redistribuir a vergonha e devolver o insulto. Também o trago para o diálogo para mostrar à pessoa que me lê que eu faço parte de uma vontade e de um movimento coletivo. Caso você quebre algum mictório comigo, nós não estaremos sós!

Ao refletir sobre gênero e espaço público na modernidade, Paul Preciado coloca que “O que caracteriza o espaço público na modernidade ocidental é ser um espaço de produção de masculinidade heterossexual.” (Preciado, 2017, pág. 13). Em outras palavras, o espaço público moderno é desenhado, regulado e imaginado para a circulação confortável de corpos brancos cis que performam masculinidade heteronormativa.

Em sua dissertação *Cidade-armário, banheiros, cozinhas: histórias sobre brechas e gênero*, Daniela de Oliveira Faria pensa a arquitetura como dispositivo ativo na sustentação dos regimes de visibilidade, exclusão e normatização dos corpos. Ao pensar possíveis relações entre gênero, corpo, sexualidade e espaço, Daniela coloca que “signos corpóreos e outros meios discursivos sustentam a aparência ontológica do gênero, mas o espaço também é agente performativo nessa dinâmica” (Faria, 2023, p.81).

Os banheiros dos estabelecimentos comerciais dos EUA do século XIX, ilustram essa afirmação. Ao serem divididos entre “homens”, “mulheres” e “pessoas de cor” - que eram relegadas a instalações precárias e sequer eram reconhecidas como sujeitos de gênero (Faria, 2023, p.52) – estes banheiros participavam ativamente de dinâmicas violência, de exclusão e desumanização e da sustentação uma perspectiva “ontológica do gênero”- racista e excludente.

Ainda no século XIX, em Paris, surgiam os *vespasiennes* - tecnologia arquitetônica que deu origem aos mictórios encontrados até hoje em muitos de nossos “banheiros masculinos” (e serão foco de nossa quebra coletiva). Esses dispositivos urinários - expostos ao ar livre e utilizados em pé - atuaram ativamente na produção do imaginário do que era ser “homem” na época, além de celebrar o domínio da masculinidade sobre o espaço público em um tempo onde as mulheres deveriam resguardar-se no lar e na vida doméstica. Segundo Faria:

As colonnes vespasiennes foram os primeiros banheiros públicos da época moderna. Eles foram

inventados em Paris e, rapidamente, tomaram as ruas de toda a cidade – a estimativa é de que em 1840 já havia cerca de 400 exemplares. Os urinóis consistiam em mictórios perfeitamente desenhados para o uso de homens. Apenas homens. (Faria, 2023, p.50).

Nem todos os homens... O texto na epígrafe desta convocatória é um poema que costumo recitar em SLAMS – competições de poesia falada – realizados na cidade de Belo Horizonte. Ele foi escrito após a prefeitura da cidade sancionar a Lei nº 11.610/2023, a qual estabeleceu templos, escolas confessionais e instituições mantidas por entidades religiosas da cidade podem seguir a “definição biológica” de sexo para regular a utilização de banheiros.

Outro dia, fui a um bar no centro da cidade. Tive vontade de urinar. Quando entrei no banheiro masculino, notei que só havia ali mictórios. Nervoso, dei meia volta e me direcionei com passos rápidos ao banheiro feminino. Quando estava quase chegando, um funcionário me abordou rudemente: “por que você está indo nesse banheiro?”. Constrangido, respondi: “O outro só tem mictório.” Indignado, o homem começou a me ofender, me perguntando o que ele faria se a filha do chefe me encontrasse no banheiro. Eu consegui responder apenas: “eu sou uma pessoa trans e tenho direito a ir ao banheiro! Se você tentar me impedir, chamarei a polícia!”. Neste dia, (que alívio!) eu consegui ir ao banheiro.

No início de junho de 2025 – menos de 4 meses depois da apresentação desta convocatória no congresso -, Luca Strobel, um homem trans de 25 anos, foi detido pela polícia após utilizar o banheiro feminino de um bar na Carolina do Sul, Estados Unidos (Vogue, 2025). Ao perceber que o banheiro masculino do estabelecimento só possuía mictórios, Luca optou por usar o feminino. Tal como eu, Luca foi abordado por um funcionário do bar e teve que explicar sua situação ao se direcionar ao banheiro “feminino” em companhia de uma amiga. No entanto, enquanto usava o vaso sanitário, um homem que se identificou como dono do bar invadiu o banheiro e a privacidade de

Luca, chegando a espiar por cima da cabine de uso individual. A cena foi seguida de agressões verbais, empurrões e, por fim, da chegada da polícia. Mesmo sem ter cometido nenhum crime, Luca foi algemado com brutalidade e levado à delegacia, onde teve sua dignidade sistematicamente ignorada. Tudo isso por tentar fazer xixi. Se alguém tivesse quebrado os mictórios dos bares em questão, a história seguiria a mesma?



*Men only. A vespasienne urinal in the 1960s. (Apenas para homens. Um urinário vespasiano nos anos 1960) Collection Marc Martin. França, 1960.*

A França que inventou os mictórios no século XIX é a mesma que suicidou<sup>6</sup> Herculine Barbin, primeira pessoa intersexo que viveu uma reatribuição legal de gênero. Na introdução de *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*, Foucault questiona retoricamente se “Precisamos verdadeiramente de um verdadeiro sexo? Com uma constância que chega às raias da teimosia, as sociedades do ocidente

---

<sup>6</sup> Termo utilizado na contemporaneidade para referir-se a suicídios resultantes de contextos de violência político-social voltada a corpos marginalizados. Dizemos que uma pessoa “foi suicidada” quando as condições que motivaram seu auto extermínio partem da recorrência de violências inferidas pela sociedade e/ou pelo estado. Pessoas trans masculinas e não binárias são frequentemente suicidadas.

moderno responderam afirmativamente a essa pergunta.” (Foucault, 1980, p.1)

Laqueur em “Inventando o Sexo” defende que a noção de sexo como categoria natural e imutável é uma construção cultural situada historicamente. Se, até o século XVII, predominava o modelo de sexo único<sup>7</sup>, é apenas a partir do século XVIII que o corpo passa a ser lido sob o paradigma do dimorfismo sexual, com base na ideia de uma oposição anatômica entre masculino e feminino. Essa virada, longe de ser apenas produto do avanço científico, responde a interesses culturais e políticos de organização social e hierarquização dos corpos. “O sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder” (Laqueur, 2001, p.23).

Pessoa intersexo designada mulher ao nascer, Barbin viveu 21 anos em sociedade como “mulher” até que um médico “descobriu” que seu corpo não correspondia aos padrões de seu gênero designado. Após essa “descoberta”, uma determinação legal declarou Barbin como “homem” e designou-lhe um nome masculino. Essa decisão foi um dos primeiros casos documentados onde a medicina e a lei intervieram diretamente na definição do gênero de uma pessoa. Seu corpo, interpretado ora como feminino, ora como masculino, escapa às classificações estanques da modernidade e expõe a instabilidade do sexo como verdade biológica. Sua história emerge como ponto de fratura e denúncia.

O que está em jogo no caso de Herculine não é apenas a ambiguidade genital, mas o desconforto que um corpo não legível provoca em uma episteme que precisa fixar, normatizar e nomear. Sua existência torna visível que o sexo – assim como o gênero – é sempre uma leitura, um regime de interpretação atravessado por disputas de poder, e não um dado natural do corpo. Redesignada forçosamente homem pela legislação francesa, Bardín – tal como

---

<sup>7</sup> No modelo de sexo único, anterior as descobertas da ciência sobre as diferenças nos órgãos reprodutores dos corpos, existia apenas um “sexo”, o masculino. Mulheres eram entendidas como homens incompletos ou invertidos. (Laqueur, 2001, p. 16)

eu – não reproduzia os padrões da masculinidade heterossexual que orientavam a produção do pensamento e do espaço em seu tempo. Tal como eu, provavelmente, Bardin não utilizava mictórios. Aos 30 anos, Bardin se suicidou em Paris.



*Foto de intervenção realizada pelo movimento trans de Florianópolis - SC - foto de Ráiz Policarpo*

Brasil. 30 de julho de 2024. Durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 13, que ocorreu no Campus da UFSC, em Florianópolis, o movimento trans da cidade realizou uma intervenção artística nos banheiros “masculinos” da universidade. Onde figuravam viris e imponentes os mictórios, foram colocadas espadas de São Jorge - plantas de limpeza energética e proteção. Se, “no século XX, os sanitários viraram autênticas células públicas de inspeção em que se avalia a adequação de cada corpo nos códigos vigentes da masculinidade e da feminilidade.” (Preciado, 2019, s/p), com essa ação, ês artistas denunciavam a estrutura trans excludente desse dispositivo

urinário que - como os demais dispositivos de poder - estabelecem as redes e as possibilidades de existência de “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 2017, p.364).

Para Foucault (2017), os dispositivos de poder funcionam como construções tecnológicas que, não apenas reforçam a norma, mas fazem dela o parâmetro pelo qual o corpo será disciplinado e punido. Nesse sentido, entender o mictório como dispositivo de poder é associá-lo às ferramentas arquitetônicas, morais, ideológicas e valorativas que se entrelaçam para constituir dinâmicas que regulamentam o corpo, que investem sobre ele poder e o submetem à múltiplas formas de violação a fim de assegurar normalidade e anormalidade, presença e ausência, o centro e a margem. Quebrar ensaísticamente mictórios, banheiros, gêneros e demais técnicas que regulamentam o corpo é, portanto, denunciar vestígios de um “cistema” moderno em ruínas.

Se os dispositivos fabricam parâmetros para que a normalidade seja designada e, ao mesmo tempo, constituem as dinâmicas de anormalidade, apropriar-se deles em novas performatividades, em ações que instituem práticas repetitivas subversivas que rompem a norma, é uma estratégia em busca da desnaturalização de uma ordem de mundo, nesse caso, uma lógica cishetetonormativa.

Butler, em “Problemas de Gênero” (2005), discute o status performativo do “feminino” e “masculino”, apresentando a diferença de gênero como uma *construção fantasística* que se sustenta a partir de práticas significantes; de performatividades, que, por sua vez, são regidas por regras que operam por repetição e que governam as identidades inteligíveis. A significação, abrigaria, assim, a ação, uma ação que repetida inúmeras vezes molda as estruturas de significação que constituem os termos de inteligibilidade segundo os quais compreendemos o gênero. Nesse sentido, “a ordem de *ser* de um gênero ocorre por caminhos discursivos” (Butler, 2005, p. 209), fazendo com que a afirmação do “eu” dependa das estruturas de significação já que “compreender a identidade como uma *prática* [...] é compreender

sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras”. (Butler, 2005, p.2008).

Portanto, reconhecer o status performativo do que é tido como natural, situar estratégias de repetição subversivas e afirmar possibilidades de ação e intervenção dissonantes à norma, seriam, assim, estratégias para a desnaturalização do gênero e de liberação dos corpos das narrativas de violência e de controle. Investir em práticas significantes que produzam efeitos discursivos que rompam com as ficções de poder, com as construções fantasísticas e com os dispositivos que teimam em impor a ideia moderna de gênero é atuar no presente. É moldar a mudança.

## CONCLUSÃO

Houve outra vez que tentei ir ao banheiro no cinema. As transformações corporais ainda eram muito recentes e ainda era difícil para mim administrar minha nova leitura social de gênero. Na época, ainda achava mais conveniente usar banheiros femininos – onde me sentia mais seguro. Quando entrei, todas as cabines estavam ocupadas. Estava aguardando quando uma senhora chegou e me viu. Assustada, me perguntou gritando: “o que você está fazendo aqui?”. A primeira resposta que me veio à cabeça foi: “eu também tenho vagina”. Essa resposta desencadeou uma crise de raiva na mulher, que saiu do banheiro e começou a gritar: “ele falou que tem vagina! Aberração!”. Por sorte, uma das cabines vagou e eu pude me esconder lá dentro até que os gritos transfóbicos se distanciassem.

Não, pessoa que me lê, eu não espero que você me diga: sinto muito! Nós, pessoas trans, não precisamos de lamentos. O sistema que nos mata é o mesmo que te violenta. Nós – eu e você – precisamos de ação! Meu desejo é que você aceite, ainda que ficcionalmente, meu convite para quebrar mictórios. Um, dez, cem... Temos milhões deles para quebrar. Se quisermos, de fato, desnaturalizar as ficções de poder e os “fatos políticos” que constituem nossos “sistemas” de

dominação é necessária repetição subversiva! Que rompamos, juntas, os dispositivos que constroem discursiva/espacial/politicamente as mais diversas formas de exclusão.

## REFERÊNCIAS

BARRAGÁN, Silvestre. **La creatividad como forma de redistribuir la vergüenza, para devolver el insulto...** [Publicação em rede social]. *Instagram*, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DKyb76qMD90/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FARIA, D. de O. **Cidade-armário, banheiros, cozinhas: histórias sobre brechas e gênero.** 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

FOUCAULT, Michel (org.). **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

\_\_\_\_\_. *A microfísica do poder.* Organização, introdução e revisão técnica de. Roberto Machado. - 6. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001.

NISISHIMA, Leandro. **Sente-se e embarque no maravilhoso mundo do banheiro japonês.** São Paulo: Go!Go!Nihan! Disponível em: [https://gogonihon.com/pt/blog/banheiro-japones/#:~:text=Saneamento%20e%20limpeza%20na%20cultura,da%20influ%C3%Aancia%20da%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20americana](https://gogonihon.com/pt/blog/banheiro-japones/#:~:text=Saneamento%20e%20limpeza%20na%20cultura,da%20influ%C3%Aancia%20da%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20americana.). Acesso em 14 de outubro de 2025.

PRECIADO, Paul B. Cartografias “Queer”: o “flâneur” perverso, a lésbica topofóbica e a puta multcartográfica, ou como fazer uma cartografia

“zorra” com Annie Sprinkle. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 5, n. 17, jan. 2017.

PRECIADO, Paul B. Lixo e gênero, mijar/cagar, masculino/feminino. Tradução de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. **eRevista Performatus**, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019.

VOGUE. **Homem trans é detido pela polícia após usar banheiro feminino nos EUA**. São Paulo: Redação Vogue. Disponível em: <https://vogue.globo.com/atualidades/noticia/2025/06homem-viraliza-ao-relatar-prisao-apos-usar-banheiro-feminino-na-carolina-do-sul.gh.html>. Acesso em 14 de outubro de 2025.

## **POLIDOXIA COMO ABORDAGEM DE RESGATE DAS DISSIDÊNCIAS NO ÂMBITO DA FÉ**

*Marina de Oliveira Lúcio<sup>8</sup>*

### **Resumo**

A espiritualidade é uma dimensão humana, que, porém, foi sendo deslocada para lugar de conceito abstrato através de trabalho histórico que retira da espiritualidade a concepção de energia vital. Passa, então, a ser uma dimensão de religiosidade monocultural cristã e não abarca toda a dimensão religiosa de pessoas complexamente formadas, de posicionamentos identitários (Harré, 1990) carnavalescos. Uma vez que o poder pastoral, se caracteriza como projeto de dirigir pessoas, nos detalhes de suas vidas, é que o poder vai permear a produção de verdades e de algumas subjetividades em detrimento de outras. (Foucault, 2022). O poder da religião, de forma institucionalizada, vai determinar formas mais ou menos verdadeiras e válidas de ser e viver. Polidoxia surge como conceito que captura a ideia de que não há uma verdade divina, uma revelação única de deus (do sagrado), e, portanto, não há uma experiência singular da fé. A relação com a divindade se dá pela multiplicidade e relacionalidade, irrestringíveis, é uma abordagem da teologia que preza pela verdadeira comunhão e não submete nenhuma forma de ser à dominação. Entende-se que a experiência de fé não é a mesma para os diferentes gêneros, pois desigualmente experienciam o mundo no qual a religiosidade é institucionalizada. As pessoas religiosas e cristãs estão sujeitas ao status ontológico das verdades de Deus, as quais constantemente são usadas para justificar e legitimar a subordinação e a invisibilização de outras identidades dissidentes. Em suma, através da abordagem da polidoxia se recupera a dimensão diversa e humana das possibilidades de fé, retificando uma experiência universal (Pui-Lan, 2015). Assim

---

<sup>8</sup> Mestra em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-graduação da PUC Minas. Psicóloga graduada pela PUC Minas campus Poços de Caldas. Bolsista CAPES. E-mail: marinalucio.psi@gmail.com.

a atenção da polidoxia indica um caminho de cuidado, uma vez que apresenta uma perspectiva de responsabilidade pelas possibilidades do ser. Logo a polidoxia abre caminho diante relações de poder institucionalizadas para novas espiritualidades que vão abarcar a plenitude das vidas invisibilizadas pelo discurso hegemônico.

**Palavras-chave:** Polidoxia; Espiritualidade; Poder; Dissidências; Experiência.

### **Resumen**

La espiritualidad es una dimensión humana que, sin embargo, ha sido desplazada hacia un concepto abstracto a través de un trabajo histórico que le resta a la espiritualidad la concepción de energía vital. Se convierte, entonces, en una dimensión de religiosidad monocultural cristiana y no abarca toda la dimensión religiosa de personas complejas, con posiciones identitarias (Harré, 1990) carnales. Dado que el poder pastoral se caracteriza por ser un proyecto de dirigir a las personas en los detalles de sus vidas, es ahí donde el poder impregnará la producción de verdades y de algunas subjetividades en detrimento de otras (Foucault, 2022). El poder de la religión, de forma institucionalizada, determinará formas más o menos verdaderas y válidas de ser y vivir. La polidoxia surge como un concepto que captura la idea de que no existe una verdad divina, una revelación única de Dios (de lo sagrado) y, por lo tanto, no existe una experiencia singular de la fe. La relación con la divinidad se da por la multiplicidad y la relacionalidad, irrestrictivas, es un enfoque de la teología que valora la verdadera comunión y no somete ninguna forma de ser a la dominación. Se entiende que la experiencia de la fe no es la misma para los diferentes géneros, ya que experimentan de manera desigual el mundo en el que la religiosidad está institucionalizada. Las personas religiosas y cristianas están sujetas al estatus ontológico de las verdades de Dios, que se utilizan constantemente para justificar y legitimar la subordinación y la invisibilización de otras identidades disidentes. En resumen, a través del enfoque de la polidoxia se recupera la dimensión diversa y humana de las posibilidades de la

fe, rectificando una experiencia universal (Pui-Lan, 2015). Así, la atención de la polidoxia indica un camino de cuidado, ya que presenta una perspectiva de responsabilidad por las posibilidades del ser. Por lo tanto, la polidoxia abre camino frente a las relaciones de poder institucionalizadas hacia nuevas espiritualidades que abarcarán la plenitud de las vidas invisibilizadas por el discurso hegemónico.

**Palabras-clave:** Polidoxia; Espiritualidad; Poder; Disidencias; Experiencia.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é r um artigo ensaístico que apresenta o conceito de polidoxia como abordagem prática do viver religioso cuidadoso, como possibilidade de resgate das dissidências no âmbito da fé. Por meio desta ilustração pretende-se, então, denunciar estruturas que historicamente se erigiram por fundamentalismos e marginalização de certos modos de ser em detrimento de outros, bem como tomaram parte na institucionalização destes.

Ainda que a espiritualidade seja reconhecida como uma dimensão humana, a religiosidade é uma dimensão institucionalizada. Foi um trabalho sócio-político histórico de deslocamento e distanciamento da espiritualidade em relação ao sujeito, para um lugar distante do corpo e daquilo tudo material. Se tornou, então, abstrato, quase inalcançável, principalmente para grupos hierarquicamente rebaixados, como dissidências de gênero, étnicas e sexuais. Assim, o cristianismo, que por meio dessa lógica se consolidou enquanto religiosidade hegemônica, mantém exclusas outras formas de ser e viver a espiritualidade.

É importante passar por uma revisão teórica para compreender as dinâmicas presentes no contexto religioso cristão no que tange o poder pastoral, que orienta modos de ser estratégicos e rejeita outros, o que foi explicitado por Foucault (2022), e também, compreender os processos de subjetivação que ocorrem sob essa lógica do poder

(Butler, 2017; 2022), e observar a necessidade de olhar para esses processos enquanto posicionamentos identitários (Harré, 1990).

Por fim, ver-se-á o que se pretende pelo conceito de polidoxia (Pui-Lan, 2015), que vai respeitar e valorizar a pluralidade de experiências diante da realidade essencial, com origem em epistemologias feministas, decoloniais e pós-estruturalistas, e que denuncia uma gama de povos não abarcados pelo status ontológico das verdades de deus. Esse caminho pretende expurgar a noção universal e universalizante do Deus-Pai-Uno. Em contrapartida de uma ‘tirania do único’, através de pesquisa exploratória com orientação de uma epistemologia da construção (Gui, 2003), ensaia-se um caminho convergente entre o pressuposto fenomenológico-hermenêutico (Heidegger, 2015; Casanova, 2015; Evangelista, 2016), da subjetivação do ser pelos modos de cuidado, da própria existência, dos outros e do mundo, e as vias da polidoxia, no sentido de que esse cuidado se direciona para propiciar experiências da fé e do espírito mais dignas e mais autênticas (singulares, próprias, etc.).

Visibiliza-se, assim, as diversas possibilidades existenciais, dissidentes do esquema androcêntrico. Para isso será explorado o conceito do cuidado (*Sorge*), para a fenomenologia existencial, como cultivo de quem se é em toda e qualquer relação que se empreende; respondendo sempre por quem se é e pelo mundo no qual se é. É responsabilidade e cultivo que, mais uma vez, preza pela verdadeira comunhão sem a relação de poder que visa a continuidade. Assim a atenção da polidoxia indica “atividades de cuidado” (Santos, 2010, p. 116), uma vez que apresenta uma perspectiva da ética da alteridade, entendendo esta como constitutiva do ser. Dessa forma, a polidoxia pode ser vista como uma estratégia de cuidado que possibilita o resgate da espiritualidade como dimensão humana – como energia vital – e assim abre caminho para novas espiritualidades que vão abarcar a plenitude das vidas invisibilizadas pelo discurso hegemônico. Pois já tarda a necessidade de “refazer processos e caminhos históricos estagnados, questionar os sistemas de verdade, repensar nossas

práticas diversas e reaprender a pensar o mundo de outra forma” (Ströher, 2018, p. 64-65).

## **1 DIMENSÃO HUMANA**

Embora o humano tenha passado por diferentes posicionamentos sociológicos, e até mesmo, visto por diferentes perspectivas psicológicas, a psicologia de linha existencial e fenomenológica passou a se preocupar com um movimento coisificador do ser humano durante os séculos XIX e XX. De acordo com a visão dos estudiosos destas linhas, a ciência moderna, em nome da metafísica, desalinhou o sentido existencial humano ao passo que criou polarizações contraditórias, binarismos naturalizados, mas não naturais. Assim é que corpo e espírito passaram a ser entendidos como divisíveis e enquanto a ciência moderna estabelece a verdade enquanto aquilo claramente observável, organizável e comprovável, o corpo, suas funções estruturais e condicionais passaram a ser mais valorizadas pelos estudos do homem em detrimento do não observável, daquilo da ordem do espírito – que, todavia, não deixou de existir, mas foi relegado ao âmbito teológico, institucionalmente cuidado pela igreja. Nesse sentido, os esforços se intensificaram para entender, explicar e, posteriormente, controlar as experiências humanas.

A dimensão humana de abertura, por outro lado, que opera na realidade existencial, além da realidade factual, biológica, possibilita as possibilidades criadoras e recriadoras de si, e é compreendida como dimensão espiritual. Tal dimensão é enfaticamente resgatada e revalorizada pela logoterapia de Viktor Frankl (1987), fortemente embasado por fenomenólogos como Max Scheler e Martin Heidegger. Então, se compreende: espiritualidade é a característica instantânea do estar no aqui e no agora, ato puro e por isso se insere no âmbito das possibilidades. A espiritualidade, por essa leitura, é uma abertura de possibilidade de liberdade e de consciência imediata, que se configura na extensão da realidade enquanto sentido (Neto, 2013).

O espírito é aquilo que possibilita escapar de qualquer tendência determinante da existência, de caráter sempre fugaz, sempre único, sempre específico, sempre novo e sempre criativo. Ao aceitar e realizar sua dimensão espiritual é que o ser humano passa a ser propriamente, assume aquilo que faz e se responsabiliza por sua existência. Essa espiritualidade aponta para os existenciais reforçando a relação. Enquanto ser-no-mundo e ser-com, é sempre na relação que a espiritualidade aparece, como uma resposta àquilo que se revela e àquilo que não se revela (Neto, 2013).

Ocorre, porém, um movimento da filosofia e da religiosidade que passa a interpretar o ser humano por um projeto metafísico e dualista que separa corpo e espírito. Como um estado decaído era que Platão considerava o corpo - um decaimento da alma, em punição ou teste; a vida corpórea passou a ser, por ele, interpretada como apenas um momento de mortificação em preparação para a vida eterna e ser libertado do ciclo de reencarnação. Sendo que alma decaída apresentava uma dada hierarquia, na qual o corpo era subalterno ao espírito, mas um corpo feminino era subalterno ao masculino e por isso a alma presa neste estava mais distante da libertação do ciclo de reencarnação, mais distante da transcendência e a divindade.

Como uma luta disciplinar, em nome do bem se fez necessário que a alma dominasse aquilo tudo da natureza do corpo, ao contrário, se permitisse vazão a seus impulsos, seria como permitir que o mal tomasse conta e então, a alma decairia cada vez mais. De um homem intelectual para um homem trabalhador, deste para uma mulher e de mulher para animal (Ruether, 1992). Com essa tradição de pensamento, se apresentam as influências que culminaram em um sistema cristão de pensamento emergido ao final do quarto século em filósofos como Santo Agostinho, que caracteriza como fusão conservadora de patriarcado, ascetismo e apocalipse (Ruether, 1992). A hierarquia de gênero era vista como natural (sem ainda incluir demais dissidências como étnicas e sexuais), refletindo a capacidade intelectual e moral inferior da mulher em detrimento dos homens feitos à imagem e semelhança de deus.

Pois, o ascetismo, ao mesmo tempo é compreendido como uma recusa do corpo, da natureza e da terra - daquilo tudo que não é transcendente - e, também, como rejeição do excesso, a favor de uma vida simples, equilibrada e igualitária, de harmonia. Porém, historicamente, foi altamente associado à hostilidade em relação às mulheres, à sexualidade e à corporeidade. Assim, a religião funciona através de um sistema mítico-ritual que consagra e institucionaliza uma determinada ordem estabelecida. Objetiva um mundo social e incorpora este nos corpos individuais através de sistemas e forças simbólicas (Bourdieu, 2022).

Religião tem função cultural como criadora de uma estrutura de mundo, embora seja emergente de experiência em nível individual e social, projeta o funcional social da experiência, significando as concepções para além do real. Daí, considerando o significado da salvação para o fiel, entende-se a importância do papel do transcendente para a religião, os símbolos do imaginário representam verdades transcendentais e, por isso, é preciso que haja uma aceitação prévia (a fé) de uma realidade que transforma a experiência. É preciso “crer para ver” uma vez que a religião cria motivações e dá a elas sentido, o que ocorre uma vez que para o crente, o que importa é a religião e não o mundo (Schultz, 2007).

Vê-se, então, como o cristianismo se desdobra em igrejas que institucionalizam expressões religiosas colonizadas, principalmente, através dos corpos colonizados, perpetuados em relações de poder e dominação. O cristianismo ocidental é uma cultura hegemônica que moldou e continua a moldar o resto do mundo, através da ideologia imperialista e neoimperialista - mesmo no mundo secularizado, há influência cristã na política, na moral, da educação, na ciência e na saúde (Ruether, 1992). O cristianismo é uma grande expressão da cultura clássica que foi estabelecida entre 500 antes da Era Comum e 800 da Era Comum, daí foram herdados os sistemas de dominação bem como pensamentos naturalizados das relações hierárquicas e das vontades de Deus.

O cristianismo, em especial, surge como um movimento pontual daqueles perseguidos pelo Império Romano, que forcejavam existir entre povos que seguiam tradições religiosas divergentes (como as gregas, romanas e judaicas) (Pui-Lan, 2015), como uma contracultura antiga. A perseguição cristã era frequente, pois, seus valores religiosos entravam em conflitos com o poder social e imperial – podemos notar que eram um grupo de pessoas oprimidas, uma minoria, que (posteriormente) se tornou uma maioria que por sua vez oprimia e perseguia os diferentes. A religião, sempre foi um fato político, o que o que foi evidenciado pelo materialismo histórico. Após o século V e ao longo da Idade Média o axioma cristão central era “*extram ecclesiam, nulla salus*” (fora da Igreja não há salvação). Este se tornou “o ensinamento oficial, reiterado e ulteriormente desenvolvido por papas e concílios” (Pui-Lan, 2015, p. 14).

A religiosidade se dá como rituais, linguagens e tradições que se institucionalizaram. De certa forma, a tradição carrega consigo um aprisionamento em potencial – como um compilado de costumes e símbolos em favor de um modelo hierárquico e piramidal. Assim é como as instituições se mantêm, instituindo leis e tradições que mantêm e garantem o poder.

Embora a institucionalização seja um movimento compreensível e até necessário, tomar a instituição patriarcal quase como a única fonte depositária das verdades da fé, pode constituir-se numa afronta às mulheres, ao bom senso e à capacidade das pessoas de pensar a sua fé a partir dos diferentes contextos históricos (Gebara; Mo Sung, 2020, p. 95).

Tal movimento, mais uma vez, vai em divergência àquilo mais humano que é a mistura de aspectos complementares e contraditórios, ao mesmo tempo. A concepção cartesiana e dualista reduz o humano à sujeitos e à papéis rígidos do ser. Porém, Harré (1990) mostra uma concepção útil para acessar aquilo institucionalmente negado. Isso

porque as identidades se constroem nas fronteiras de diferentes realidades, em entre-lugares, não simplesmente nas singularidades (Ribeiro, 2018). A ideia de posicionamentos identitários vai emergir da ideia de uma construção identitária contextual, dialogicamente influenciados e influenciando os meios, de forma que o sujeito vai se conhecer pelas identificações e não identificações de acordo com as posições que assume em determinados discursos, que vai organizando noções de pertencimento.

Posicionar-se, então, ou estar posicionado, resgata a responsabilidade de implicar os sujeitos em suas próprias construções discursivas e identitárias. Como se constroem mutuamente, discurso e posicionamentos, são possíveis de criar realidades distintas e incompatíveis entre si, bem como pode ocorrer com os próprios posicionamentos identitários (Harré, 1990). Então, assumir um posicionamento é assumir um ponto de vista, é incorporar um repertório conceitual e uma posição numa estrutura de direitos para aquele que o utiliza. O indivíduo, constantemente construído e reconstruído nas diversas práticas discursivas em que toma parte, mostra a identidade enquanto sempre aberta e em transformação. Depende das posições disponíveis tanto nas próprias práticas discursivas quanto nas daqueles com quem interage, no entremeio as narrativas conferem sentido à sua identidade e à dos outros (Harré, 1990). Essa dinâmica revela que as posições identitárias não são estáticas, mas continuamente negociadas no fluxo das interações.

## **2 DIMENSÃO NORMATIVA**

No que tange às instituições, como família, quartéis, fábricas, hospitais, escola e igreja, encontra-se na ideia de disciplina, fundamentada por Michel Foucault (2009), um tipo de poder basilar para suas estruturações. Como um poder controlador do corpo, que ao produzir tipos de corpos produz, de forma síncrona, modos de ser. A disciplina surge enquanto efeito da criação de sujeitos dóceis,

enfraquecidos em sua capacidade de resistência e de produção de efeitos de contrapoder (Foucault, 2022). Assim, a disciplina opera no interior do corpo, marcando o automatismo do hábito - diretamente sobre o sujeito, o molda por meio de reflexos condicionados. Então, é um poder que adentra corpos dóceis e obedientes por meio de uma programação completa do tempo, da apropriação dos hábitos e do aprisionamento do corpo dentro de um cotidiano trivial e produtivo.

Com efeito, um outro tipo de poder de origem religiosa, o poder pastoral, observado após o advento do cristianismo, se caracteriza como projeto de dirigir pessoas, nos detalhes de suas vidas; há uma direção a ser seguida para alcançar a salvação (Foucault, 2022). Antes desse momento, a ideia de considerar os sujeitos como rebanho a ser pastorado, obedientes a uma determinada figura vista como pastor não aparecia. A exigência de uma obediência incondicional e entrega em nome de um indivíduo que teria como missão a salvação foi um advento cristão. Essa ordem religiosa, portanto, trata de um poder já não exercido sobre um território, mas sobre um grupo de pessoas cuja coletividade não ultrapassa a visão subjetiva de cada um dos indivíduos. Com técnicas da confissão, do exame de consciência e orientação espiritual é que o poder vai permear a produção de verdades e de subjetividades. (Foucault, 2022).

Por isso, o poder da Igreja se mostra tão marcante: o senso de comunidade e o objetivo de criar vínculos acima de tudo geram um forte sentimento de união, sustentado por princípios, valores, doutrinas e hábitos comuns.

Ao operar no hábito, o poder renuncia ao esforço direto e se naturaliza no cotidiano, tornando-se autoevidente dentro da sociedade. É nessa astúcia do poder que reside sua força, permitindo-lhe operar em sociedades complexas, ainda que Foucault tenha descrito seu funcionamento na sociedade moderna do século XIX.

Bourdieu (2022) expande essa noção ao elaborar o conceito de *habitus* e *habitudines*. Como disposições e estruturas que se formam e se reproduzem no mercado de bens simbólicos, no terreno das trocas simbólicas e das relações de produção e reprodução do capital

simbólico, trabalha sobre um hábito que dá ensejo à adaptação pré-reflexiva à ordem dominante, conduz ao reconhecimento, repetição e naturalização. Com o conceito de *habitus*, Bourdieu complementa as teorizações de Foucault sobre o poder no âmbito simbólico.

Poroutrolado, o autoconhecer-se e o processo do desenvolvimento humano colocam em cheque questões de identificações e não-identificações, o que mostra e transforma padrões de busca de reconhecimento em instituições, movimentos, grupos e outros indivíduos. Refletir sobre si mesmo é uma capacidade do indivíduo de gerir a própria vida e as escolhas que a acompanham. Assim o eu/identidade, se manifesta como produto da relação do corpo e da consciência com o mundo (Guimarães, 2019).

Enquanto a construção identitária não é fixa, mas mutável, sofrendo influências dos inúmeros contextos onde se insere, a religião e as igrejas apresentam uma certa rigidez organizacional, podendo ser vistas como instituições totais, devido ao compromisso doutrinário, e disciplinar, o que pode agravar uma certa negligência às subjetividades, aquilo próprio de cada pessoa. Os seres humanos são fluidos e mutáveis, existem em uma dimensão mundana e possuem desejos próprios, ao contrário do que prevê as verdades divinas e universais de deus (Guimarães, 2019).

Assim, a religião aparece acionada por indivíduos e grupos sociais como meio de fortalecimento identitário, legitimação de discursos e afirmação de pertencimentos. Segundo Santos (2015), o que não se alterou diante de um perfil secularizado, mas evidencia o, ainda, papel significativo na articulação e/ou catalisação de conflitos, e evidencia sua influência na construção de identidades sociais e culturais.

Pois, por um lado, a religião e a espiritualidade aparecem cada vez mais apreendidas de forma subjetiva e individualizada, caracterizando um processo de desregulamentação de normas institucionais. De outro, há uma reação que busca reafirmar absolutos religiosos, promovendo a manutenção de uma ordem tradicional e universal por intermédio do poder disciplinar e pastoral, característicos dessa instituição. É

um tensionamento que evidencia a religião sendo continuamente mobilizada tanto para fundamentar discursos individualizados quanto para justificar reivindicações de pertencimento coletivo.

De modo geral, a religião, embora amplamente apresentada como assunto privado, é tratada como universal pelo Estado secular. O pensamento moderno tentou submeter toda religião à razão, o que obscureceu particularidades das tradições religiosas e suas visões culturais alternativas, o que acarretou em uma hegemonia cultural europeia sobre as demais crenças e tradições. Isso passa pelo crivo de um pluralismo cultural submerso à ordem de dominação cristã que “tolera a diversidade”, porém que paulatinamente exclui culturas pelas normas e categorias ocidentais com uma carga de influência cristã, características do liberalismo ocidental (Pui-Lan, 2015). Como considera a autora: “A religião é a designação criada para privatizar fortes convicções a fim de torná-las inofensivas, de modo que as presumidas democracias possam continuar a ter a ilusão de que florescem na diferença” (Pui-Lan, 2015, p. 20).

Então é por meio da cultura e da economia que as relações de poder e dominação se dão, mais do que pela força coercitiva, como já foi. Com menor poder e espaços de influência do Estado e seus dispositivos, como partidos políticos e empresas tradicionais (Ribeiro, 2018). Há, então, um deslocamento evidente do religioso para fora de seus espaços tradicionais, com presença nas esferas políticas, econômicas, e em outros espaços da vida secular, mesmo que a vida moderna tenha empreitado na secularização do discurso. O religioso é mais cotidiano e habitual do que se admite (Ribeiro, 2018).

Existem, todavia, contradições que se mascaram e se evidenciam dentro do contexto religioso pela via dos discursos religiosos. É presente de maneira marcante o discurso de igualdade entre homens e mulheres enquanto irmãos e irmãs de fé, em especial no cristianismo, porém, as premissas cristãs pregam a tradição familiar patriarcal, que separa para a mulher o papel de servidão ao marido, à família e ao lar - isso reforça uma determinada construção identitária da mulher vinculada aos papéis de mãe e esposa, e o homem a uma

dada virilidade masculina, além de estabelecer, reforçar e naturalizar um binarismo radical da vida. Essa concepção advinda do século XIX evidencia a dicotomia entre público e privado, dado que entende a família como instância isolada da sociedade, sem relação com a organização do Estado, da economia e de outras instâncias públicas (Toledo-Francisco, 2002).

Uma identidade social passa pelo reconhecimento de práticas que se materializam em modos de ser específicos, dotados de sentidos simbólicos, e que se consolidam quando agentes, coletivos ou individuais, tornam patente e permanente a existência de um grupo, classe ou comunidade. O âmbito religioso confere, ainda, um caráter cultural à identidade, que se orienta por práticas, relações, hierarquias e representações definidas. Portanto, a identidade religiosa exerce papel central na instituição dos papéis identitários, em especial de gênero, e na definição de valores e sentidos em um determinado movimento, por uma idealização legitimada por práticas e discursos (Silva, 2017).

Assim, atos de conhecimento se dão como atos de reconhecimento: pela internalização e apropriação das estruturas de dominação e, portanto, de reprodução destas - o que leva a uma luta cognitiva em respeito dos sentidos do mundo e dessas realidades de reprodução. Por outro lado, a indeterminação de certos objetos dá abertura para a possibilidade de resistência contra o efeito da imposição simbólica (Bourdieu, 2022).

É perante às estruturas reguladoras do gênero, que a percepção da mulher como aquilo que não é o homem, e que escapa às representações universais masculinas, portanto, indefinidas se dá. Assim, é como se mulheres não tivessem identidade, mas um reflexo da identidade masculina; não literalmente, mas é por meio dos homens, já identificados, que em relação com eles passam pelos atos repetidos de diferenciação simbólica. Por esse sentido é que na igreja as mulheres se encontram mais disponíveis a servir, compondo maior parte do público consumidor e reproduzidor das crenças e teologias; Estão mais dispostas a ser o que deus precisa que sejam (Butler, 2022).

Todas as dimensões da vida social são atravessadas por relações de poder, que estrutura hierarquias, impõe normas e molda os processos de subjetivação. No contexto das instituições religiosas tais dinâmicas se complexificam na articulação com as crenças e vivências da fé na configuração cotidiana. A articulação entre espiritualidade e poder esteve sempre presente na consolidação do cristianismo como religião hegemônica, legitimando estruturas teológicas e sociais.

É no interior dessas mesmas normas, que se criam oportunidades críticas para expor os limites de tal compreensão e, conseqüentemente, se possibilita a supervisão de matrizes rivais e subversivas. Muito do que se compreende e apreende em relação às categorias de gênero, sexo e identidade, de modo geral, depende de como o campo do poder é articulado (Butler, 2022). A lógica tradicional se inverte nessa perspectiva, a cultura torna-se destino, e não a biologia. É como aponta a filosofia de Simone de Beauvoir, ao afirmar que não se nasce mulher, torna-se mulher. Esse tornar-se não está fundado por um fato biológico, mas resulta de um sistema normativo que orienta os processos de subjetivação. As coerções culturais, apropriam-se de e designam um gênero, uma sexualidade e uma identidade ao sujeito, internalizando suas normas, significados e expectativas. Por isso, o corpo não se reduz a um suporte passivo de representações, mas constitui-se como uma construção social (Butler, 2022). O gênero, dentre outras características identitárias, atribui sentido ao corpo bem como também pode, em certa medida, produzir o próprio sexo que seria biológico, uma vez que os significados culturais que incidem sobre o corpo sexuado não são neutros, mas delimitam as possibilidades de reconhecimento e inteligibilidade dos sujeitos.

Dessa forma, o poder produz a normatização institucionalizada e que sustenta as estruturas dentro dessa lógica, ao mesmo passo que produz aquilo que vai se localizar às margens e subverter a mesma lógica e se reproduzir/reconhecer enquanto dissidências. Há uma plasticidade na relação entre linguagem e realidade, permitindo a possibilidade de subversão. O ato de nomear-se, de situar-se como sujeito discursivo, implica apropriar-se da linguagem,

partindo da própria experiência. O privilégio de enunciar o ‘eu’, de permear os posicionamentos identitários, confere poder ao sujeito, estabelecendo-o como um centro soberano de enunciação e agência. Esse movimento, por sua vez, pode desestabilizar categorias diferenciais historicamente cristalizadas.

### **3 DIMENSÃO DO CUIDADO**

Para que haja uma compreensão genuína do mundo, é imprescindível que ocorra um intercâmbio das diferentes formas de habitá-lo, para isso, deve haver uma descentralização de grupos dominantes, que impõem sua visão e seus conhecimentos sobre outros. O cristianismo tem forte base missiológica, que entende que é preciso levar a todos para a verdade e a bondade da salvação cristã. O movimento missionário é alvo de fortes críticas, dado que atua como ferramenta de imperialismo cultural, a serviço da expansão colonial. Assim, se tem ausente um espírito de mutualidade e reciprocidade, essencial para superar intolerâncias, preconceitos e visões estereotipadas (Pui-Lan, 2015). Uma vez que a maior parte da população mundial, marcada pela fome e pela pobreza, não é cristã, não é possível estabelecer uma comunhão ou paz global sem reconhecer e valorizar seus símbolos e suas experiências de vida (Pui-Lan, 2015).

De acordo com Kwok Pui-Lan (2015), é necessária uma reavaliação da religião enquanto força pública - é uma fonte de motivação, justificação, organização e mundovivência das sociedades desde os tempos bíblicos ao momento atual, na qual se sustentam atos públicos de violência. De forma conveniente, é estratégia dos dominantes, dos grupos hegemônicos, de quem detém o poder, se manter “invisível” com práticas que articulam ações políticas e econômicas a símbolos, subjetividades e discursos que ensinam determinadas cosmovisões e formas de gerir a vida e a sociedade. Assim são criadas condições de negar poderes outros, regulando e regendo diretamente a natureza

humana (Ribeiro, 2018). No contexto de uma sociedade ocidentalizada, se dá um processo de coesão interna resultado de conflitos com os povos diferentes em contraste com os outros, forjando um senso de identidade diferente do que se tinha antes. “A concepção religiosa europeia cristã é um dos elementos cruciais desta coesão” (Ribeiro, 2018, p. 27). Essa concepção religiosa delinea hoje os diferenciais de poder que estão em interação nas práticas, nos diálogos e nos discursos; especialmente em relação aos grupos religiosos subalternos e grupos dissidentes.

O cristianismo ocidental tem as marcas coloniais e imperiais do domínio e da hegemonia, com faces violentas e até mesmo dissimuladas (Ribeiro, 2018). Porém, ao passo que as religiões são embebidas de poder repressor, também apresentam um poder libertador e curativo. A religião, bem como a política são feitas por pessoas e dessa forma as ambiguidades e contradições dessas esferas se misturam entre si e com a vida humana. Mas vale reconhecer o momento e espaço de cada coisa. Nem a política nem a religiosidade são estéreis. “É antes de tudo religiosidade vital que conecta a vida com a vida no imediato, no cotidiano, que faz bem e possibilita o nascimento de coisas novas até na política” (Gebara; Mo Sung, 2020, p. 77). Há na vida humana uma dimensão misteriosa, que pode levar muitos nomes e palavras, que chama, não dogmas rígidos ou instituições, mas verdades que passam pelos sentidos do corpo (Gebara; Mo Sung, 2020).

Por isso é interessante considerar a abordagem da polidoxia nas práticas religiosas e teológicas. Polidoxia pretende permitir uma verdadeira comunhão, sem relações hierárquicas e com respeito ao diferente na profissão da fé, “uma teologia da multiplicidade busca companhia e não reduz o Outro ao Mesmo” (Pui-Lan, 2015, p. 18). Isso se dá em face de que a polidoxia propõe revelar a verdade por trás do mito da superioridade de um deus universal, de um credo e Igreja únicos, a favor da multiplicidade de tradições e perspectivas ao considerar a realidade cotidiana e a espiritual (Pui-Lan, 2015).

Polidoxia revela a compreensão de que não há monopólio sobre a revelação de deus, e que a divindade precisa ser compreendida

com multiplicidade, irrestringibilidade e relacionalidade, como destaca Pui-Lan (2015). É um conceito teórico rico, que se inspira em aportes das teorias feministas, pluralistas e pós-estruturalistas. Em oposição à “tirania do único”, a polidoxia busca revelar fenômenos que são dinâmicos, ancorando-se na teoria social crítica e na defesa da horizontalidade das relações, em contraste com a rigidez da ortodoxia (Pui-Lan, 2015). Em si, a concepção de um deus uno, no contexto do monoteísmo, tem sido historicamente mobilizada para sustentar ideologias de superioridade branca, europeia e norte-americana. Adotar a polidoxia, portanto, é um posicionamento ético e político em favor da paz, contra o status ontológico das verdades absolutas sobre deus, que com frequência legitimam guerras e conflitos. É urgente que se abram espaços institucionais alternativos para guiar e acompanhar a educação da fé para além do dado pela tradição clerical (Gebara; Mo Sung, 2020).

O nivelamento é o véu da impessoalidade enquanto heterogeneidade, a diferença, a multiplicidade, se dá pela ruptura da homogeneidade e como vai apontar a fenomenologia, a existência rompe o pacto do impessoal. Enquanto negamos os estados de ocultamento, deixa-se-ser, então se é livre para ser (Heidegger, 2015). Pela analítica da existência se desvela uma existência do ser para além da tradição, o que revela o ser como *Sorge*, que do alemão pode ser traduzido como cuidado e remete “a ansiedade, a preocupação que nasce de apreensões que concernem ao futuro” (Inwood apud Evangelista, p. 119, 2016).

Assim, *Sorge* expõe a característica do ser de estar a cada momento em jogo, portanto indeterminado e constituído de poder-ser. Responder às possibilidades condiz com os modos-de-ser que vai tornar o ser alguém, como um processo de subjetivação “a partir do que é possível nos mundos históricos fáticos que habita” (Evangelista, p. 119, 2016). Pois, poder-ser se realiza nas possibilidades oferecidas no e pelo mundo, entretanto, o âmbito fático leva o ser a se desarticular de si mesmo e passa a existir de forma dissonante em relação ao seu modo de ser mais próprio.

Se toda noção de poder-ser do ser-aí humano se dá na dependência de um comportamento basilar na relação com o mundo, se faz importante pensar o ser a partir do cuidado que o ser-aí extrai do mundo fático sua significância e dos mobilizadores estruturais das orientações existenciárias (Casanova, 2015). O cenário que se revela no mundo contemporâneo é de homogeneidade - de experiência de um mundo impróprio (exploratório e de dominação) que não permite ou, ao menos, vala as possibilidades distintas de propriedade do ser-aí - mas que, por outro lado, nos coloca de frente com a violência e mortalidade, com uma falta de sentido, sem possibilitar ou oferecer transformações, o que mantém uma dissonância existencial. A antecipação da morte faz não ser possível escapar da estrutura do cuidado, exigindo um ser que se realiza em sintonia com os existenciais que lhe são constitutivos, que se responsabiliza pelo poder-ser (Casanova, 2015). É um cuidado cuidadoso e humanizante aquele que viabiliza cada vez mais modos-de-poder-ser-mais.

Para o pensamento crítico e decolonial a polidoxia se configura como artimanha útil e eficaz para enfrentar as hierarquias de poder entre grupos e criar espaços para a profissão de fé de pessoas que não concordam e não se sentem contempladas com as práticas patriarcais e androcêntricas das Igrejas. Isso, pois, as igrejas cristãs compaginaram com o colonialismo através de suas missões civilizatórias, bem como a Bíblia foi empregada para apoiar pretensões imperialistas e hegemônicas, e, nesse sentido, a polidoxia busca apresentar recursos para que os dissidentes se reconheçam mutuamente e construam uma narrativa política de solidariedade (Pui-Lan, 2015). Assim, possibilita a tomada da voz própria para representarem-se a si mesmos nas instituições públicas e discursos religiosos, até então, apagados pela voz universal. Esse fato é muito problemático uma vez que, como pontua Pui-Lan (2015, p. 39), “representações preconceituosas são possibilitadas devido aos relacionamentos coloniais desiguais e, em contrapartida, justificam e reforçam a hegemonia”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modos dissidentes de ser estão implicados existencial e politicamente em uma contracultura à hegemonia cultural e política e por isso não podem ficar à margem do discurso/ambiente religioso. É importante que as Igrejas reconheçam honestamente sua permissividade e participação na história do colonialismo e imperialismo cultural. A compreensão que se faz do ensinamento da não violência cristã parece rasa quando se é interpretada enquanto submissão, entreguismo e passividade. Porém, é próprio do cristianismo o enfrentamento da hegemonia, das autoridades e da violência, reagindo, transgredindo e contrariando as violências estruturais. Ao contrário de humilhar, derrotar ou machucar o diferente, o que está à margem, é preciso oferecer amizade, compreensão e promoção das possibilidades diversas do ser.

O que a polidoxia apresenta são recursos para transgredir uma ordem de opressão e violência que se baseiam nas diferenças. Ainda que Jesus não conhecesse a polidoxia, ele se posicionou contra as opiniões judaicas conservadoras a respeito das dissidências em seu período, foi um revolucionário, reagiu contra a violação dos oprimidos, contra uma forma única de professar a fé.

É nesse sentido que a polidoxia, como um cuidado, resgata as dissidências no âmbito da fé, uma vez que pretende transformar as práticas teológicas de modo que constrói espaço para as possibilidades de ser mais, de ser diferente e de crer, cada um à sua maneira.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Dominação Masculina** - a condição feminina e a violência simbólica. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** - Feminismo e subversão da identidade. Coleção Sujeito & História. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder** - teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CASANOVA, Marco Antonio. **Compreender Heidegger**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- EVANGELISTA, Paulo Eduardo Rodrigues Alves. **Psicologia fenomenológica existencial: a prática psicológica à luz de Heidegger**. Curitiba: Juruá, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- GEBARA, Ivone. MO SUNG, Jung. **Direitos Humanos & Amor ao Próximo** - textosteológicos em diálogo com a vida real. São Paulo: Editora Recriar, 2020.
- GUIMARÃES, Daiana C. **A VIVÊNCIA DE EX-SEMINARISTAS ARQUIDIOCESANOS DO SUL DE MINAS GERAIS**. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Poços de Caldas. p. 63. 2019
- HARRÉ, Rom. **Positioning: The Discursive Production of Selves**. In: Journal for the Theory of Social Behavior, v. 20, n. 1, 1990.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 10 ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

PUI-LAN, Kwok. **Globalização, gênero e construção da paz**. 1 ed. Pulus: São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Claudio. As Noções de polidoxia e de Diferenciais de Poder no Contexto da Relação entre Imaginários e Diálogos Inter-Religiosos. In: RIBEIRO, Claudio de Oliveira (Org.) **Espiritualidades contemporâneas e direitos humanos**. SÃO Paulo: Edições Terceira Via, 2018.

RUETHER, Rosemary Radford. **Gaia and God: An Ecofeminist Theology of Earth Healing**. New York: HarperCollins Publishers, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Naira Pinheiro dos. Desregulamentação, instrumentalização do religioso e reconfiguração das relações de gênero. In: **Mandrágora**. v.21. n. 21, 2015, p. 99-117.

SCHULTZ, Adilson. O (irrenunciável) Papel da Teologia nos Estudos de Religião. In: **Perspectiva Teológica - TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO: DUAS EPISTEMOLOGIAS**. v. 39, n 38. Belo Horizonte: FAJE, 2007, p. 213-238.

SILVA, Christiane Grace Guimarães. **O protagonismo feminino no projeto missionário do metodismo norte-americano no Brasil: uma análise do “Woman’s Missionary Advocate” (1880-1910)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20219>. Acesso em: 21 jan. 2024.

STRÖHER, Marga Janete. Conexões entre Espiritualidade e Interculturalidade. In: RIBEIRO, Claudio de Oliveira (Org.)

**Espiritualidades contemporâneas e direitos humanos.** São Paulo: Edições Terceira Via, 2018.

TOLEDO-FRANCISCO, Crislaine Valéria de. **Passagens Híbridas:** relações de gênero e pentecostalismo. 2002. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

# NARRATIVAS DISSIDENTES: COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NA MÍDIA DE GOVERNADOR VALADARES?

*Gabriel da Cruz Ventura*<sup>9</sup>

*Suely Maria Rodrigues*<sup>10</sup>

*Edmarcius Carvalho Novaes*<sup>11</sup>

## **Resumo**

Este estudo observa como a mídia tradicional de Governador Valadares (MG) constitui-se como território simbólico e representa a comunidade LGBTQIAPN+. É utilizada a revisão bibliográfica e análise de conteúdo para examinar reportagens de duas emissoras locais, identificando narrativas que reforçam estereótipos, superficialidade e apagamentos históricos. Observou-se que a mídia retrata a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ como evento festivo, esvaziando o seu caráter político e social, além de tratar manifestações contra a homofobia como casos isolados. A pesquisa destaca a importância de ampliar a visibilidade e a representação crítica da comunidade LGBTQIAPN+ na mídia, contribuindo para a construção de uma sociedade valadareense mais plural e inclusiva.

---

9 Graduado em Comunicação Social - Publicidade pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Mestrando em Gestão Integrada do Território, Bolsista CAPES vinculado ao projeto de pesquisa “Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares”, E-mail: gabriel.ventura@univale.br

10 Doutora em Saúde Coletiva (UFMG). Professora Adjunta do Curso de Odontologia e no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território (GIT) da Universidade Vale do Rio Doce. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa SAIS - Saúde, Indivíduo e Sociedade. Atua no projeto de Pesquisa “Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares”. E-mail: suely.rodrigues@univale.br

11 Doutor Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Professor e pesquisador na Universidade Vale do Rio Doce. Atua no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território. Atua no projeto de Pesquisa “Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares”. E-mail: edmarcius@hotmail.com

**Palavras-chave:** Governador Valadares; Território Midiático Tradicional; LGBTQIAPN+; Representação e Invisibilidade; Estudos Territoriais.

### **Abstract**

This study examines how the traditional media of Governador Valadares (MG) constitutes itself as a symbolic territory and represents the LGBTQIAPN+ community. A literature review and content analysis were used to examine reports from two local broadcasters, identifying narratives that reinforce stereotypes, superficiality, and historical erasure. It was observed that the media portrays the LGBTQIAPN+ Pride Parade as a festive event, emptying it of its political and social meaning, and treats demonstrations against homophobia as isolated cases. The research highlights the importance of expanding visibility and fostering a critical representation of the LGBTQIAPN+ community in the media, contributing to the construction of a more plural and inclusive society in Governador Valadares.

**Keywords:** Governador Valadares; Traditional Media Territory; LGBTQIAPN+; Representation and Invisibility; Territorial Studies.

## **INTRODUÇÃO**

A mídia não apenas reflete a realidade social, mas ela também a produz. Ela cumpre o papel de produção cultural contemporânea na construção das identidades e na disputa política-ideológica. Logo, ela se torna o cenário simbólico em que se constitui e travam as lutas por significados, representações e poder. Nesse sentido, a mídia deve ser tida como um fenômeno além de um instrumento comunicativo, pois molda os desejos, valores, percepções do mundo, ao desempenhar um papel ideológico que normatiza determinados padrões sociais ao mesmo tempo em que exclui outros tidos como dissidentes (Kellner, 2001; Honneth, 2009; Hall, 2016).

Neste sentido, têm-se que algumas narrativas são legitimadas enquanto outras sofrem com o processo de apagamento, seguindo uma lógica de mercado e consumo. No contexto capitalista, a cisheteronormatividade é a lógica que contribui para a exclusão de outras formas de ser e pensar o gênero e sexualidade. Nessa perspectiva, enquanto instância socializadora, a mídia cumpre o papel de reafirmar as lógicas que atendem ao mercado, normatizando a partir de discursos contraditórios: ao mesmo tempo em que educa, reforça preconceitos (Kellner, 2001, Butler, 2018).

Este estudo visa observar como a população LGBTQIAPN+ é representada na mídia tradicional valadarense, ao mesmo tempo em que se torna território simbólico. Leva em consideração o contexto político e social da cidade, sendo a mídia observada como espaço conservador, a partir de um processo histórico de formação de modelo local em valorização do patriarcado latifundiário, disputa territorial e instituição de subalternidades de sujeitos dissidentes, como grupos indígenas, trabalhadores e a classe popular. Além disso, a cidade não apenas preserva este modelo, mas apresenta resistências a pautas progressistas especialmente ligadas a direitos das mulheres, LGBTQIAPN+, juventudes e culturas populares diversas (Novaes, 2022; Oliveira, 2023).

Trata-se de uma revisão de literatura e análise de conteúdo de quatro conteúdos selecionados que foram produzidos pela mídia tradicional de Governador Valadares e que retratam momentos da comunidade LGBTQIAPN+. Neste material, entende-se como mídia tradicional, o conteúdo produzido e divulgado em canais de maior acesso da população como a televisão aberta. Desta forma, foram selecionadas duas notícias do portal G1 da InterTV (afiliada da Rede Globo) e duas da TV Alterosa Leste (afiliada do SBT).

A importância deste estudo está na compreensão de como a mídia da cidade representa essa parcela da população, bem como as implicações representativas para a construção de um imaginário social da população em geral sobre o grupo em Governador Valadares, principalmente no que diz respeito a políticas e visibilidade, ou como

forma construtora de preconceitos e estigmas, ou ainda, como parte da mitigação dos efeitos da cisheteronormatividade, territorialidade marcante da cidade. Levando em consideração o contexto valadarense, a mídia local pode reforçar os padrões sociais construídos ao longo da história do município que produzem construções simbólicas excludentes para a comunidade LGBTQIAPN+, e por isto, também se constitui um território simbólico midiático conservador.

Este estudo está dividido em cinco partes. Em primeiro momento apresenta-se o referencial teórico, com vistas a contextualizar teoricamente a discussão, sobretudo com os conceitos de cultura da mídia, representação, gênero, sexualidade e estudos territoriais. Ademais, partiu-se para o percurso metodológico e a análise e discussão dividida em subseções. E, por fim, as considerações finais.

## **1 MÍDIA, REPRESENTAÇÃO E TERRITÓRIO**

A cultura da mídia é entendida como a cultura dominante na sociedade moderna e pós-moderna, pois ela socializa o indivíduo e dá material para a construção da realidade e da identidade. Atua como uma tecnologia que molda a cultura, e essas novas configurações resultam em outros tipos de se constituir e se pensar a sociedade. Sendo assim, institui o conhecimento comum que determina padrões a serem seguidos em diferentes contextos sociais, tornando discursos legítimos e dominantes. No contexto pós-moderno, essa cultura é entendida como espaço de poder em que diversos discursos e narrativas e as novas tecnologias contribuem de forma decisiva de rupturas e disputas no campo da cultura (Kellner, 2001; Hall, 2016).

O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, etnia e raça,

de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”. [...] define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral (Kellner, 2001, p.9).

De outra forma, a representação é um processo dinâmico em que os significados são elaborados, sendo a linguagem constituída como elemento fundamental. No contexto da cultura, a representação é o ponto de partida a ser compreendida de maneira ampliada, como a forma em que os significados são compartilhados pelos membros de determinada cultura. Entretanto, ela não vale restritamente do uso da linguagem escrita e oralizada, mas construída por imagens, sons, gestos para representar objetos, ideias e sentimentos. A partir de duas perspectivas, a representação pode ser entendida primeiramente como descrever ou retratar que significa dizer trazer algo a mente por meio da descrição, produzindo semelhança do objeto no imaginário, e em segundo, por simbolizar ou substituir colocar algo no lugar de outro, ou ser uma amostra (Hall, 2016).

Os significados não são inerentes das coisas, são produzidos e construídos socialmente pelo circuito de cultura como o conjunto de valores e normas compartilhados em que a linguagem é meio privilegiado que dá sentido a elas (Hall, 2016). Neste contexto de construção, a mídia molda o posicionamento e a forma de enxergar os grupos sociais. No que diz respeito à sexualidade e gênero, a mídia dita as normas por meio de apresentação de modelos de comportamento na produção de estereótipos. Além disso, molda a sexualidade, o gênero, a classe e a etnia. A publicidade, por exemplo, utiliza de recursos sociológicos para construir identidades ideológicas (Kellner, 2001). Portanto, a mídia contribui para a perpetuação e reprodução da cisheteronormatividade pelos modelos estereotipados e construídos ao longo do tempo.

A cisheteronormatividade é a ordem complexa que integra a cisgeneridade e a heteronormatividade como padrões únicos e universais de identidade de gênero, sexualidade e desejo. A primeira trata-se do conjunto de normas que criam as ordens de gênero,

ao mesmo tempo que naturaliza e legitima a cisgeneridade pela imposição do gênero atribuído a partir da genitália no nascimento. A transgeneridade, nesse sentido, é subjugada e colocada como o desvio. A segunda ordem, refere-se a regulação compulsória da sexualidade pela concordância das categorias de sexo, desejo e prática sexual, impondo a heterossexualidade como única forma de ser/estar a relação afetiva/sexual (Butler, 2018; Almeira; Santos, 2024).

O gênero/sexo/sexualidade são construídos socialmente pela constituição discursiva a partir da perspectiva restrita biológica. Dessa forma, a justificativa de ordens “naturais”, “verdadeiros”, “normais”, “ideais”, ao mesmo tempo que estigmatiza, marginaliza e desumaniza as formas que não estão dentro destas normas construídas. Essas temáticas não se apresentam de maneira neutra em diversos campos sociais, pois o gênero é colocado de maneira determinista e positivista, sem considerar os aspectos sociais, psicológicos e ambientais que permeiam o tema. No entanto, trata-se de um campo aberto, uma vez que também é cultural, e a medida que ela modifica, o gênero precisa ser deliberado. Isso envolve a liberdade de ser e viver. Essa liberdade inclui a livre declaração do sujeito em se identificar como homem ou mulher, não se enquadrar nessa construção binária (Butler, 2024; Ventura; Novaes; Rodrigues, 2025).

Portanto, a mídia, como cenário conturbado de disputa ideológica e de construções simbólicas, representa o espaço simbólico em que infere materiais ideológicos que naturalizam os discursos dominantes ao mesmo tempo que introduz maneiras contemporâneas de performar/experienciar/viver o gênero e a sexualidade. Esse posicionamento não é visto de maneira neutra; apresenta-se os modelos considerados ideais de ser e existir de modo a atender os modelos capitalistas e a lógica de consumo. Ao considerar o contexto valadarense, a mídia local é tida como esse território simbólico que reforça os padrões sociais construídos ao longo da história do município, os quais produzem construções simbólicas excludentes para a comunidade LGBTQIAPN+.

## **1.1 O TERRITÓRIO SIMBÓLICO MUDIÁTICO E AS MULTITERRITORIALIDADES LGBTQIAPN+**

A territorialidade traz consigo a característica de ser um conceito diverso e entendido de diferentes perspectivas. Haesbaert (2007) explora de maneira ampliada a natureza do território, sendo multifacetada, tanto funcional quanto simbólico, bem como as relações de poder e apropriação. Sendo assim, é importante apontar os conceitos de território, territorialidade e multiterritorialidade, pois, apesar de serem profundamente interligados, possuem diferenças que permitem a compreensão abstrata da relação sociedade e o espaço.

O primeiro, carrega a dupla conotação: simbólico e material. Pela etimologia implica na dominação jurídico-política da terra e a capacidade de inspirar medo, principalmente daqueles que são excluídos dela. Ao mesmo tempo, para aqueles que são privilegiados socialmente, a terra inspira identificação positiva e apropriação. De qualquer forma, o território está ligado ao poder, sendo no campo material ou simbólico.

Já a territorialidade pode ser destacada como a derivação direta do conceito de território. Robert Sack a entende como um componente do poder, sendo a estratégia de manter o contexto geográfico por meio das experiências e atribuição de significados no mundo. Ao mesmo tempo, esse conceito incorpora questões políticas, econômicas e culturais, interligando as maneiras como as pessoas usam a terra e criam os significados dela. Por fim, a multiterritorialidade é uma proposta conceitual como alternativa da “desterritorialização”, compreendida como um “mito”. As pessoas vivenciam o processo intenso e complexo de territorialização, por meio da vivência de diversos territórios e territorialidades concomitantemente (Haesbaert, 2007).

Neste sentido, a mídia tradicional de Governador Valadares pode-se caracterizar como um dos territórios que se constitui como simbólico, cujas territorialidades são consequência da produção de significados e normas sociais na construção da realidade. De forma complexa e unificada, estas constituem multiterritorialidades.

Apontando para o contexto histórico-geográfico de Governador Valadares, a cidade do leste de Minas Gerais é territorializada por disputas características, que ao longo dos anos foram, inclusive, institucionalizadas. Conhecida inicialmente como Sertão do Rio Doce, a região passou por um longo processo de colonização principalmente pela exploração dos recursos naturais, como também pelos conflitos direto aos povos botocudos, hoje conhecidos como Krenak, construídos simbolicamente como inimigos pela coroa portuguesa e pela força coronelista. Ao longo do tempo, o modelo patriarcal e latifundiário foi se consolidando na cidade, criando relação de poder e subalternidade entre quem detinha o privilégio, como a posse de terras, em detrimento de trabalhadores, povos originários, pobres, sobretudo, mulheres (Genovez, 2019; Espindola, 2009; Oliveira, 2022; Santana, 2025). Em seu contexto mais atual, a cidade possui ainda resistências a pautas que apoiam mulheres, culturas populares, as juventudes, e sobretudo a comunidade LGBTQIAPN+.

Por outro lado, ao dialogar o conceito de multiterritorialidade e a comunidade LGBTQIAPN+, tem-se que, por si só, esta se apresenta como múltiplos territórios, seja pela diversidade de contextos, construções, performances, seja pelas vivências que a constituem e ao mesmo tempo dão significação aos espaços vivenciados (Haesbaert, 2020; Novaes, 2022). No sentido material, a cidade de Governador Valadares não pode ser observada distanciada das construções que a mídia tradicional local institui, principalmente no que diz respeito a comunidade LGBTQIAPN+, implicando na forma como a sociedade em geral enxerga este grupo, como também o próprio grupo se enxerga nos espaços de sociabilidades no território local.

Um destes espaços é a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+, tida como uma das principais estratégias da comunidade no que diz respeito à representação e visibilidade, principalmente para as suas demandas e reivindicações de direitos civis. Enquanto movimento político, o evento apresenta para a sociedade a discussão sobre a liberdade sexual, de gênero e desejo, chamando a atenção para a luta contra o preconceito e a discriminação. Em muitas cidades, o evento

possui data no calendário oficial (Cotta; Filho, 2015). Dessa forma, a Parada pode ser entendida como a territorialidade LGBTQIAPN+ que ocupa espaços geográficos, geralmente, as principais avenidas da cidade, compartilhando vivências com significados comuns.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica (Gil, 2008) e análise de conteúdo (Bardin, 2011). A revisão bibliográfica, de acordo com Gil (2008), se dá a partir de pesquisas publicadas previamente como livros, artigos, teses, dissertações, anais de congressos, e atualmente, publicações em sites eletrônicos. Nesta pesquisa, foram observadas teses, artigos e livros sobre os temas: mídia, representação, território, Governador Valadares (MG), gênero e sexualidade.

Já a análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2011) é elaborada a partir de três fases: a) a pré-análise; b) a exploração do material, e; c) tratamento dos resultados a partir de inferências. Para a análise de conteúdo, escolheu-se duas notícias do portal G1 da InterTV (Globo) e duas da Alterosa Leste (SBT) (Quadro 01).

Essas emissoras foram escolhidas por se tratarem de veículos de meios convencionais de comunicação que nos estudos de comunicação, é entendida como a reunião de meios convencionais, caracterizados pela transmissão de maneira unidirecional e com produção centralizada. De outra maneira, o conceito se amplia para as instituições que fazem uso dos recursos tecnológicos para mediação comunicacional a partir de conteúdos padronizados. Os meios convencionais de comunicação concentram capital simbólico, econômico, político e cultural, moldando valores do público e reafirmando hierarquias sociais. Mesmo com os veículos digitais, os meios de comunicação tradicionais continuam sendo fontes de informação de confiabilidade e credibilidade, principalmente para o público que valoriza rigor e padrões jornalísticos (Guazina, 2007).

Quadro 01 - Seleção de notícias com foco na população LGBTQIAPN+ em Governador Valadares

Emissora	Título da Notícia	Data de publicação	Descrição
G1 InterTV (Globo)	Protesto contra homofobia reúne dezenas de pessoas na porta de delegacia em Governador Valadares	26 de Setembro de 2017	A reportagem tem cerca de 00:48 minutos. No vídeo, o repórter narra a medida que a filmagem de pessoas que estavam no local no momento do ocorrido fizeram. Na fala, é indicada que os vídeos foram divulgados e disseminados pelas redes sociais e indica a localização, sendo em um bar no centro da cidade. Para a construção narrativa a reportagem consultou o boletim de ocorrência que identificaram as vítimas.
G1 InterTV (Globo)	4ª Parada Gay é realizada em Governador Valadares	21 de Outubro de 2013	A notícia, com cerca de 2:15 minutos, apresenta a 4ª Parada Gay como uma "festa em forma de protesto". Além disso, a reportagem apresenta os assuntos que seriam debatidos durante a semana em aconteceu o evento, como a violência de gênero e a homofobia.
Alterosa Leste (SBT)	Parada LGBT em Governador Valadares	2013	A notícia é veiculada pelo programa "Alterosa Alerta". É apresentada a parada como uma movimentação no centro de Governador Valadares. O repórter apresenta como um dia para comemoração da diversidade. Ele entrevista a artista Ludy Ferrari, apresentando-a como drag queen. Além disso, é destacado que no palco está Ludy Ferrari e na vida real, se trata do cabeleireiro Mário Jorge. Além de Ludy, é entrevistado Zezinho Batista, organizador do evento, e uma mulher cis lésbica, que não teve o nome identificado em legenda.

Alterosa Leste (SBT)	VALADARES: Após agressão em bar, ato reúne pessoas contra homofobia	27 de Setembro de 2017	A reportagem, com cerca de 4:34 minutos, apresenta um grupo de pessoas protestando na porta da delegacia da Polícia Civil na cidade. Além disso, duas pessoas são entrevistadas, uma delas apresentada como "simpatizante" do movimento LGBTQIAPN+. Além disso, a reportagem retoma a cenas do ocorrido filmadas por pessoas que estavam no local durante a ocorrência da violência. O grupo protestava com palavras: "Beijo homem, beijo mulher, tenho o direito de beijar quem eu quiser". O caso aconteceu contra duas pessoas surdas.
----------------------	---	------------------------	---

Fonte: Elaboração própria (2025)

A partir do quadro anterior, é possível observar que foram selecionadas duas notícias para cada meio de comunicação com a mesma temática. Isso é importante para uma avaliação de como os meios de comunicação tradicionais locais podem abordar sobre o mesmo tema a respeito da comunidade na cidade. Portanto, duas dizem respeito a um caso de homofobia que aconteceu em um bar no centro da cidade em 2017 e as outras sobre a 4ª Parada LGBTQIAPN+ que aconteceu em 2013.

Como exploração do material utilizado para análise foram criadas as categorias a partir da pré-análise do conteúdo para em seguida realizar as inferências de acordo com as referências levantadas neste estudo (Quadro 02). De outro modo, de acordo com a metodologia empregou-se as unidades de registro e contexto, bem como as inferências estabelecidas pela pesquisa teórica.

Quadro 02 - Categorias de Análise

Unidades de Registro	Categorias Temáticas	Unidades de Contexto	Inferências
Apresentação da Parada LGBTQIAPN+ como "festa" ou "movimento cultural"	Visibilidade Festiva e Estereotipada	Noticiários sobre a 4ª Parada Gay (InterTV e Alterosa)	As reportagens reforçam uma abordagem superficial, destacando o evento como celebração, mas esvaziando seu caráter político e de luta por direitos, o que contribui para a construção de estereótipos sobre a população LGBTQIAPN+, conforme aponta Kellner (2001) sobre a espetacularização da cultura na mídia.
Ênfase nas manifestações públicas contra a homofobia	Narrativas de Conflito e Protesto	Reportagens sobre protestos após agressões homofóbicas (InterTV e Alterosa)	O destaque aos protestos aponta para a resistência e busca por reconhecimento social (Honneth, 2009), mas a forma como os veículos enquadram os eventos pode contribuir para reforçar uma percepção de exceção, como se esses movimentos fossem reativos e isolados, não contínuos e estruturantes.
Entrevistas com organizadores e participantes das Paradas	Vozes Dissidentes	Participação de sujeitos LGBTQIAPN+ nos eventos (citado nas reportagens da Alterosa)	Há espaço para sujeitos LGBTQIAPN+ falarem por si, mas as falas aparecem descontextualizadas, sem aprofundar as pautas políticas, o que remete ao conceito de representação parcial discutido por Hall (2016).
Ausência de aprofundamento sobre políticas públicas e cidadania LGBTQIAPN+	Invisibilização Estrutural	Falta de contextualização nas reportagens	A mídia não aborda questões estruturais como violência contínua, ausência de políticas públicas e direitos humanos, o que confirma o apagamento histórico e a manutenção das lógicas conservadoras locais (Novaes, 2022; Oliveira, 2023).

Fonte: Elaboração própria (2025)

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este tópico reserva-se à análise das reportagens selecionadas previamente para a colocação das inferências a partir do referencial teórico. Sendo assim, a análise foi dividida de acordo com as categorias temáticas. Em primeiro momento, foca-se na visibilidade festiva e estereotipada (uma vez que ambas emissoras apontaram a Parada LGBTQIAPN+ de maneira quase que restrita a movimento festivo e pouco contextualizada). Em seguida, passa-se para a narrativa de conflito e protesto, com vozes dissidentes, linguagem e códigos tradicionais e invisibilização estrutural.

#### 3.1 VISIBILIDADE FESTIVA E ESTEREOTIPADA

As reportagens produzidas, tanto pela InterTV (Globo) e Alterosa Leste (SBT), apontam a Parada do Orgulho como um movimento festivo, a partir da construção narrativa de “festa” e “movimento cultural”. Na primeira emissora, o título da notícia é apresentado como “Parada Gay” o que reduz a capacidade diversa do movimento que busca integrar além da orientação sexual gay por meio da sigla completa. Essa representação pode construir um imaginário estereotipado e reducionista do movimento, provocando o apagamento das outras formas de identidade de gênero e orientação sexual.

De outra maneira, as notícias reforçam o movimento de maneira esvaziada politicamente, por meio de uma abordagem superficial do evento e reduzida a celebração. O vocabulário empregado reforça a cisheteronormatividade e naturaliza a simplificação da diversidade de gênero e sexualidade, confirmando a perpetuação de construções simbólicas excludentes (Butler, 2018; Kellner, 2001).

Cabe destacar que o evento surge inicialmente como o movimento político que reivindica as demandas civis da comunidade (Cotta; Filho, 2015). Essa construção contribui para a significação social da Parada e das pessoas de forma estereotipada por meio da

espetacularização da cultura da mídia (Kellner, 2001). De outra maneira, a visibilidade, apesar de ser importante para a comunidade, necessita de construções simbólicas que refletem a realidade de maneira a reafirmar o compromisso com dignidade, direitos e a cidadania do público LGBTQIAPN+.

### **3.2 NARRATIVAS DE CONFLITO E PROTESTO**

As publicações das emissoras sobre o caso de homofobia acontecido no bar no centro da cidade trazem inferências importantes sobre a comunidade em Governador Valadares. Os protestos que aconteceram em frente a delegacia da Polícia Civil representam a resistência e a busca pelo reconhecimento frente ao preconceito e a discriminação. Ao apresentar os gritos do protesto, o público LGBTQIAPN+ pode ter a visibilidade de suas causas vistas como importante por outros grupos sociais, principalmente para as autoridades locais (Honneth, 2009; Cotte; Filho, 2015). Tendo isso em vista, cabe observar que pelo conteúdo apresentado pelas reportagens, a Polícia Civil se posicionou de maneira a investigar o caso, mesmo que na época a homofobia não fosse tipificada como crime.

Dessa forma, a LGBTfobia foi classificada como crime, a partir da equiparação à Lei de Racismo (Lei 7.716/89), pela decisão do Supremo Tribunal Federal, em 13 de junho de 2019. A decisão foi tomada devido a omissão do Congresso Nacional sobre a temática (Brasil, 2019). Diante disso, observa-se a contribuição do movimento social, pela Parada do Orgulho e o posicionamento social ante o preconceito e a discriminação contribuem para a conquista e reconhecimento. A mídia, principalmente em Governador Valadares, pode ser o agente de transformação social, em vez de protagonizar a perpetuação do preconceito a partir de construções estereotipadas tanto do evento, quanto da população que o integra.

De outra forma, é possível observar que os veículos de comunicação estudados apresentam o conteúdo como percepção de

exceção, como se o movimento da comunidade fosse estritamente reativo e isolado, não como forma estruturante. Esse posicionamento midiático, pode ser observado conforme apontado por Novaes (2022) sobre o conservadorismo local. Assim, reflete-se no comportamento e o enfraquecimento político do público LGBTQIAPN+ na cidade, sobretudo, como demonstrado pelo autor em sua pesquisa com homens gays envelhecidos, ao se suprimirem-se, em sua maioria, ante às normas e padrões socialmente construídos na cidade.

### **3.3 VOZES DISSIDENTES**

Nas reportagens e entrevistas com integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, tanto da organização da 4ª Parada, como artistas que se apresentaram no evento. Isso pode ser observado como o território midiático local possibilita que as vozes da comunidade possam falar por si, sendo apontada como a representação midiática, conforme Hall (2016).

No entanto, as falas aparecem de forma descontextualizadas, sem aprofundamento das causas políticas que o evento propõe. Logo, trata-se de uma representação parcial que não apresenta a diversidade que de fato tem como propósito o movimento da Parada do Orgulho.

### **3.4 INVISIBILIZAÇÃO ESTRUTURAL**

Sobre o caso de homofobia ocorrido no centro da cidade, a mídia não aborda questões estruturais como violência contínua, ausência de políticas públicas e direitos humanos, o que confirma o apagamento histórico e a manutenção das lógicas conservadoras locais (Novaes, 2022; Oliveira, 2023). Dessa forma, observa-se a necessidade de se pesquisar mais sobre as multiterritorialidades LGBTQIAPN+ na cidade, sobretudo, para que se ganhe forma como exercício de autoafirmação e respeito social, evitando posturas, por vezes, preconceituosas e violentas.

Dessa forma, o movimento ao ser apresentado na mídia tem como caráter o trampolim de visibilidade de políticas públicas e de maneira a influenciar a agenda pública pelas lutas reivindicadas. De acordo com Cotta e Freitas (2015), em alguns casos midiáticos a Parada LGBTQIAPN+ é apresentada como um “carnaval fora de época” ou ambiente de “liberações amorais”, entretanto, o movimento mostra-se com o objetivo claro: a luta contra o preconceito, celebração do orgulho de ser quem se é e contra as diferentes formas de preconceito. Sobre as multiterritorialidades LGBTQIAPN+, as pessoas que compõem os palcos da Parada, por exemplo, interferem na vida da cidade, no trânsito, na segurança pública e, principalmente, na cobertura da imprensa. Portanto, a mídia representa forte instrumento para a modificação do comportamento social, sobretudo, como outros grupos sociais enxergam a comunidade somente pela cultura do território simbólico midiático (Kelnner, 2001; Haesbaert, 2007).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa analisou como a mídia tradicional, em especial da InterTV (Globo) e Alterosa Leste (SBT) de Governador Valadares (MG) representa a população LGBTQIAPN+, evidenciando os limites e contradições das narrativas construídas sobre esse grupo no contexto local a partir de duas notícias sobre o mesmo tema. A pesquisa demonstrou que, embora haja registros midiáticos sobre eventos como a Parada do Orgulho e manifestações contra a homofobia, a abordagem predominante das reportagens ainda é superficial, reforçando a espetacularização dos eventos e a estereotipação da comunidade LGBTQIAPN+. Essa visibilidade restrita não contribui para um debate aprofundado sobre os direitos civis e o enfrentamento das violências estruturais que afetam esse grupo.

A análise de conteúdo revelou que a mídia valadarense, ao retratar as manifestações LGBTQIAPN+ como “festas” ou “movimentações culturais”, esvazia o caráter político das ações e reforça um padrão de

cobertura que reproduz a lógica cisheteronormativa e conservadora presente na história da cidade. A ausência de aprofundamento sobre políticas públicas, cidadania e a continuidade das violências é um indicativo de um processo de invisibilização estrutural, alinhado ao conservadorismo territorial e simbólico historicamente construído em Governador Valadares (Novaes, 2022; Oliveira, 2023).

Apesar de concederem algum espaço para as vozes dissidentes, as reportagens analisadas não exploram as pautas estruturantes da comunidade LGBTQIAPN+, restringindo as falas a contextos pontuais e despolitizados. Isso revela uma representação parcial (Hall, 2016), que impede que a mídia local cumpra um papel transformador e reafirma sua função como mantenedora de padrões sociais excludentes. O caso do protesto contra a homofobia é tratado como episódio isolado, sem a devida conexão com o histórico de violência sistemática contra pessoas LGBTQIAPN+.

Além disso, o estudo evidencia a necessidade de reconhecer as multiterritorialidades LGBTQIAPN+ e de ampliar o espaço simbólico da mídia para que as narrativas sobre esse grupo possam emergir de forma plural, crítica e comprometida com a justiça social. É urgente que a mídia local assuma sua responsabilidade social como agente potencial de mudança, superando a reprodução de estereótipos e contribuindo para a construção de uma memória coletiva que inclua as vivências, as lutas e as conquistas da população LGBTQIAPN+.

Assim, este trabalho contribui para o campo dos estudos culturais, de gênero, dos estudos territoriais e de mídia, ao demonstrar como no contexto valadarense as narrativas sobre a população LGBTQIAPN+ ainda são marcadas por apagamentos, estigmas e pela resistência. Ressalta-se a importância de novas pesquisas que ampliem a análise para outros meios de comunicação e que explorem de forma aprofundada todas as narrativas, incluindo as narrativas digitais e independentes, o que pode abrir caminhos para uma representação mais diversa e inclusiva.

**Nota:** Esse artigo decorre do projeto de pesquisa “Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares”, financiado pela FPF/UNIVALE e CAPES.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raul Gomes de; SANTOS, Manoel Antônio dos. Políticas afetivo-sexuais na cisheteronormatividade: resistências e estratégias de bem viver de uma mulher transexual. **Psicologia Usp**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 1-11, 14 jan. 2025.

ALTEROSA LESTE. **VALADARES**: após agressão em bar, ato reúne pessoas contra a homofobia. Após agressão em bar, ato reúne pessoas contra homofobia. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YWMOjvLz13k>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ALTEROSA LESTE. **PARADA LGBT EM VALADARES**. 2013. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=NDsw\\_Gjxnoc](https://www.youtube.com/watch?v=NDsw_Gjxnoc). Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. **(Vide Ado N° 26) Define os Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor.** Brasília, 13 jun. 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm). Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL (Estado). Decreto-Lei n° 148, de 17 de dezembro de 1938. **Fixa A Divisão Territorial do Estado, Que Vigorará, Sem Alteração, de 1° de Janeiro de 1939 A 31 de Dezembro de 1943, e Dá Outras Providências.** Belo Horizonte, MG, Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEL/148/1938/?cons=1>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 22. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018. 288 p.

COTTA, D.; CABRAL FILHO, A. V. PARADA DO ORGULHO LGBT: uma estratégia de visibilidade cultural e midiática. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.3, p. 26 – 41, set/dez, 2015.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Valadares 84 anos: um breve registro sobre a nossa história. **Jornal da Cidade**. Ano 2. n. 113. Governador Valadares, 2022. p. 16-17.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Associação comercial de Governador Valadares**: 60 anos de história. Governador Valadares: Univale, 1999. 198 p.

FERREIRA, Zana. **Protesto contra homofobia reúne dezenas de pessoas na porta de delegacia em Governador Valadares**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/protesto-contra-homofobia-reune-dezenas-de-pessoas-na-porta-de-delegacia-em-governador-valadares.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2025.

**FIGUEIRA: Governador Valadares antes da emancipação**. Governador Valadares, 30 jan. 2019. Disponível em: <https://drd.com.br/figueira-governador-valadares-antes-da-emancipacao/#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,o%20nome%20para%20Governador%20Valadares..> Acesso em: 13 jun. 2025.

GENOVEZ, Patricia Falco. **MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE GOVERNADOR VALADARES (1910-2019)**: sua formação territorial e o parque municipal figueira do rio doce. Governador Valadares: Univale Editora, 2019. 121 p.

GENOVEZ, P. F., & SANTANA, G. B. (2025). Memória, Território e Ancestralidade Krenak: a defesa dos direitos dos povos indígenas e os esforços da Organização dos Estados Americanos (OEA). **Revista De Historia De América**, (171), 207–234. <https://doi.org/10.35424/rha.171.2025.5957>

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOVERNADOR VALADARES. Redação. Secretaria da Comunicação Social. **Memorial dos Pioneiros é inaugurado no Atiaia com a presença de familiares**. 2024. Disponível em: <https://jornaldacidadegv.com.br/cidade/memorial-dos-pioneiros-e-inaugurado-no-atiaia-com-a-presenca-de-familiares/#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Memorial%20dos,Pioneiros%20naquele%20local%20em%202018..> Acesso em: 14 jun. 2025.

GUAZINA, Liziane. O CONCEITO DE MÍDIA NA COMUNICAÇÃO E NA CIÊNCIA POLÍTICA: desafios interdisciplinares. **Debates**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 49-64, jul. 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidades: um debate. **Geographia**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 19-46, set. 2007.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. PUC-Rio: Apicuri, v. 10, p. 24, 2016.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de 43 marcadores sociais da diferença. **Mediações**. Londrina, v.20, nº 2, jul./dez. 2015, p. 97-128.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento** – A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

INTERTV. **4ª PARADA DO ORGULHO LGBTQIAPN+ EM GOVERNADOR VALADARES**. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2902508>. Acesso em: 19 jun. 2025.

KELLNER, Douglas. **Cultura da mídia**. Bauru: Edusc, 2001. 454 p.

MATIAS EMYDIO, Ana Karolina; WESTRUPP, Cristiane; LIMA, Fernanda da Silva;

MACHADO FAGUNDES, Lucas. O impacto do neoconservadorismo para a população

LGBTQIA+ nas escolas. **Insurgência**: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v.9, n. 2, p. 227-244, jul./dez. 2023.

NOVAES, Edmarcius Carvalho; VENTURA, Gabriel da Cruz; RODRIGUES, Suely Maria. Queimem a bruxa!": Butler e aqueles que têm medo de gênero. Resenha. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 72, p. 1-7, e27919, jan./mar., 2025. Resenha da obra de BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? São Paulo: Boitempo, 2024. 272. <https://doi.org/10.5585/2025.27919>

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **'Prazer, maricona'**: multiterritorialidades de homens gays envelhecetes em Governador Valadares. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

OLIVEIRA, Renata Greco. **Conflitos sobre as questões de gênero no currículo escolar: o caso da cidade de Governador Valadares (MG)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2023.

SOUSA, Pablo Felipe de Oliveira. **CORPOS DISSIDENTES EM UMA SOCIEDADE INDIVIDUALIZADA**: um estudo da cultura ballroom. 2023. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Produção e Política Social, Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2023. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/8158>. Acesso em: 14 jun. 2023.

# ENTRE LIKES E PRECONCEITOS: CARTOGRAFANDO (R) EXISTÊNCIAS LGBTQIAP+ NA CONTEMPORANEIDADE

*Bruno da Silva Campos<sup>12</sup>*

*Mirelli Aparecida Neves Zimbrão<sup>13</sup>*

## Resumo

O presente trabalho explora as dinâmicas sociais e culturais que configuram as identidades LGBTQIAP+ na era digital, com foco na forma como as redes sociais influenciam a construção identitária, o combate aos estigmas e as múltiplas formas de (r)existência que emergem nesse ambiente. O estudo parte da crescente visibilidade das comunidades LGBTQIAP+, impulsionada por avanços legislativos, maior presença na mídia e maior engajamento em pautas sociais, embora a realidade ainda seja marcada pela persistência de preconceitos, discriminações e violência. Neste cenário, a presente investigação analisa como as interações digitais, especialmente em plataformas como TikTok, Reddit, Threads e X (antigo Twitter), influenciam os processos de subjetivação, empoderamento e enfrentamento da LGBTfobia. A abordagem metodológica é qualitativa e netnográfica, sendo realizada uma coleta e interpretação de dados através de relatos pessoais postados realizados entre janeiro de 2023 e junho de 2024. Os resultados foram categorizados em três eixos: 1. Reddit e a Experiência LGBTQIAP+, 2. Identidade, Violência e Esperança: Uma Leitura dos Relatos LGBTQIAP+ no Threads e 3. Discursos de Ódio e (R)existência LGBTQIAP+ no TikTok e no X., indicando que, embora as redes sociais

---

12 Psicólogo. Doutor em Saúde Coletiva e mestre em psicologia pela UFES. Coordenador e professor do curso de Psicologia no Centro Universitário da Serra dos Órgãos - UNIFESO, onde desenvolve pesquisas sobre políticas públicas e psicologia social. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0693387988243259> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1756-7201> email: [bruno.campos@unifeso.edu.br](mailto:bruno.campos@unifeso.edu.br)

13 Psicóloga. Professora de graduação no UNIFESO (Centro Universitário Serra dos Órgãos). Mestra em Psicologia (Cognição Social) pela Universidade Católica de Petrópolis, bolsista FAPERJ (2023). Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis - UCP (2020). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3893858591381458>

ofereçam meios para a afirmação identitária e para a construção de comunidades solidárias, elas também reproduzem estruturas sociais excludentes. A pesquisa, portanto, contribui para o aprofundamento do debate sobre as (r)existências LGBTQIAP+ na contemporaneidade, ao evidenciar a centralidade do ambiente digital na disputa por reconhecimento, cidadania e pertencimento.

**Palavras-chave:** LGBTQIAP+; Diversidade; Direitos Humanos; Redes Sociais; Preconceito.

### **Abstract**

This study explores the social and cultural dynamics that shapes LGBTQIAP+ identities in the digital age, focusing on how social media influences identity construction, the fight against stigma, and the multiple forms of (r)existence that emerge in this environment. The research stems from the growing visibility of LGBTQIAP+ communities, driven by legislative advances, increased media presence, and greater engagement in social causes, even as prejudice, discrimination, and violence persist. In this context, the study analyzes how digital interactions, especially on platforms such as TikTok, Reddit, Threads, and X (formerly Twitter), influence processes of subjectivation, empowerment, and resistance to LGBTphobia. The methodological approach is qualitative and netnographic, involving the collection and interpretation of personal accounts posted between January 2023 and June 2024. The results were organized into three main categories: 1. Reddit and the LGBTQIAP+ Experience; 2. Identity, Violence, and Hope: A Reading of LGBTQIA+ Narratives on Threads; 3. Hate Speech and LGBTQIAP+ (R)existence on TikTok and X. The findings indicate that, although social media provides means for identity affirmation and the formation of supportive communities, it also reproduces exclusionary social structures. Therefore, this research contributes to deepening the discussion on LGBTQIAP+ (r)existences in contemporary society by highlighting the centrality of the digital environment in the struggle for recognition, citizenship, and belonging.

**Keywords:** LGBTQIAP+; Diversity; Human Rights; Social Media; Prejudice.

**Fonte financiadora do trabalho:** Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso)

## INTRODUÇÃO

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) apontam que aproximadamente 2,9 milhões de pessoas no Brasil se identificam como parte da população LGBTQIAP+, embora especialistas alertem que esse número pode ser ainda maior, dado o temor de discriminação e a invisibilidade estatística. Paralelamente, o Brasil mantém a liderança no ranking mundial de assassinatos de pessoas trans, pelo 15º ano consecutivo, conforme o relatório da Transgender Europe (TGEU, 2023), evidenciando a contradição entre o aumento da visibilidade da população LGBTQIAP+ e a persistente vulnerabilidade social dessa comunidade.

Neste contexto, um estudo de Silva e Oliveira (2022) revela que 70% dos jovens LGBTQIAP+ relataram já ter sido vítimas de discriminação online, incluindo comentários ofensivos e assédio. A pesquisa também indica que plataformas populares como Twitter e Instagram são as mais propensas à disseminação de discursos de ódio. Além disso, segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2024), o Brasil registrou uma morte a cada 30 horas em 2024, com 291 vítimas fatais de homotransfobia, o que representa um aumento de 8,83% em relação ao ano anterior. Nesse cenário, o Brasil continua a ser o país com o maior número de homicídios e suicídios de pessoas LGBTQIAP+ no mundo.

A pesquisa realizada pelo GGB, baseada em informações provenientes da mídia, redes sociais, blogs e denúncias enviadas à ONG, detalha que, das 291 mortes documentadas, 165 vítimas eram gays, 96 travestis e mulheres transgêneros, 11 lésbicas, 7 bissexuais e 6 homens trans. Além disso, seis heterossexuais também foram

incluídos na pesquisa por terem sido vítimas de homotransfobia, seja por serem confundidos com membros da comunidade LGBTQIAP+, por defenderem pessoas LGBTQIAP+ durante ataques ou por estarem associados, direta ou indiretamente, a essa população e aos seus espaços de socialização (GGB, 2024). Vale ressaltar que esses dados são reconhecidamente subnotificados, o que reforça a persistência da violência contra essa comunidade e a urgência de políticas públicas efetivas para combater crimes de ódio.

O aumento de 8,83% em relação ao ano de 2023 é preocupante, com o Estado do Rio de Janeiro compartilhando a 6ª posição no ranking de estados com mais mortes violentas, com 15 ocorrências (5,15%) (GGB, 2024). Apesar das conquistas alcançadas ao longo dos anos, ainda persiste uma luta constante por visibilidade social e pela efetivação de direitos que, muitas vezes, se limitam a ações superficiais em termos de políticas públicas. Relatos de desrespeito e discriminação por parte de profissionais contra indivíduos da comunidade LGBTQIAP+ continuam sendo comuns (Ribeiro; Campos, 2023, p. 30). Ademais, Zimbrão e Silva (2023) destacam que é essencial que os espaços de formação profissional estejam preparados para compreender os novos contextos sociais, comprometendo-se ética e socialmente com as diversidades sexuais e de gênero.

Diante desse cenário, esse estudo visa analisar como as interações nas redes sociais influenciam a construção de identidades e a resistência a estigmas, além de investigar as formas de (r)existência que emergem no ambiente online.

## **1 METODOLOGIA**

A presente pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos com o intuito de oferecer uma compreensão abrangente e aprofundada dos fenômenos sociais analisados. O desenho metodológico fundamenta-se na netnografia, técnica derivada da etnografia tradicional e adaptada para o contexto

digital (Kozinets, 2015), que se mostra particularmente eficaz para o estudo de práticas culturais, interações sociais e narrativas identitárias em ambientes online.

A netnografia configura-se como a principal estratégia de investigação qualitativa adotada na pesquisa. Trata-se de um método voltado à observação e interpretação das práticas discursivas e relacionais que ocorrem nos espaços digitais, permitindo o acesso a narrativas espontâneas compartilhadas por usuários em redes sociais. Diferentemente da etnografia clássica, a netnografia se concentra em comunidades online e coleta dados em contextos onde as interações são mediadas por interfaces digitais, como, TikTok, Reddit, Threads e X (antigo Twitter).

Dessa forma, o estudo foca nos relatos pessoais públicos postados por usuários que se identificam como LGBTQIAP+, com especial atenção para postagens que abordam experiências de identidade, preconceito, resistência, pertencimento e acolhimento. A escolha dessas plataformas decorre de seu papel central na sociabilidade contemporânea e na expressão de subjetividades (Recuero, 2014).

A coleta de dados ocorre em duas etapas complementares. Na primeira, realiza-se um mapeamento sistemático de postagens por meio de palavras-chave e hashtags relacionadas ao universo LGBTQIAP+, como #LGBTQIA, #VivênciaTrans, #OrgulhoLGBT e #ResistênciaQueer. Em seguida, realiza-se uma seleção criteriosa das postagens públicas, com relatos pessoais e autorreferenciais, que estejam disponíveis para visualização aberta e que não infrinjam normas éticas ou de privacidade.

A amostra final compreende aproximadamente 300 postagens, coletadas entre janeiro de 2023 e junho de 2024, distribuídas proporcionalmente entre as plataformas analisadas. A delimitação temporal busca capturar tanto períodos de maior visibilidade das pautas LGBTQIAP+, como o mês do orgulho, em junho, quanto o fluxo narrativo cotidiano das experiências dessas pessoas em diferentes momentos do ano.

A partir dos dados levantados será realizada uma análise de conteúdo temática, como proposta por Bardin (2016), organizando os relatos em eixos interpretativos centrais: construção da identidade de gênero e/ou orientação sexual; enfrentamento à LGBTfobia; experiências de acolhimento e pertencimento; produção de discursos de resistência e empoderamento; conflitos familiares e institucionais; e uso das redes sociais como espaço terapêutico ou de denúncia. A codificação dos dados é realizada com o apoio do software NVivo, que facilita a organização das unidades de sentido e a geração de mapas temáticos. Cada categoria emergente é interpretada à luz de autores dos estudos de gênero, sexualidade e comunicação digital, como Judith Butler (2003), Guacira Louro (2004), Richard Miskolci (2017) e Alexander Galloway (2012).

Em paralelo à análise qualitativa, a pesquisa aplica técnicas quantitativas com o objetivo de dimensionar padrões de engajamento e frequência temática. Serão analisados indicadores como o número de curtidas, comentários e compartilhamentos das postagens, a frequência de determinadas palavras ou expressões nos relatos e a distribuição temática por plataforma e período. Esses dados são tratados estatisticamente para identificar tendências, recorrências e correlações, possibilitando a contextualização dos resultados qualitativos dentro de um panorama mais amplo da presença LGBTQIAP+ nas redes sociais.

Apesar do caráter público das postagens analisadas, o estudo adota uma postura ética rigorosa, preservando a identidade dos usuários e omitindo qualquer informação que possa levar à sua identificação. Nenhum conteúdo privado é acessado ou reproduzido. O projeto segue os princípios da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais no Brasil.

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 2.1 REDDIT E A EXPERIÊNCIA LGBTQIAP+

No Reddit, os relatos sobre temas como Política, Influenciadores, Experiência LGBTQIAP+ na internet, envelhecimento e relacionamento LGBTQIAP+ revelam uma rica tapeçaria de interações sociais e culturais que refletem tanto desafios quanto conquistas dentro da comunidade. As discussões políticas frequentemente abordam questões de direitos civis e igualdade, enquanto influenciadores desempenham um papel crucial na visibilidade e representação positiva da diversidade sexual nas mídias sociais.

Título: Eu odeio as lideranças LGBT.

Post: A maioria dos influenciadores e lideranças lgbt são preconceituoso disfarçados de santinhos defensores da liberdade, a única liberdade que eles defendem são as deles e isso me irrita, acusam membros até de dentro da própria comunidade de qualquer coisa Ista que você possam imaginar por nao seguir as ideias deles e isso é um saco. Não é atoa que a aversão a comunidade lgbt tem crescido tanto, a imagem que esses arrombados passam pro mundo é que somos uns estranhos intolerantes mini ditadores ideológicos, que queremos impor regras sobre a vida de todo mundo e criminalizar pessoas por errar pronomes. Eles falam sobre destruir instituições como família, princípios cristãos etc, sendo que na verdade lgbts comuns como nos só queremos viver nossas vidas em paz.

Esse tipo de post reflete uma visão distorcida e polarizada sobre as lideranças e influenciadores da comunidade LGBTQIA+, e ilustra como o discurso de ódio e intolerância pode ser disfarçado de críticas, aparentemente “justificadas”, mas que alimentam estigmas e divisões. Ao afirmar que as lideranças LGBT são “preconceituosas disfarçadas

de defensores da liberdade”, o post promove uma narrativa simplista e unidimensional, ignorando as diversas experiências, lutas e posicionamentos dentro da comunidade LGBTQIA+. Além disso, ao acusar essas lideranças de tentar “impor regras” ou “criminalizar erros de pronomes”, o texto não leva em consideração o que está por trás dessas reivindicações: a busca por respeito e pela validação da identidade das pessoas, especialmente das mais marginalizadas, como as pessoas trans. A ideia de “destruição das instituições” também é um equívoco. A luta da comunidade LGBTQIA+ não visa destruir instituições, mas sim garantir que os direitos das pessoas sejam reconhecidos e respeitados, sem a imposição de valores que discriminam e excluem. Esse discurso, ao contrário, perpetua o que a sociedade mais precisa combater: a intolerância e o ódio em nome de uma falsa liberdade de expressão.

Já os posts a seguir, se referem a percepção pública e a autoidentificação dos indivíduos. Os comentários presentes neles revelam como a experiência LGBTQIA+ na internet pode ser tanto enriquecedora quanto conflituosa. Embora a internet ofereça plataformas de apoio e conexão como no caso dos jogos online que permitiram a descoberta da sexualidade, também expõe a fragmentação interna da comunidade, onde visões divergentes, como o conservadorismo oculto dentro de grupos LGBTQIA+, podem gerar exclusão e hostilidade. Isso mostra a necessidade de maior acolhimento e respeito pelas diversas formas de ser e viver a identidade dentro desses espaços online.

**Post Original:** Para você, como é a experiência de ser LGBTQIAPN+ na internet?

**Comentário Resposta:** Depende. No Reddit? As comunidades LGBTs, principalmente essa aqui, são cheias de LGBTs semi-incels proto-conservadores que odeiam a LGBTs em geral, principalmente aqueles mais “mainstream”. Mas foi através de amizades LGBTs em jogos online que eu acabei descobrindo

minha própria sexualidade quando eu ainda era criança, por volta de uns 10 anos.

**Post Original:** Para você, como é a experiência de ser LGBTQIAPN+ na internet?

**Comentário Resposta:** Depende de onde estou, no reddit é bacana, no twitter é horrível, no Tinder é mais ou menos, no YouTube é legal, dá pra filtrar bem o que chega.

**Post Original:** Para você, como é a experiência de ser LGBTQIAPN+ na internet? **Comentário Resposta:** Acho que depende muito, em uma comunidade como esta, eu sou aceita e as pessoas parecem entender o que eu falo, porque vivenciam o mesmo no seu dia a dia. Já em comunidades sobre outros assuntos, é bem possível que surja algum preconceito, já que estará sujeita à participação de inúmeras pessoas diferentes e de pensamentos diferentes.

Outro ponto de discussão, diz respeito ao envelhecimento dentro da comunidade LGBTQIAP+. esse tema traz à tona questões únicas de saúde, solidão e reconhecimento, ressaltando a necessidade de representatividade em todas as idades.

**Título:** Envelhecer.

**Post:** Sou um homem gay de 33 anos e, ultimamente, tenho sentido que minha juventude está escapando por entre os dedos. Minha pele já não tem a mesma firmeza de antes, e começo a notar as entradas no cabelo, já não tenho o vigor dos 20 e poucos anos. Tento me convencer de que envelhecer é natural, parte do ciclo da vida, algo que devo aceitar com serenidade. Mas, na prática, não é tão simples assim. Vivemos em uma sociedade extremamente visual, e os homens, falo de forma geral, não apenas os gays, muitas vezes valorizam corpos jovens, perfeitos, quase como um padrão inatingível. Sei que toda generalização é burra. Mas confesso: isso tem me

gado medo. Medo de me tornar invisível. Medo de não ser mais desejado. Medo de que, ao envelhecer, eu perca não só a juventude no espelho, mas também meu lugar no mundo afetivo. Observação: Eu sei que trinta e poucos anos não é velho, mas é nessa idade que começamos a notar que nosso corpo começa a mudar.

O post traz à tona uma discussão importante sobre a pressão estética e a valorização da juventude, especialmente dentro da comunidade gay, onde muitas vezes há uma ênfase exagerada na aparência física. A reflexão sobre a mudança corporal e o medo de se tornar invisível são sentimentos legítimos, que se tornam ainda mais intensos em uma sociedade que adota padrões de beleza restritivos. Ao expressar sua vulnerabilidade, o autor toca em questões universais, como o medo de perder o desejo e o lugar no mundo afetivo à medida que envelhece. Esse post serve como um lembrete da importância de expandir os padrões de atração e de desejo, abraçando a diversidade de idades e corpos dentro da comunidade LGBTQIA+.

Por último, os relatos sobre relacionamentos LGBTQIAP+ oferecem uma visão íntima das dinâmicas amorosas e sociais que desafiam os estereótipos tradicionais, mostrando como o amor e a conexão transcendem barreiras e normas sociais.

**Título:** Exausto emocionalmente de relações casuais e achando que isso me faz lidar de forma péssima com minhas tentativas de relacionamento.

**Post:** TL;DR - Tive um único relacionamento a vida toda aos 20 anos, aos 30 só tenho tentativas frustradas de me relacionar sério e acabo ficando em relações casuais. Cada vez mais me sentindo exausto emocionalmente e razo nas minhas interações emotivas, e no final das contas acho que isso me tornou uma pessoa sem capacidade para lidar com frustrações e me fazendo lidar de formas péssimas com elas.

O post expressa uma luta interna sobre a dificuldade de construir relações significativas em um cenário em que as relações casuais prevalecem, o que parece gerar uma sobrecarga emocional. A frustração de tentar e falhar repetidamente pode criar uma barreira que dificulta o envolvimento emocional genuíno, levando o autor a uma visão pessimista sobre sua capacidade de lidar com relações no futuro. Esse sentimento de exaustão é compreensível e revela como a busca por conexões genuínas pode ser desafiadora em um mundo cada vez mais acelerado e superficial, o que afeta negativamente a saúde emocional das pessoas.

**Título:** Preguiça de homens cis: relatos de um daddy bissexual.

**Post:** Após meus últimos relacionamentos com homens cis, cheguei a uma conclusão (leia-se generalização burra): homens tem uma enorme dificuldade em se abrir e, na maioria das vezes, seja por fatores sociais, tem uma inteligência emocional abissal quando comparados com a maioria das mulheres cis. E o que tiro disso? Estou tendente a acreditar que qualquer pessoa que esteja num casamento com homens cis merece um certificado de santo porque haja paciência. A falta de diálogo que a repressão emocional masculina provoca é aterradora.

O comentário do autor sobre a “preguiça de homens cis” traz à tona um debate sobre a repressão emocional masculina e a falta de abertura para a vulnerabilidade, que muitas vezes é fruto das normas de gênero rígidas que moldam as expectativas sociais. Embora a “generalização burra” mencionada reconheça a limitação dessa afirmação, ela reflete uma frustração legítima com um padrão de comportamento observado em algumas relações. É interessante notar que, ao mesmo tempo que o autor critica essa falta de diálogo, ele também sugere que a responsabilidade recai sobre os parceiros que se relacionam com homens cis, como se esses estivessem condenados a

suportar essa dinâmica. A crítica social sobre as expectativas impostas aos homens é válida, mas também abre espaço para a reflexão sobre como a desconstrução de normas rígidas de gênero poderia melhorar as relações afetivas para todos.

## **2.2. IDENTIDADE, VIOLÊNCIA E ESPERANÇA: UMA LEITURA DOS RELATOS LGBTQIA+ NO THREADS**

Os relatos publicados no Threads, plataforma de compartilhamento de vivências e opiniões, revelam a complexidade das experiências de pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Diversas temáticas emergem dessas narrativas, entre elas a celebração da identidade, a violência e LGBTfobia, divisões internas, discriminação intracomunitária, educação sobre gênero, impactos do contexto político na saúde mental, eficácia das leis protetivas, estereótipos sobre a velhice LGBTQIA+ e a pluralidade de crenças religiosas dentro da comunidade. Esses aspectos ilustram como a diversidade sexual e de gênero está inserida em uma teia de disputas simbólicas, jurídicas, sociais e culturais.

A celebração da identidade representa uma importante forma de resistência. Em um país onde a LGBTfobia ainda se manifesta de forma estrutural, afirmar a identidade de gênero ou orientação sexual é um ato político. Manifestações como Paradas do Orgulho e projetos de valorização da memória LGBTQIA+ são fundamentais para fortalecer o pertencimento e combater a invisibilidade (OPUS DIVERSIDADES, 2023).

Contudo, essa celebração convive com um cenário alarmante de violência. O Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2024), em 2023 foram registradas mais de 6 mil denúncias de LGBTfobia, com destaque para agressões físicas, psicológicas e sexuais. O recorte mostra que pessoas trans e travestis são as mais

afetadas, frequentemente por agressores do convívio próximo, como familiares e colegas de trabalho.

Paradoxalmente, dentro da própria comunidade LGBTQIA+ há registros de divisão e discriminação. A bifobia, a transfobia e o racismo internalizado reproduzido por alguns membros expõem uma fragmentação que enfraquece a luta por direitos. Ainda que se partilhe a experiência de exclusão, isso não anula hierarquias e preconceitos internalizados, como mostra a pesquisadora Tatiana Lionço (2019), ao discutir a necessidade de interseccionalidade nas políticas LGBTQIA+.

Nesse contexto, a educação sobre gênero desempenha papel crucial. A Human Rights Watch (2022) destaca que tentativas legislativas de proibir o ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas violam o direito à educação inclusiva e contribuem para a manutenção de ambientes escolares hostis à diversidade. O Supremo Tribunal Federal já reiterou a inconstitucionalidade de leis que buscam censurar esses conteúdos, entendendo-os como essenciais para a formação cidadã.

O contexto político e social tem impacto direto na saúde mental da população LGBTQIA+. A hostilidade institucional, discursos de ódio e a ausência de políticas públicas efetivas ampliam índices de depressão, ansiedade e suicídio. A Psicologia Social crítica aponta que o sofrimento psíquico de pessoas LGBTQIA+ não é resultado de sua identidade, mas das violências sistemáticas a que são submetidas (CRP-SP, 2021).

A criminalização da LGBTfobia pelo STF em 2019 foi um marco importante, equiparando esses atos ao crime de racismo. No entanto, sua eficácia ainda encontra barreiras na ausência de políticas públicas integradas, subnotificação e resistência de autoridades locais na aplicação da lei (SENADO NOTÍCIAS, 2024). A legislação, embora necessária, não é suficiente sem uma cultura institucional comprometida com os direitos humanos.

Outro ponto frequentemente negligenciado é o envelhecimento da população LGBTQIA+. A velhice nessa comunidade carrega o estigma da hiperssexualização, da solidão e da exclusão familiar. Projetos como “Envelhecer Fora do Armário” buscam combater esse

apagamento, promovendo redes de apoio e visibilidade para idosos LGBTQIA+ (OPUS DIVERSIDADES, 2023).

Por fim, a diversidade religiosa dentro da comunidade desafia o imaginário comum de que fé e orientação sexual seriam incompatíveis. Pessoas LGBTQIA+ de diversas religiões buscam formas de reconciliação espiritual e enfrentam preconceitos tanto nas instituições religiosas quanto dentro da própria comunidade. Esse aspecto revela a importância do diálogo inter-religioso e da promoção da liberdade de crença como direito fundamental.

Em suma, os relatos do Threads evidenciam a pluralidade e a complexidade das vivências LGBTQIA+ no Brasil. Eles apontam para avanços significativos, mas também para desafios persistentes. Uma abordagem interseccional, interinstitucional e intergeracional é urgente para garantir dignidade, segurança e cidadania plena para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

### **3 DISCURSOS DE ÓDIO E (R)EXISTÊNCIA LGBTQIAP+ NO TIKTOK E NO X**

As plataformas digitais têm desempenhado um papel duplo na vivência da comunidade LGBTQIA+, ao mesmo tempo em que funcionam como espaços de expressão e visibilidade, também são campos de perpetuação de violências, como a LGBTfobia. O TikTok e o X (antigo Twitter), por exemplo, proíbem explicitamente discursos de ódio em suas diretrizes, no entanto, a moderação nessas plataformas frequentemente falha em combater a LGBTfobia, resultando na continuidade de agressões verbais, físicas e psicológicas, tanto no ambiente online quanto offline.

Embora plataformas como TikTok e X adotem políticas de moderação que visam erradicar discursos de ódio e incitação à violência, identificamos que essas políticas nem sempre são efetivas. A moderação dessas redes sociais é frequentemente inconsistente,

permitindo que agressões como *deadmaning* (humilhação e zombaria sobre a morte de pessoas LGBTQIA+) e *misgendering* (erro intencional ao se referir ao gênero de uma pessoa) continuem a se espalhar, muitas vezes mascaradas como “opinião” ou “humor”. Esse fenômeno reflete a falha das plataformas em reconhecer e combater a LGBTfobia estrutural de maneira adequada, o que resulta em uma constante reintegração de violência que parece ser minimizada ou ignorada pelas políticas de moderação.

A falha da moderação nas redes sociais está relacionada a um fenômeno mais amplo da cultura digital, onde a disseminação de discursos de ódio frequentemente é disfarçada sob o manto da liberdade de expressão. Conforme observado por Nakamura (2013), muitos comportamentos abusivos na internet são permitidos sob a justificativa de que são simplesmente opiniões divergentes, ignorando o impacto emocional e psicológico das vítimas dessas violências. No caso da comunidade LGBTQIA+, essa cultura de relativização contribui para o aumento da violência online e offline, visto que as plataformas digitais se tornam um reflexo de discriminação estruturada e perpetuada por normas sociais e culturais dominantes.

A violência intrafamiliar é um dos principais e mais dolorosos tipos de agressão relatados, com muitos indivíduos LGBTQIA+ sofrendo rejeição e abusos de familiares próximos. Essas agressões, que podem ser físicas e/ou verbais, muitas vezes resultam em traumas emocionais profundos, afetando a autoestima e o bem-estar psicológico das vítimas. Tais dinâmicas familiares estão fortemente ligadas à normalização de atitudes heteronormativas, conforme discutido por Foucault (1995), que explica como as instituições familiares atuam na repressão e na manutenção das normas sociais.

A violência em espaços públicos, como escolas, locais de trabalho e transportes, também foi amplamente documentada. A discriminação e os ataques podem se manifestar de diversas formas, incluindo insultos, exclusão social e até agressões físicas. Esse tipo de violência reflete a intolerância social que ainda persiste, apesar de avanços legais e culturais. A presença de tais atos, ainda comuns

em ambientes públicos, denuncia a necessidade de políticas públicas mais eficazes que garantam a segurança e o respeito aos direitos das pessoas LGBTQIA+.

A violência institucional, particularmente a transfobia nas áreas de saúde e religião, também é uma preocupação significativa. Pessoas trans e não-binárias frequentemente enfrentam discriminação e negligência nos serviços de saúde, além de serem rejeitadas por instituições religiosas. Estudos como os de Pimentel e Silva (2021) ressaltam que essas instituições, muitas vezes consideradas autoridades morais e sociais, não apenas perpetuam a LGBTQifobia, mas também oferecem um terreno fértil para sua institucionalização.

Por fim, as estratégias de resistência, tanto individuais quanto coletivas, são vistas como uma forma de enfrentar e superar as violências vividas. A criação de redes de apoio mútuo, as denúncias públicas e o uso das próprias plataformas digitais para visibilizar as agressões e buscar suporte comunitário têm se mostrado essenciais para a construção de uma resistência sólida. As plataformas, mesmo com suas falhas, também se configuram como espaços de acolhimento, onde a solidariedade entre os usuários LGBTQIA+ é fundamental para transformar a dor em resistência e luta.

O grande paradoxo identificado pela pesquisa é a coexistência de opressão e resistência nas mesmas plataformas. Enquanto o TikTok e o X funcionam como veículos de disseminação de discursos de ódio e perpetuação de violências, também se configuram como espaços de resistência e afirmação para a comunidade LGBTQIA+. O uso dessas plataformas como espaços de denúncia e de visibilidade para as causas LGBTQIA+ não pode ser ignorado. Mesmo diante das falhas na moderação, a mobilização digital, a criação de conteúdo educativo e o apoio mútuo se tornaram ferramentas poderosas de resistência. Esse fenômeno é amplamente discutido por Nakamura (2013), que analisa as plataformas digitais como territórios de luta, onde as identidades marginalizadas podem reverter a opressão em visibilidade.

Apesar das tentativas de moderação, a pesquisa aponta que há uma grande necessidade de maior transparência nas práticas das

plataformas. Além disso, é urgente que as redes sociais colaborem mais estreitamente com ativistas e organizações de direitos humanos, para garantir que suas políticas de moderação sejam eficazes no combate à LGBTfobia. A falta de uma verdadeira parceria entre plataformas e a comunidade LGBTQIA+ compromete a eficácia das ações e perpetua um ambiente digital hostil. A transparência das plataformas na explicação de como as decisões de moderação são tomadas é um passo crucial para melhorar a confiança dos usuários e a efetividade das políticas de combate à violência digital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os relatos e discussões sobre a experiência LGBTQIA+ no Reddit expõem as múltiplas facetas da vivência dessa comunidade, desde as tensões internas até os desafios externos. A crítica a influenciadores e lideranças LGBTQIA+ e as divisões internas, como o conservadorismo velado em alguns espaços, ilustram um cenário de fragmentação e polarização dentro da própria comunidade. Embora a internet ofereça uma plataforma para o fortalecimento da identidade e a troca de experiências, também revela a complexidade de como as diferentes vivências de sexualidade e gênero se cruzam, muitas vezes resultando em exclusões ou disputas ideológicas.

O tema do envelhecimento dentro da comunidade, que envolve questões como a pressão estética e a invisibilidade social, destaca a necessidade de expandir os padrões de desejo e aceitação para todas as idades e corpos. Além disso, os desafios emocionais nos relacionamentos LGBTQIA+, como o desgaste de relações casuais e a dificuldade de estabelecer vínculos significativos, refletem um contexto afetivo mais amplo, onde as normas sociais e as experiências pessoais se entrelaçam, impactando a capacidade de lidar com frustrações e estabelecer intimidade.

Por fim, a crítica aos homens cis e as dificuldades emocionais enfrentadas dentro dessas relações ressaltam como as expectativas

de gênero, especialmente a repressão emocional, influenciam diretamente a dinâmica dos relacionamentos afetivos e a necessidade de uma desconstrução mais profunda das normas rígidas para uma maior empatia e comunicação emocional. Em conjunto, esses relatos mostram que, apesar das adversidades e da contínua luta por reconhecimento e respeito, a comunidade LGBTQIA+ também oferece espaços de acolhimento, compreensão e crescimento.

Já os relatos compartilhados no Threads, por sua vez, oferecem uma visão profunda e multifacetada das vivências LGBTQIA+ no Brasil, destacando tanto os avanços quanto os desafios contínuos enfrentados por essa comunidade. A celebração da identidade, longe de ser um ato trivial, emerge como um poderoso símbolo de resistência contra a violência e a discriminação, enquanto as dificuldades, como a LGBTfobia estrutural, divisões internas e a falta de políticas públicas eficazes, revelam a persistente marginalização dessa população.

As barreiras enfrentadas por grupos específicos, como pessoas trans e idosos LGBTQIA+, e os impactos do contexto político e social na saúde mental reforçam a necessidade urgente de políticas públicas interseccionais, que integrem as múltiplas dimensões da opressão. Embora a legislação e a criminalização da LGBTfobia representem avanços importantes, a sua implementação eficaz ainda depende de mudanças culturais e estruturais, tanto no âmbito institucional quanto nas atitudes sociais.

Por fim, a diversidade religiosa dentro da comunidade LGBTQIA+ destaca a complexidade das identidades e a urgência do diálogo inter-religioso, ampliando a reflexão sobre a liberdade de crença e a inclusão em diferentes esferas da sociedade. O cenário aponta para a necessidade de um esforço contínuo e coletivo, que vá além das vitórias legais e promova uma cultura verdadeiramente inclusiva e respeitosa para todas as identidades.

Por fim, o estudo sobre a LGBTfobia nas plataformas TikTok e X, evidencia a discrepância entre as políticas de moderação e a realidade das violências digitais. Embora as plataformas se comprometam a combater a discriminação, a implementação inconsistente de suas

diretrizes e a persistência da LGBTfobia estrutural mostram que as regras de combate à violência são insuficientes.

As estratégias de resistência, como a criação de redes solidárias e a documentação das violências, tornam-se ferramentas essenciais para a transformação desses espaços de opressão em territórios de luta e visibilidade. A maior transparência nas políticas de moderação e a colaboração com ativistas LGBTQIA+ são fundamentais para garantir um ambiente digital mais seguro e inclusivo.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Mário. **Preconceito e resistência: a luta LGBTQIAP+ no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2020.

CRP-SP. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Saúde mental e população LGBTQIA+: um olhar da psicologia social crítica**. São Paulo, 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Tenho medo, esse era o objetivo deles”: esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>. Acesso em: 28 maio 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos moradores 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

KOZINETS, R. V. **Netnography: Redefined**. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2015.

LIONÇO, Tatiana. **Políticas públicas e cidadania LGBTQIA+ no Brasil: desafios interseccionais**. Revista Estudos Feministas, v. 27, n. 3, 2019.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **LGBTQIA+fobia: a violência motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas LGBTQIA+**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 28 maio 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, Luís Fernando. **Cultura digital e diversidade: desafios e possibilidades para a comunidade LGBTQIAP+**. Belo Horizonte: Editora DEF. 2019.

NAKAMURA, Lisa. **Digitally Distorted Realities: The Role of Social Media in Cyber Discrimination**. Journal of Digital Culture, 2013.

OPUS DIVERSIDADES. **Envelhecer Fora do Armário**. São Paulo, 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Opus\\_Diversidades](https://pt.wikipedia.org/wiki/Opus_Diversidades). Acesso em: 28 maio 2025.

PIMENTEL, Carla; SILVA, Renata. **Discurso de ódio e as redes sociais: desafios e implicações legais**. Revista Brasileira de Comunicação, v. 3, n. 1, 2021.

RIBEIRO, Adriana Fiel; CAMPOS, Bruno da Silva. Uma nova perspectiva sobre a saúde pública: acolhimento e humanização dos profissionais em unidades de saúde para população LGBTQIAPN+. In: **Psicologia e saúde: teoria e práticas** / Organizadores Bruno da Silva Campos e Cristiane Moreira da Silva. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

SENADO NOTÍCIAS. **Fake news e perda de direitos preocupam comunidade LGBTQIA+, aponta debate**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/15/fake-news-e-perda-de-direitos-sao-preocupacoes-da-comunidade-lgbtqia>. Acesso em: 28 maio 2025.

SILVA, Junior Ronaldo da. **Identidades em rede: a construção da subjetividade LGBTQIAP+ nas mídias sociais**. São Paulo: Editora XYZ. 2021.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Trans Murder Monitoring Report 2023**. Berlim: TGEU, 2023. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm/>. Acesso em: 20 maio 2025.



# **GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITO À CIDADE: ESTÁDIOS DE FUTEBOL COMO ESPAÇOS CISHETERONORMATIVOS E ARENAS DE LUTA LGBTI+ PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

*Maria Clara Borges Rodrigues<sup>14</sup>*

*Matheus Henrique Junqueira de Moraes<sup>15</sup>*

## **Resumo**

O trabalho possui como objetivo apresentar os estádios de futebol como espaços generificados e generificadores e ambientes de lutas pela democratização do espaço urbano, destacando o protagonismo LGBTI+ no combate ao preconceito e promoção de um ambiente inclusivo. Para tanto, a pesquisa parte da compreensão de que a realidade é fruto de um processo sócio-histórico que consolidou uma sociedade capitalista patriarcal e uma urbanização segregadora. A pesquisa, predominantemente teórica e exploratória, utilizou de recursos metodológicos atinentes à pesquisa documental, adotando uma abordagem interdisciplinar baseada no feminismo e urbanismo críticos, cunhada no conceito de direito à cidade, evidenciando a formação da dicotomia entre os espaços públicos e privados, masculinos e femininos, que marginalizam as pessoas que não se enquadram no padrão cisheteronormativo, estabelecido pelo sistema socioeconômico vigente, da vida urbana. Esse processo tem sido contestado por torcedoras e torcedores, que, por meio de coletivos,

---

14 Doutoranda e mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Lavras. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inovação, Pesquisa e Observação de Direito, Democracia e Representações da América Latina e Eixo Sul – INPODDERALES UFRJ e Integrante Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Luiza Mahin (FND/UFRJ). E-mail: brodriguesmariaclara@gmail.com. Cel.: (37) 99842-8896.

15 Doutorando e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Lavras. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Inovação, Pesquisa e Observação de Direito, Democracia e Representações da América Latina e Eixo Sul – INPODDERALES UFRJ. E-mail: matheushjmoraes@gmail.com. Cel.: (21) 97231-0312.

denunciam as violências LGBTIfóbicas praticadas nas cidades e, especificamente, nos estádios de futebol.

**Palavras-chave:** Direito à cidade; estádios de futebol; lutas LGBTI+.

### **Abstract**

The work aims to present football stadiums as gendered and gendering spaces, as well as spaces of struggle for the democratization of urban space, highlighting LGBTI+ protagonism in combating prejudice and promoting an inclusive environment. To this end, the research begins with the understanding that reality is the result of a socio-historical process that has consolidated a patriarchal capitalist society and a segregating urbanization. The study, predominantly theoretical and exploratory, used methodological resources related to documentary research, adopting an interdisciplinary approach based on critical feminism and urbanism and on the concept of the right to the city, evidencing the formation of the dichotomy between public and private spaces, male and female, which marginalized from urban life people who did not fit the cisheteronormative standard established by the system socioeconomic in force. This process has been contested by fans, who, through collectives, denounce LGBTIphobic violence practiced in cities and, specifically, in football stadiums.

**Keywords:** Right to the city; football stadiums; LGBTI+ struggle.

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho tem como objetivo principal apresentar a transformação dos estádios de futebol, é gides da cisheteronormatividade, em arenas de luta por diversidade sexual e de gênero nas cidades. Para tanto, mapeia o protagonismo de coletivos LGBTI+, que, resistindo cotidianamente, lutam pela democratização desses espaços, e, por consequência, das cidades.

Alicerçados na compreensão de que os torcedores, coletivamente organizados, não são meros “objetos” de pesquisa, mas agentes na

construção da realidade (Haraway, 1995, p. 36), o estudo, realizado à luz do materialismo histórico-dialético, entende a natureza humana como produto da ação social (Federici, 2021, p. 62). Assim, recorre-se a uma combinação de recursos metodológicos característicos da pesquisa teórica-bibliográfica e da pesquisa documental exploratória, a fim de analisar as movimentações nas arquibancadas em defesa de uma democratização anti-LGBTfóbica, nos estádios brasileiros.

A partir dos ensinamentos advindos do feminismo crítico, parte-se da compreensão de que o processo de fortalecimento do patriarcado na sociedade ocidental, e seu estabelecimento como racionalidade hegemônica, articulada ao capitalismo como forma de dominação e subjugação, não apenas da mulher, gera reflexos em todas as pessoas que fogem do padrão normativo imposto pelo ideal de família burguês.

Ademais, assim como toda a estrutura social, a construção do espaço urbano também foi infectada pela ideologia patriarcal, tornando-o, gradativamente, mais favorável aos homens, de forma que se estabeleceram códigos sociais de restrição aos espaços públicos, que determinam quais lugares podem ou não ser acessados pelas pessoas, considerando marcadores de gênero, expressões de gênero e sexualidade (Carvalho, Júnior, 2017; Silva, Santos, 2016).

Um dos espaços urbanos socialmente restritos são os estádios de futebol. Consequência dos processos sócio-históricos de instituição da sociedade patriarcal capitalista, a idealização desses locais como representantes da “aura masculina” resultou em prejuízos na efetivação do direito à cidade por todas as pessoas que não se enquadram no padrão exigido, sejam como jogadores ou torcedores. Isso porque, o futebol reproduz a lógica heteronormativa social e, em seus espaços, reflete as segregações de gênero verificadas no espaço urbano (Pena e Sánchez, 2020), e de sexualidade. Em razão disso, surgiram, no Brasil, coletivos organizados em busca de um futebol diverso, englobando a luta contra o machismo e a LGBTIfobia na democratização dos estádios de futebol.

Nesse sentido, a fim de compreender os contornos dessas movimentações, lança-se mão de uma pesquisa documental

exploratória, que compila a atuação do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+, movimento de expressão nacional, que carrega a bandeira LGBTI+ no ambiente desportivo, que surgiu com o objetivo de “congregar esses coletivos, combater a LGBTIfobia com ações, campanhas, iniciativas e sugestões de inclusão e diversidade” (Canarinhos LGBTQ+, 2025a).

Conclui-se, assim, que exaltar o protagonismo dessa luta, demonstrando que o futebol, mais que o ópio do povo, é um espaço de mobilização política e social, contribui para a superação das segregações sociais materializadas no espaço urbano e refletida nos estádios de futebol, desnaturalizando o pensamento hegemônico acerca da sexualidade, do gênero e suas diversas expressões.

## **1 OS ESTÁDIOS DE FUTEBOL COMO ESPAÇOS CISHETERONORMATIVOS**

A divisão generificada dos espaços públicos e privados não é assunto novo. A transformação da noção de família culminou na imposição de um padrão cisheteronormativo centrado na figura do homem-provedor, formulada em oposição ao ideal de feminilidade burguês, direcionado às mulheres, dóceis, domesticadas e com sua sexualidade limitada ao casamento (Federici, 2019). Os estudos feministas são claros ao apontar como as mulheres foram, historicamente, oprimidas, e relegadas ao espaço privado e designadas ao trabalho reprodutivo, enquanto aos homens ocupavam e “dominavam” o espaço público.

Nesse mesmo processo sócio-histórico, toda e qualquer prática sexual que não estivesse a serviço da reprodução da mão de obra, como a homossexualidade, foram criminalizadas e demonizadas. Ocorreu, pois, não apenas uma limitação à sexualidade feminina, mas uma “ampla reestruturação da vida sexual” (Federici, 2017, p. 353 - 3454), com a criação de um padrão “afetivo-sexual” cujas consequências são sentidas ainda na atualidade, já que o o capitalismo é uma

totalidade viva de relações sociais. Nela, encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias (Arruzza, 2015, p. 48).

Essa dicotomia público-privada reflete-se na generificação dos territórios, ou seja, na delimitação de espaços “masculinos” e espaços “femininos”, reforçando os estereótipos e papéis de gênero, que a sociedade insiste em reproduzir, e a categorização das pessoas conforme seu enquadramento biológico, social e comportamental, de acordo com as métricas do padrão “homem, branco, cisgênero, heterossexual e proprietário”, sujeito ideal de direito, digno de reverência e proteção institucionalizada.

Quanto mais perto do padrão, maiores os privilégios sociais, dentre os quais se destaca a fruição e o gozo do espaço público. Por outro lado, quanto mais distante do ideal sacralizado, menores as possibilidades de ser e existir na cidade, de modo livre e prazeroso. Sobre os espaços urbanos, então, projeta-se a sociedade de determinado tempo, materializando, conseqüentemente, suas contradições, desigualdades e segregações. Nesse sentido, não é incomum a sensação de medo, insegurança, não pertencimento e deslocamento que minorias sociais experienciam em espaços públicos, comumente não projetados para a sua presença, mas para usufruto constante do homem médio padrão.

Um dos espaços urbanos socialmente restritos são os estádios de futebol, onde transborda a “aura masculina”, que afasta e expurga desse lugar qualquer manifestação dissidente de gênero e sexualidade, resultando em prejuízos para efetivação do direito à cidade por todas as pessoas que não se enquadram no padrão exigido, sejam como jogadores ou torcedores, uma vez que o futebol reproduz a lógica heteronormativa social, reproduzindo as segregações de gênero

cotidianamente vivenciadas nos espaços urbanos (Pena e Sánchez, 2020), e também de sexualidade. Assim,

As desigualdades e dicotomias de distintas ordens (público-privado, seguro-inseguro, dia-noite, cidade-periferia, reprodutivo-productivo) marcam a vida das mulheres na cidade e se aprofundaram ainda mais em contextos de globalização, neoliberalismo e- nos últimos anos- de pandemia. As mulheres e a população LGBTQI+, os corpos situados e diversos, em todas suas complexas diversidades: etnias, idades, deficiências, identidades, entre tantas, habitam e transitam nas cidades medindo suas condições (Falú, 2022, n.p., tradução nossa)<sup>16</sup>.

A lógica cisheteronormativa está incrustada no futebol. Como qualquer esporte, o futebol possui uma dimensão sociocultural, cujos valores “nele embutidos e dele derivados estabelecem limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser observados para a perfeita manutenção da ‘ordem’, ou da ‘lógica’, que se atribui ao jogo e que nele se espera ver confirmada” (Franzini, 2005, p. 316). Dessa forma, como afirma Bandeira (2010, p. 342), os estádios de futebol são locais nos quais valores e práticas são produzidos, institucionalizados e ensinados, reproduzindo o ideal da masculinidade, decorrente da cultura cisheteronormativa.

Há, portanto, nos estádios de futebol, um código de conduta a ser seguido. Um código não escrito, mas vastamente difundido, através do qual aprende-se a torcer, a gritar, a agir e a sentir da maneira “correta”. Na formação desse “verdadeiro torcedor”, o futebol

---

<sup>16</sup> No original: “Las desigualdades y dicotomías de distinto orden (público-privado, seguro-inseguro, día-noche, ciudad-periferia, reproductivo-productivo) marcan la vida de las mujeres en la ciudad y se profundizan aún más en contextos de globalización, neoliberalismo y –en los últimos años- de pandemia. Las mujeres y la población LGTBIQ+, los cuerpos situados y diversos, en todas sus complejas diversidades: etnias, edades, discapacidades, identidades, entre tantas, habitan y transitam las ciudades midiendo sus condiciones”.

e os estádios, reproduzindo a lógica cisheteronormativa, legitimam uma masculinidade violenta, que reproduz atitudes racistas, sexistas e LGBTfóbicas, através das quais quaisquer “desviantes” da norma não são considerados pertencentes a esse mundo, estando sujeitos ao escracho público, à ridicularização, à violência psicológica, física e moral.

Nesse espaço, “os cânticos repetidos, as performances executadas e emoções explicitadas são didaticamente empregados, produzindo uma lógica de atitudes fundamental para o tipo específico de fruição dos espetáculos futebolísticos nos estádios” (Bandeira, 2010, p. 346). É nesse contexto que a violência passa a fazer parte da conduta das pessoas que ocupam as arquibancadas, de forma intencional.

Aqui, vale ilustrar o argumento com o trecho de cântico comumente entoado pela torcida organizada, Nação 12, do Flamengo, que brada: “Largo tudo, vou ao estádio ver o meu amor / E não paro de cantar nem um segundo / Eu não sou ‘viado’, não sou Fluminense / Nem tampouco sou chorão botafoguense” (Eu sou Flamengo, 2024).

Outro exemplo explícito de cânticos LGBTfóbicos nos estádios brasileiros é direcionado à torcida corinthiana, pelos seus rivais, que entoam: “Gambá me diz como se sente / Por que você gosta de beijar? / Ronaldo saiu com dois travecos / O sheik selinho ele foi dar / Vampeta posou pra G / Dinei desmunhecou / Na fazenda de calcinha ele dançou / Não adianta argumentar / Todo mundo já falou / Que o gavião virou beija-flor” (SPFC.NET, 2024). Essa letra ultrapassa a provocação clubística, utilizando de estereótipos LGBTfóbicos para tentar diminuir e ofender a torcida adversária, relacionando a homossexualidade e a transgeneridade, e qualquer associação a elas, como algo negativo e passível de ridicularização, como no trecho que menciona o jogador Ronaldo “fenômeno” e o seu envolvimento em uma polêmica com três travestis, em 2008 (Souza, Amaral & Costa, 2008).

Gritos como “viado” e “bicha”, direcionados a jogadores rivais ainda são comuns em estádios de futebol, sob a justificativa de serem “parte do jogo”, reforçando a cultura de intolerância. Essa cultura demonstra como o preconceito direcionado a pessoas LGBTI+ se

insere no repertório performático das arquibancadas. Quem não segue o padrão, não encontra seu lugar na arquibancada

Todavia, é justamente em resposta a essa lógica cis heteronormativa - que exclui pessoas LGBTI+ do direito de usufruir plenamente das arquibancadas e da emoção do jogo - que surgiram, no Brasil, coletivos organizados em defesa de um futebol mais diverso e inclusivo. Esses grupos, não apenas denunciam a violência simbólica e física presente nos estádios, mas também constroem alternativas para transformar o futebol em um espaço de resistência e acolhimento. Suas ações englobam desde campanhas de conscientização até a ocupação ativa das arquibancadas, reivindicando a democratização do esporte como parte de um projeto maior de combate ao sexismo, ao machismo, à LGBTIfobia e a todas as formas de opressão. Na próxima seção, explora-se a atuação do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+ na democratização do futebol brasileiro, criando redes de solidariedade e pressionando por mudanças no esporte mais popular do país.

## **2 LUTAS LGBTI+ PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL BRASILEIROS**

Pensadas de maneira a satisfazer a reprodução do sistema econômico e as necessidades do homem branco, cisgênero, heterossexual e proprietário, as cidades reproduzem e reforçam as estruturas de poder sobre as quais se assenta a sociedade (Berth, 2023). Apesar disso, as segregações que se materializam em sua ordenação não são aceitas passivamente. As cidades são espaço de disputa e obra humana coletiva: produto da história, “de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (Lefebvre, 2001, p. 52).

Fruto da interação de diversos atores, com distintos objetivos e compromissos (Harvey, 2005a, p. 170), “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico

político) dos modos de viver, dos padrões que coexistem na Cidade” (Lefebvre, 2001, p. 22). As lutas promovidas por distintos atores sociais no espaço urbano são vetores de transformação, não apenas da sociedade, mas das cidades e suas dinâmicas.

Partindo, pois, dessa compreensão, a noção de direito à cidade se ergue nas formulações de Lefebvre (2001) enquanto fruto das demandas sociais por melhores condições de vida no espaço urbano. Pensado de maneira ampla, segundo o filósofo e sociólogo marxista francês, o direito à cidade abarca uma participação ativa e democrática na produção do espaço urbano, transformando-o e restituindo seu valor de uso (2001). Segundo Harvey (2014, p. 28), “o direito à cidade é (...) muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos”.

Nesse sentido, as lutas populares e sua mobilização organizada, a exemplo dos movimentos LGBTI+, negros e de mulheres, que reivindicam autonomia sobre o corpo e o reconhecimento de estilos de vida não normativos, são iniciativas que promovem a efetivação de um direito à cidade, que transcende sua abstração normativa idealizada sob um direito ainda burguês. No caso específico dos movimentos LGBTI+, as disputas encampadas se materializam no desejo e na efetiva ocupação dos espaços públicos, tradicionalmente hostis à sua existência, e à manifestação livre de sua sexualidade e identidade, transformando-os em territórios de resistência e afirmação identitária.

Ao desafiar a violência simbólica e física, que exclui seus corpos dissidentes, esses movimentos não apenas denunciam a segregação espacial, mas também constroem novas sociabilidades. Sua atuação revela que o direito à cidade não se limita ao acesso formal ao espaço urbano, mas exige o rompimento com as normas cisheteronormativas, que regulam quem pode circular, viver e celebrar sua existência em público.

Os estádios de futebol, como observado, são espaços urbanos nos quais operam a reprodução das violências sexistas e LGBTfóbicas de maneira explícita. Não obstante redutos de uma masculinidade

cisheteronormativa tóxica e violenta, esses espaços se levantam como arenas de luta pela democratização das cidades, por meio da atuação de movimentos LGBTI+ e antimachistas surgidos da necessidade de questionar as repercussões sociais e urbanas das relações de poder no futebol brasileiro.

Uma dessas articulações é o Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+. Fundado em novembro de 2019, o movimento é guiado pelo objetivo de “transformar o futebol em um espaço mais inclusivo e acolhedor para todas as pessoas” (Onã et al., 2024, p. 9). Por meio da congregação dos diversos coletivos LGBTI+ de torcedores do futebol brasileiro, busca “combater a LGBTfobia com ações, campanhas, iniciativas e sugestões de inclusão e diversidade” (Canarinhos LGBTQ+, 2025a) direcionadas à Confederação Brasileira de Futebol, ao Supremo Tribunal de Justiça Desportiva, à Procuradoria Geral da República e vários outros órgãos e instituições.

Para a consecução de seus objetivos, o Canarinhos LGBTQ+ observou a necessidade da criação de mecanismos de combate às manifestações homofóbicas no futebol brasileiro. Para tanto, abriu um canal de denúncias anônimas, em seu site, por meio do qual realiza o monitoramento, acompanhamento e divulgação de relatórios sobre casos de LGBTIfobia envolvendo agentes do futebol, o que resultou, ainda, na fundação do Observatório da LGBTIfobia no Futebol pelo Coletivo, em 2020.

Com o levantamento de dados, o Observatório visa chamar a atenção da sociedade, imprensa, marcas e das diversas entidades envolvidas no futebol nacional, incentivando “a adoção de ações afirmativas, de diversidade e de boas práticas que promovam a inclusão e combatam esse tipo [LGBTfobia] de preconceito” (Onã et al., 2024, p. 8). Em um convite ao diálogo, os relatórios produzidos pelo Canarinhos LGBTQ+ busca “incentivar a adoção de ações afirmativas, de diversidade e de boas práticas que promovam a inclusão e combatam esse tipo de preconceito” (Onã et al., 2024, p. 8).

Atualmente, em sua terceira edição, o anuário com os dados referentes ao ano de 2023, levantados pelo Observatório, foi lançado

em dezembro de 2024, em São Paulo, no I Encontro de Torcidas LGBTQ+ organizado pelo Canarinhos LGBTQ+. O evento contou com a presença de diversas torcidas LGBTQ+, de representantes da Federação Paulista de Futebol (FPF), da presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD), Raquel Lima, e outros convidados (Canarinhos LGBTQ+, 2024).

Os anuários publicados pelo Observatório sistematizam os casos de LGBTIfobia no futebol brasileiro. Para isso, realizam buscas em portais de notícias de abrangência nacional, mas também regionais e locais, nos sistemas do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) e dos tribunais estaduais, bem como dos relatos enviados à plataforma de denúncias do próprio coletivo. Além do panorama acerca da realidade, ainda LGBTIfóbica, do futebol brasileiro, o anuário realiza um levantamento sobre o resultado dos julgamentos dos casos de LGBTIfobia que chegaram ao STJD (Onã et al., 2024, p. 13-14).

De 2020 a 2023, período que decorre desde o ano de criação do Observatório até seu último relatório, observou-se um aumento de, aproximadamente, 289,5% nos episódios, contabilizados, de LGBTIfobia. Ressalta-se, no entanto, que o crescimento caiu em um comparativo entre os anos de 2022 a 2023, conformando um aumento de 5,4% de um ano a outro, em contraposição à 2020-2021 quando o crescimento foi de 110% nos casos registrados (Onã et al., 2024, p. 68).

Dos 78 episódios ocorridos em 2023, as torcidas foram, concomitantemente, as maiores vítimas e os maiores autores, em 42 e 57 vezes, respectivamente (Onã et al., 2024, p. 68). Corroborando a compreensão dos estádios como lugares generificados e generificados, esses foram os principais locais de acontecimento, registrado 46 vezes dos casos totais, seguido dos meios de comunicação, os quais englobam redes sociais e programas esportivos (Onã et al., 2024, p. 67).

Não obstante a queda no percentual do crescimento dos casos de LGBTIfobia anteriormente mencionada, entre 2023 e 2024, o Anuário do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+ observou uma redução no número de punições aplicadas a jogadores, técnicos e torcedores.

Segundo o documento, “dados divulgados pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) revelaram uma queda significativa nas sanções relacionadas à cânticos homofóbicos e comportamentos preconceituosos nos estádios e em competições oficiais” (Onã et al., 2024, p. 72).

O retrocesso na fiscalização e nas campanhas de conscientização promovidas, especialmente, durante grandes eventos, como a Copa do Mundo, são apontados como razões para a queda. Assim, enquanto em 2022 registrou-se 11 julgamentos, com 02 absolvições, 03 homologações de transação disciplinar e 06 multas aplicadas, em 2023, o número de julgamentos caiu para 07, com 07 clubes punidos, atingindo seu menor índice em 2024, com apenas 04 julgamentos e 03 punições (Onã et al., 2024, p. 72).

Apesar do diagnóstico, é possível observar um conjunto de boas práticas, como denominado pelo Canarinhos LGBTQ+, promovidas por agentes e instituições que atuam no futebol brasileiro. As ações estão registradas na última edição do anuário e são compreendidas pelo coletivo como contribuições, diretas ou não, para a promoção da inclusão, da diversidade e do combate à LGBTIfobia no futebol (Onã et al., 2024, p. 75).

Dentre essas boas práticas, algumas se destacaram no âmbito legal. No ano de 2023, a deputada estadual, Luciana Genro, apresentou um projeto de lei no Rio Grande do Sul estabelecendo um “Protocolo de Combate à Discriminação”. Sancionada em 2024, a lei permite a interrupção das partidas até que as condutas suspeitas sejam cessadas, e, caso voltem a ocorrer, que os atletas se retirem da quadra por dez minutos e/ou a partida seja encerrada (Chagas, 2024). Baseada na Lei nº 10.053, de 05 de julho de 2023, do Estado do Rio de Janeiro, conhecida por “Lei Vini Jr.,” ela amplia seu escopo para abarcar não somente casos de racismo, mas também de homofobia.

Destaca-se, no mesmo ano, a movimentação no estado do Amazonas no sentido de coibir práticas discriminatórias. As medidas foram tomadas por distintos agentes: a Federação Amazonense de Futebol (FAF) emitiu a Resolução nº 06/FAF/ PRES/2023, “com o

objetivo de coibir manipulação de resultados, o racismo, a homofobia, a transfobia e outras formas de preconceitos, em todas as competições da Federação, tanto profissional quanto não profissional” (Onã et al., 2024, p. 77); além disso, foi aprovada a Lei Estadual nº 6.379, 2 de agosto de 2023, “que penaliza torcedores e clubes de futebol que praticarem atos de racismo e homofobia em estádios no Amazonas” (Onã et al., 2024, p. 80).

No âmbito da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) foi incluído, em 2023, no Regulamento Geral de Competições (RGC), regra que estabelece punições a clubes envolvidos em casos de discriminação (Onã et al., 2024, p. 75). Dessa maneira, o RGC vigente para o ano de 2025 dispõe preliminarmente sobre a exigência, nas competições de futebol brasileiras, da atuação e cooperação entre os agentes nelas envolvidos, na prevenção de “comportamentos antidesportivos, qualquer forma de violência, dopagem, manipulação de resultados e eventos relacionados às competições, corrupção, manifestações político religiosas e político-partidárias, racismo, xenofobia, sexismo, LGBTfobia ou qualquer outra forma de discriminação” (CBF, 2025, p. 6).

Atos contrários à determinação anterior devem ser punidos nos termos do art. 135 do mesmo regulamento. A disposição, em seu § 1º, considera como de extrema gravidade as infrações “de cunho discriminatório (...), especialmente injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia, procedência nacional ou social, sexo, gênero, deficiência, orientação sexual, idioma, religião, opinião política, fortuna, nascimento” (CBF, 2025, p. 56) e outras formas de distinção, a serem penalizadas administrativamente, independentemente de punição pela Justiça Desportiva, com base no Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).

No âmbito das torcidas, diversas se fizeram presentes em campanhas e eventos com vias a promover o combate à LGBTIfobia no futebol. No que tange, especificamente, ao Coletivo Canarinhos LGBTQ+, além de dar visibilidade e espaços à realização de denúncias envolvendo LGBTIfobia no futebol, bem como às ações promovidas

em combate ao preconceito contra pessoas LGBTI+. O movimento, por si só, representa resistência em um meio sexista e LGBTIfóbico, e, pondo-se em campo, potencializa a luta pela democratização do futebol brasileiro no intuito de transformá-lo em espaço de inclusão e respeito às diversidades.

Ao longo dos seus anos de atuação, o Coletivo publicou não apenas os Anuários do Observatório da LGBTIfobia no Futebol, mas outros documentos de denúncia, conscientização e educação social. A título de exemplo, desde a sua fundação foram lançadas a Cartilha Simplificada “LGBTQIAP+ no futebol: como incluir”, a plataforma “Cursos Canarinhos”, no qual estão disponíveis cursos de letramento LGBTQ+ com foco no futebol e o “Como Montar uma Torcida LGBTQ+ (Onã et al., 2024, p. 10-12).

O Canarinhos LGBTQ+ propaga sua luta ao participar de diversos encontros, inclusive aqueles que não estejam direcionados diretamente a discutir a questão da LGBTIfobia no futebol. Uma das ações destacadas pelo próprio Coletivo, no ano de 2023, foi a participação de representantes do movimento no XVII Seminário Gestão Esportiva “O Futebol no Mercado de Capitais” da Fundação Getúlio Vargas, realizado em parceria com a FIFA, no qual presentearam com uma camisa do Coletivo o então presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues (Onã et al., 2024, p. 76).

A história do Coletivo é marcada por diversas ações como a anterior. Em 2022, alguns de seus representantes marcaram presença no Seminário de Combate ao Racismo e à Violência no Futebol e participaram do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo e à Violência no Futebol, ambos eventos promovidos pela CBF. No mesmo ano, participaram do Brasil Futebol Expo, considerado o maior evento de futebol da América Latina e da Conferência de Futebol do Nordeste, em Salvador. Já em 2024, estiveram presentes no 7º Seminário Nacional de Serviço Social no Mundo do Futebol (Onã et al., 2024, p. 11-12).

No que tange aos eventos voltados especificamente à LGBTfobia, em 2020, o Coletivo promoveu a Campanha “Futebol sem LGBTfobia”, como forma de pressão aos clubes por um posicionamento acerca da

temática. No ano de 2023, dentre os vários eventos, o Coletivo marcou presença na ação de inclusão de pessoas trans realizada pela Torcida LGBTricolor, Mídia Ninja e Esporte Clube Bahia; no 1º Seminário de Combate à LGBTIfobia no Futebol Mineiro, organizado pela Torcida Marias de Minas e o Estádio Mineirão; bem como no Seminário da Secretaria da Diversidade do Ceará com o Coletivo Vozão Pride. Dentre os eventos de 2024, participaram da segunda edição do Seminário de Combate à LGBTIfobia no Futebol Mineiro (Onã et al., 2024, p. 11-12).

Vê-se, assim, que o Canarinhos LGBTQ+ é um movimento bastante organizado e ativo, exercendo um trabalho importante de congregar diferentes torcidas Brasil afora em torno de uma pauta comum, coordenando ações diversas em prol de um ambiente mais democrático e acolhedor nas arquibancadas brasileiras. Sua atuação é visível por meio de suas redes sociais, onde não apenas denunciam casos de LGBTIfobia no futebol, mas também constroem narrativas positivas de resistência e representatividade. Suas publicações frequentes servem tanto para expor a violência estrutural quanto para celebrar marcos importantes, como a adoção de políticas e campanhas antidiscriminatórias por clubes ou o relato de torcedores e atletas LGBTI+.

Aqui, argumenta-se que essa estratégia de comunicação engajada cumpre um duplo papel: educar o público sobre a diversidade no futebol e fortalecer a rede de apoio para vítimas de preconceito. Ao fazer isso, o Canarinhos LGBTQ+ transcende o papel de simples observador e se consolida como ator fundamental na luta por um futebol democrático, e por respeito e inclusão nos estádios brasileiros.

Chama atenção, contudo, o fato de que essa dedicação e presença constante nas redes sociais também pode ser explicada, em partes, pela parceria estabelecida com a plataforma de jogos de azar online Galera.bet<sup>17</sup>, estampada em grande parte das publicações do Coletivo

---

17 Desde 2018, o do futebol brasileiro foi tomado por propagandas de casas de apostas diversas, na baila da aprovação da Lei 13.756/2018 (Brasil, 2018), que legalizou as apostas esportivas de quota fixa, e da Lei 14.790/2023 (Brasil, 2023), no objeto de jogos online. Nesse sentido, o vínculo do Coletivo Canarinhos LGBTQ+ com uma casa de apostas ocorre num contexto amplificado em que diferentes clubes, canais de televisão

no Instagram (Canarinhos LGBTQ+, 2025b). Isso porque, o contrato de patrocínio estabelecido com a plataforma de jogos fornece suporte financeiro para que os dirigentes do Coletivo tenham dedicação profissional, remunerada, para as ações planejadas.

É importante ressaltar que, embora o apoio da Galera.bet facilite a operacionalização das atividades, a força do movimento reside sobretudo no compromisso político de seus integrantes, que transformam esses recursos em ferramentas de luta. A organização do coletivo reflete, portanto, uma conjugação entre apoio externo e militância dedicada, demonstrando como as parcerias podem potencializar a resistência LGBTI+ em ambientes tradicionalmente hostis, como o futebol e seu ecossistema.

Essa relação traz à tona uma contradição inescapável: ao mesmo tempo que o Coletivo luta por inclusão e democratização do futebol, seu principal patrocinador é parte de um setor econômico frequentemente associado à exploração de vulnerabilidades socioeconômicas. As casas de apostas, como a Galera.bet, lucram em um mercado que se beneficia da desigualdade estrutural, especialmente em um país como o Brasil. O impacto social dessas empresas é grave: endividamento familiar, vício em jogos e o agravamento de ciclos de pobreza são problemas amplamente documentados, mas pouco regulados no país (Zorzetto, 2024).

Ainda que o patrocínio permita maior profissionalização das ações do coletivo, viabilizando campanhas, materiais e a própria remuneração de militantes, é fundamental questionar até que ponto essa parceria não reproduz, em outra esfera, a mesma lógica de exclusão e exploração que o movimento busca combater, desdobrando-se no reforço do chamado *pinkwashing*, ou seja, em “uma estratégia de marketing ou relações públicas utilizada por empresas, organizações ou governos para se apresentarem como defensores dos direitos LGBTI+ enquanto, simultaneamente, ignoram ou até mesmo violam os direitos dessas ou outras comunidades” (Junqueira de Moraes, 2024).

---

e perfis nas redes sociais são inundados de publicidade de diferentes plataformas de aposta online.

O desafio, portanto, é equilibrar a necessidade pragmática de recursos com a coerência política. No entanto, no caso específico das casas de apostas, a contradição é ainda mais aguda, pois coloca em tensão dois projetos de sociedade: um que almeja emancipação coletiva e outro que lucra com a dependência individual. A militância não desaparece por conta do patrocínio de uma casa de apostas, mas é preciso reconhecer que ele impõe limites éticos à atuação do Coletivo. Uma verdadeira democratização do futebol exige não apenas inclusão identitária, mas também ruptura com modelos econômicos que aprofundam desigualdades.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo sócio-histórico de instituição de uma sociedade capitalista mobilizou, e mobiliza, diversas estruturas de poder tornando possível sua contínua reprodução. A transformação da estrutura familiar, compreendida de maneira estendida em períodos e sociedades pré-capitalistas (Davis, 2016), para um padrão conveniente à reprodução e disciplina da mão de obra trabalhadora juntamente de uma urbanização voltada à satisfação da esfera produtiva e a criação de uma dicotomia público-privada (Berth, 2023; Federici, 2017) enraizou estereótipos de gênero que seguem regendo a dinâmica urbana e os locais de acesso à homens, mulheres, brancos, negros, cisgêneros e transgêneros, heterossexuais e LGBTI+’s.

Dessa maneira, concomitantemente ao estabelecimento de novos padrões comportamentais, com ideais de masculinidade e feminilidade que, apesar das diferenças de classe e raça, abarcam toda a população, o espaço urbano também se estabeleceu. Reflexo dessa racionalidade, as cidades se estabeleceram reproduzindo o sexismo vigente nas relações sociais em suas configurações espaciais (Berth, 2023). Como resultado, “masculinizaram-se” diversos espaços urbanos, entre os quais os estádios de futebol. Generificados e generificadores, nesses lugares impera uma violência, explícita e implícita, direta e

indireta, direcionada aos que fogem do modelo torcedor, e de torcedor, esperado.

Acredita-se que uma das formas de lutar contra a cultura cisheteronormativa no futebol brasileiro e estádios de futebol, ainda inundados em preconceitos, se dê por meio da desnaturalização desse pensar hegemônico, escovando a história a contrapelo ao exaltar a atuação de coletivos que questionem a realidade posta, demonstrando que o futebol é mais que o ópio do povo, mas um espaço de mobilização política e social que contribui com a superação das desigualdades sociais materializadas no espaço urbano. Nesse sentido, o Coletivo Canarinhos LGBTQ+ foi escolhido como o protagonista do presente trabalho.

A atuação do Coletivo Canarinhos LGBTQ+ evidencia como a transformação dos estádios em espaços mais democráticos exige não apenas a contestação simbólica da LGBTIfobia, mas também ações concretas de incidência política sobre as instituições públicas e privadas. Seu trabalho revela que a democratização do futebol é inseparável da luta por cidades mais justas, onde o direito à fruição do espaço público não seja um privilégio cisheteronormativo.

A trajetória do Coletivo, apesar da contradição ética do financiamento por uma plataforma online de aposta, reforça que a ocupação política dos estádios é um vetor potente para subverter a ordem espacial excludente. Ao transformar arquibancadas em palcos de resistência, não apenas questiona-se a violência LGBTIfóbica, mas redefine-se o próprio sentido do futebol como prática cultural. Se, por um lado, o esporte foi historicamente um instrumento de reprodução do patriarcado, por outro, torna-se agora arena onde se ensaia um projeto alternativo de sociabilidade.

## REFERÊNCIAS:

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 33-58, 1º semestre de 2015. Disponível em: <[http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015\\_1\\_04\\_Cinzia-Arruza.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf) >. Acesso em: 08 jul. 2023.

ARRUZZA, Cinzia. **Las sin parte: matrimônios y divorcios entre feminismo y marxismo**. 1. Ed. Critica & Alternativa, 2010.

BANDEIRA, Gustavo Andrada. Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 342-351, maio 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200010>. Acesso em: 08 fev. 2025.

BANDEIRA, Gustavo Andrada. **Do Olímpico à Arena: elitização, racismo e heterossexismo no currículo de masculinidade dos torcedores de estádio**. 2017. 336 f. 342 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/do-olimpico-arena/>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.790**, de 29 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jun. 2023. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14790.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14790.htm)>. Acesso em 02 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.756**, de 29 de dezembro de 2023. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jun. 2023. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l13756.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l13756.htm)>.

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113756.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113756.htm)>. Acesso em 02 jun. 2025.

CANARINHOS LGBTQ+. **Anuário do Observatório da LGBTfobia do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+ - Dados 2023**. 2024. Disponível em: <<https://canarinhoslgbtq.com.br/anuario-do-observatorio-da-lgbtfobia-no-futebol-com-dados-de-2023-esta-lancado/>>. Acesso em: 29 mai. 2025.

CANARINHOS LGBTQ+. **Quem somos**. 2025a. Disponível em: <https://canarinhoslgbtq.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CANARINHOS LGBTQ+. **Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+**. [S. l.], 2025b. Instagram: @canarinhoslgbt. Disponível em: <<https://www.instagram.com/canarinhoslgbt/>>. Acesso em: 02 jun. 2025.

CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. ‘Isto é um lugar de respeito!’: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano / ‘This is a respectful place!’: the heteronormative construction of the closet-city throughout the invisibility... **Revista de Direito da Cidade**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 103–116, 2017. DOI: 10.12957/rdc.2017.26356. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/26356>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CHAGAS, Gustavo. Lei Vini Jr.: governo sanciona protocolo para interromper partidas após casos de racismo e homofobia no RS. **G1**, 08 jun. 2024. Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/07/08/lei-vini-jr-governo-sanciona-protocolo-para-interromper-partidas-apos-casos-de-racismo-e-homofobia-no-rs.gh.html>>. Acesso em: 29 mai. 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (CBF). **Regulamento Geral de Competições**. 2025. Disponível em: <<https://objectstorage>.

sa-saopaulo-1.oraclecloud.com/n/grsa9ybqykir/b/portalcbf/o/RGC%20FINAL%202025.pdf >. Acesso em: 27 mai. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EU SOU FLAMENGO. **Torcida Nação 12**. 2024. Disponível em: <https://eusouflamengo.com.br/flamengo/torcidas-organizadas-do-flamengo/nacao-12/>. Acesso em: 28 maio 2025.

FALÚ, Ana. El derecho a la ciudad de las mujeres. Construyendo el urbanismo feminista en las prácticas. **Crítica Urbana. Revista de Estudios Urbanos y Territoriales**, vol.5, núm. 23, março 2022, n.p. Disponível em: <https://criticaurbana.com/el-derecho-a-la-ciudad-de-las-mujeres>. Acesso em: 19 jan. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, n 50, 2005, p. 315-328. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/nTrFPPWwPkMTKPMmBmtRwCc/>. Acesso em: 08 fev. 2025.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1. ed. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**,

Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 9 ago. 2024.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

JUNQUEIRA DE MORAES, Matheus Henrique. Pink money & Pinkwashing: entre o reconhecimento e os riscos de uma expansão expropriatória do capitalismo. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, [S. l.], v. 7, n. 22, 2024. DOI: 10.29327/2410051.7.22-91. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/17628>. Acesso em: 3 jun. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

PENA, A. Marília; SÁNCHEZ, B. Fernanda G. O ESPAÇO PÚBLICO E SUAS TERRITORIALIDADES A experiência das mulheres nos estádios de futebol. **XII Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo**, São Paulo-Lisboa, 2020. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/336525>. Acesso em: 01 jun. 2024.

RUDÁ, Onã et al. **Anuário do Observatório da LGTBfobia no Futebol do Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ+**: dados 2023. 1. ed. [S.l.]: Coletivo de Torcidas Canarinhos LGBT, 2024. Disponível em: < <https://canarinhoslgbtq.com.br/anuario-do-observatorio-da-lgbtfobia-no-futebol-com-dados-de-2023-esta-lancado/>>. Acesso em: 28 mai. 2025

SILVA, Andrea Lima da; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. “O sol não nasce para todos”: uma análise do direito A cidade para os segmentos LGBT. **SER Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 498–516, 2016. DOI: 10.26512/ser-social.v17i37.14259. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14259](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14259). Acesso em: 21 fev. 2025.

SOUZA, Richard; AMARAL, Luiz Cláudio; COSTA, Fabrício. Ronaldo: confusão com travesti no Rio. Fenômeno diz que foi vítima de extorsão e nega ter usado drogas. **GE**, 28 abr. 2008. Disponível em: [https://ge.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Selecao\\_Brasileira/0,,MUL429370-4482,00.html#:~:text=O%20atacante%20Ronaldo%2C%20do%20Milan,Albertino%2C%20conhecido%20como%20Andr%C3%A9ia%20Albertine](https://ge.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Selecao_Brasileira/0,,MUL429370-4482,00.html#:~:text=O%20atacante%20Ronaldo%2C%20do%20Milan,Albertino%2C%20conhecido%20como%20Andr%C3%A9ia%20Albertine). Acesso em: 28 maio 2025.

SPFC.NET. **Gambá me diz como se sente?** 2024. Disponível em: <https://spfc.net/forum2.asp?nID=267249>>. Acesso em: 28 maio. 2025.

ZORZETTO, R. Proliferação das bets aumenta gastos de famílias e risco de problemas com o jogo. **Pesquisa Fapesp**. Edição 344, out. 2024, n.p. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-efeitos-nocivos-dos-jogos-on-line/>>. Acesso em 02 jun. 2025.



# DINÂMICAS DE SOCIABILIDADES LGBTQIAPN+ NA HISTÓRIA OFICIAL DE GOVERNADOR VALADARES

*Gabriel da Cruz Ventura*<sup>18</sup>

*Suely Maria Rodrigues*<sup>19</sup>

*Edmarcius Carvalho Novaes*<sup>20</sup>

## **Resumo**

Este estudo analisa a ausência das dinâmicas de sociabilidades LGBTQIAPN+ nos registros da história oficial de Governador Valadares, destacando a construção social excludente da cidade, pautada em estruturas conservadoras, patriarcais e latifundiárias. A pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, evidencia que a memória histórica local valoriza empresários, militares e elites, enquanto silencia as vivências e contribuições da população LGBTQIAPN+. Observa-se ainda o enfraquecimento das políticas públicas e dos espaços de resistência LGBTQIAPN+ contemporâneos, perpetuando a invisibilidade dessas sociabilidades no cenário social e cultural da cidade.

**Palavras-chave:** Governador Valadares; Sociabilidade; LGBTQIAPN+; Memória; Conservadorismo.

---

18 Graduado em Comunicação Social - Publicidade pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Mestrando em Gestão Integrada do Território, Bolsista CAPES vinculada à pesquisa “Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares”, E-mail: gabriel.ventura@univale.br

19 Doutora em Saúde Coletiva (UFMG). Professora Adjunta do Curso de Odontologia e no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território (GIT) da Universidade Vale do Rio Doce. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa SAIS - Saúde, Indivíduo e Sociedade. Atua no projeto de Pesquisa “Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares”. E-mail: suely.rodrigues@univale.br

20 Doutor Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Professor e pesquisador na Universidade Vale do Rio Doce. Atua no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território. Atua no projeto de Pesquisa “Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares”. E-mail: edmarcius@hotmail.com

## **Abstract**

This study analyzes the absence of LGBTQIAPN+ sociability dynamics in the official historical records of Governador Valadares, highlighting the city's socially exclusionary construction, rooted in conservative, patriarchal, and landowning structures. The research, based on bibliographic and documentary sources, reveals that the local historical memory valorizes entrepreneurs, military figures, and elites, while silencing the experiences and contributions of the LGBTQIAPN+ population. It also observes the weakening of contemporary LGBTQIAPN+ public policies and spaces of resistance, which perpetuates the invisibility of these sociabilities within the city's social and cultural landscape.

**Keywords:** Governador Valadares; Sociability; LGBTQIAPN+; Memory; Conservatism.

## **INTRODUÇÃO**

A história da cidade de Governador Valadares é marcada por diferentes fases de desenvolvimento econômico. Fundada em 1938, está localizada no leste de Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce. Por volta dos anos de 1940 e 1960, considerada jovem e em crescimento, demonstrou ter forte potencial econômico, e, por isso, recebeu o título de “Princesa do Vale” pela classe média da época e grupos denominados de “pioneiros” (Siqueira, 2017; Novaes, 2022).

Na era de ascensão da cidade, se destacava como representante da prosperidade econômica, os imigrantes e grupos fundadores, uma vez que a riqueza provinha das atividades de exploração da madeira, minerais e latifundiários da pecuária (Oliveira, 2023; Espindola, 2022). Como de praxe no Brasil, Governador Valadares vivencia a dubiedade de aspectos considerados modernos e coloniais, marcados pela violência de disputa de terras, o trânsito de empresários, comerciantes e pecuaristas, além da tendência de internacionalização devido à

presença de norte-americanos (Siqueira, 2017; Espindola; Novaes, 2022).

Nessa perspectiva do cenário histórico da cidade, este estudo surge como uma investigação sobre o registro ou não de dinâmicas de sociabilidade LGBTQIAPN+ na história de Governador Valadares no período do seu surgimento. Portanto, este trabalho realiza uma análise de documentos e registros (Gil, 2008), a fim de compreender o contexto social e político que contribuem para inclusão ou exclusão dessas “outras histórias” nos registros oficiais.

O cenário político de Governador Valadares é delimitado em termos de gênero e sexualidade, sobretudo, ao observar que o patriarcado agrário constitui o panorama de instituição da cidade (Oliveira, 2023). Esse ponto histórico é importante para entender o contexto social que contribui para os padrões sociais e conservadorismo da época, com reflexos atualmente, sobretudo ao levar em consideração a história aberta e não triunfalista. Trata-se de uma cidade marcada historicamente pela valorização de conflitos armados, que trouxe notoriedade e prestígio social para figuras militares, considerados importantes para a civilidade da região (Silva, 2006; Novaes, 2022; Oliveira, 2023).

Nessa perspectiva, a análise da existência dos registros oficiais da cidade, bem como de outras dinâmicas de sociabilidades não registradas, representa a necessidade de se conhecer comportamentos e vivências no território do Leste Mineiro, pois esses merecem atenção, principalmente quando se trata das memórias da comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, este estudo auxilia na busca de visibilizar a existência e a contribuição social pelas dinâmicas de sociabilidades de LGBTQIAPN+ na cidade de Governador Valadares.

O reconhecimento e pertencimento territorial advém da compreensão das maneiras como as identidades dissidentes se veem nos espaços da cidade como sujeitos, atores sociais e construtores dos próprios direitos e cidadania. Vale ressaltar que a construção social da realidade é que permite o reconhecimento e a compreensão das identidades e suas territorialidades, como maneira de interiorização

das estruturas sociais pelas instituições, e exteriorização de si, em que pode ocorrer a diferenciação e/ou contradição, a partir da maneira de agir no mundo, modificando, construindo ou mantendo (Berger; Luckmann; 2007; Honneth, 2009).

Este trabalho está estruturado em cinco partes, sendo a primeira a introdução, partindo para o arcabouço teórico necessário para as observações propostas, o caminho metodológico, a análise e por fim, as considerações finais.

## **1 CONSTRUÇÃO DA REALIDADE, MEMÓRIA E GOVERNADOR VALADARES**

Neste tópico, engendra-se os caminhos teóricos da construção social da realidade, passando pelas formas de poder estruturadas socialmente, para, logo em seguida, colocar em tensão a visão tradicional de se contar as narrativas e a memória local. Além disso, apresenta-se a contextualização da cidade Governador Valadares, a fim de se observar as dinâmicas de sociabilidades LGBTQIAPN+, presentes (ou não) na história oficial da cidade.

### **1.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE**

A realidade é um produto social construído a partir de conhecimentos comuns em sociedade, que não ocorre de maneira puramente natural. Em diálogo com a fenomenologia de Schutz e o interacionismo simbólico, Berger e Luckmann (2007) baseiam a sua proposição sobre a realidade. Diante disso, essa construção social passa por processos centrais, que refletem no comportamento social. Os sujeitos externalizam suas subjetividades por meio de ações que refletem intenções e valores que, na medida do tempo, tornam-se padrões.

Além disso, a objetivação é fruto da externalização que promove entidades (instituições, significados, instrumentos) que

ganham existência objetiva. De outra maneira, os sujeitos também internalizam por meio de assimilações e fazem parte da experiência interna, estabelecendo continuidade entre subjetividade e objeto social. Assim, esses processos explicam como a sociedade molda a vida individual, e vice e versa. Logo, é atribuída ao indivíduo a divisão social, a distribuição de papéis sociais e os padrões socialmente construídos (Berger; Luckmann, 2007). Portanto, essa análise contribui para a compreensão de como os papéis e as normas de comportamento de gênero e sexualidade, em um contexto social mais amplo, são construídos.

As instituições sociais, como a igreja, família, prefeitura, universidade, museu e outras, ganham legitimidade a partir das justificativas através dos sistemas simbólicos, como os mitos, as religiões, e as ideologias dominantes. Esse universo simbólico conecta as instituições sociais a fim de naturalizar as normas, explicando, dando sentido à realidade social. De outra maneira, a socialização primária é aquela que acontece no processo inicial da vida social, no qual a ligação do eu e o mundo se integram, e o sujeito internaliza as normas sociais sem questionamento, construindo a ideia de que o mundo é dado, de maneira natural e universal (Berger; Luckmann, 2007).

Na socialização secundária, o sujeito é inserido nas instituições como a escola, empresas, lugares em que passa a desempenhar funções e procedimentos formais pré-definidos. Enquanto a primeira socialização está ligada a uma relação emocional de vínculo familiar, a socialização secundária se caracteriza por ser menos emocional e mais processual, permitindo a maior transição entre os contextos. Logo, a identidade individual é um produto da interação retórica entre os papéis sociais e a institucionalização. Assim, os conflitos surgem quando os sistemas simbólicos diferentes são colididos (Berger; Luckmann, 2007). Dessa maneira, têm-se que a sociedade exerce influência diretamente sobre as orientações corporais e comportamentais dos sujeitos, incluindo aspectos como a sexualidade e a identidade de gênero. Essas normas sociais são continuamente

reafirmadas no cotidiano, sendo as instituições sociais responsáveis por fazer cumprir os padrões que, ao longo do tempo, foram repetidos numa dada coletividade.

Em outro aspecto, o poder simbólico é exercido pelos sistemas simbólicos de maneira sutil e invisível na sociedade, sobretudo de formas de dominação que operam nas estruturas sociais. Dessa forma, refere-se ao modo de impor significados, valores e visões de mundo como maneira legítima de modo que sejam reconhecidos como naturais por todos. Logo, uma maneira de universalização de ideologias particulares. Essa operação acontece de maneira inconsciente, dispensando a ação física como coerção direta por parte dos dominadores. No entanto, esse poder só é exercido a partir do consentimento daqueles que sofrem a influência, tornando essa forma de poder mais eficaz do que outras formas (Bourdieu, 2019).

Portanto, a violência simbólica se caracteriza pelas imposições de significados que mascaram as desigualdades e interesses. A linguagem e a comunicação são entendidas como instrumentos que propiciam o sistema de dominação. Logo, a fala do enunciante depende da posição social dele, não apenas do conteúdo dito. Há, portanto, uma economia das trocas de palavras, uma vez que algumas narrativas são contadas e outras silenciadas ou desprezadas.

Nesse sentido, a mídia entra como produtora das imposições de categorias e percepção da realidade (Bourdieu, 2019). Apesar de ser uma corrente estruturalista, o conceito de poder simbólico, bem como a violência que acontece a partir disso, contribui para compreender as formas simbólicas de construção narrativa, como também inferir sobre o esquecimento narrativo como parte desta prática.

## **1.2 MEMÓRIA**

A história contada de forma triunfalista, cumulativa e linear é observada como uma maneira tradicional de se narrar os acontecimentos. Partindo de uma perspectiva crítica, que tensiona o

pensamento científico moderno, a ideia de progresso é frequentemente associada à homogeneização e esvaziamento da história. O tempo cronológico não permite interrupções radicais que possibilita a redenção do passado. Dessa maneira, a ideia de progresso é enganosa e perigosa, pois encobre as catástrofes em cada avanço técnico e “revolução” que coexistem como formas cruéis de dominação e sofrimento. Um exemplo é o fato de que o mesmo trem que contribuiu para a modernização da Europa para aquilo que é considerado avanço econômico para a região, carregou também os judeus para os campos de extermínio da Alemanha nazista (Benjamim, 2020).

As lutas do presente não estão desassociadas do passado. Entendê-lo, como foi, é importante para o que se conecta com o presente. Dessa forma, esse caminho recolhe o “estilhaços” da história contada pelos vencidos, para ouvir as vozes dos grupos socialmente silenciados. A história é um campo de disputa, não se tratando de registrar os fatos friamente, mas intervir politicamente no tempo presente. Nesse sentido, não acontece a distinção entre história e memória, porque são capazes de serem cronicamente destruidoras do tempo, uma luta contra a morte. Portanto, a tragédia da modernidade está na falta da memória ao postular uma imagem eterna do passado, com acontecimentos contados a partir de um único viés (Filho, 2009; Benjamim, 2020).

É exatamente nesse fato que consiste a tragédia da modernidade: na descoberta de que o homem moderno é um ser destituído de memória, razão pela qual se deu o erro do historicismo, ao postular uma “imagem eterna do passado”. Entretanto, como já se discutiu, as revoluções instauram uma nova concepção de tempo, que traz novos elementos aceleradores históricos do tempo. A memória, a lembrança, são potencialmente capazes de acalantar a dor, o sofrimento e a morte no sentido de sua redenção (Filho, 2009, p. 92).

Dessa maneira, não se pode agir como se o passado fosse arquivado, sem que não tenha apologia ou visão crítica do presente. Com o fim dos grandes relatos, pela abertura da história do século XIX, é proporcionada a busca de uma outra racionalidade, que rejeita a armadilha da ciência positivista que possui “previsão científica”, sem a dialética da quebra da temporalidade, e carregada de estratégias.

Diante disso, as possibilidades diversas são consideradas, sem evitar os acontecimentos catastróficos ou narrativas dos vencidos, que trazem a chance emancipatória e o movimento subversivo. Outros desfechos são levados em consideração, no qual cada presente tem uma infinidade de eventos futuros. O vilão, na verdade, pode ser a vítima não compreendida, ou a que não teve a oportunidade de contar a versão do acontecimento (Filho, 2009; Benjamim, 2020).

A redenção da memória significa esquadrinhar o passado de ruínas com acontecimentos escondidos, reproduzi-lo dentro das multiplicidades que ele foi, dentro das diferentes versões e trazer à tona o que foi suprimido: o passado dos esquecidos. Os “homens infames”, apontados por Foucault (2003), são aqueles que são ignorados pela história ou que não são apresentados com grande importância, mas que, de algum modo aparecem nos registros oficiais. Esses sujeitos são gente comum, pobres ou “desajustados” socialmente como os considerados loucos, mendigos, servos, as prostitutas, homossexuais, delinquentes dentre outros. Em grande parte, a vida dos infames ganha forma quando narrada a partir do discurso institucional: um prontuário, uma queixa policial ou um mandado.

Esses documentos não se propõem a descrever os sujeitos, mas produzem as suas identidades de maneira restrita: “o perigoso”, “desordeiro”, “louco”. Assim, as vidas “menores” são forçadas. O poder moderno opera pela produção do saber sobre os corpos e os comportamentos, portanto, determinando, classificando, separando e normatizando. Dessa forma, é construído o pensamento sobre os infames, dando nome aqueles que são considerados “anormais” (Foucault, 2003).

[...] são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram os instrumentos. Vidas reais foram “desempenhadas” nestas poucas frases; não quero dizer com isso que elas ali foram figuradas, mas que, de fato, sua liberdade, sua infelicidade, com frequência sua morte, em todo caso seus destinos foram, ali, ao menos em parte, decididos. Esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras (Foucault, 2003, p. 4).

O poder institucional produz vidas que possam ser facilmente interpretadas e reguladas pela lógica do controle. A forma como o arquivo e a escrita administrativa operam evidencia que o controle dos corpos não se dá apenas pela força física, mas, sobretudo, por meio de dispositivos discursivos e burocráticos que moldam, classificam e condenam os sujeitos, consolidando mecanismos de poder e exclusão social. Dessa maneira, os marginais da história são reduzidos a ruídos dos documentos institucionais pela lógica do controle (Foucault, 2003).

Nada tornava provável que elas surgissem das sombras, elas mais do que outras, com sua vida e suas desgraças. Divertimo-nos, se quisermos, vendo aí uma revanche: a chance que permite que essas pessoas absolutamente sem glória surjam do meio de tantos mortos, gesticulam ainda, continuem manifestando sua raiva, sua aflição ou sua invencível obstinação em divagar, compensa talvez o azar que lançara sobre elas, apesar de sua modéstia e de seu anonimato, o raio do poder (Foucault, 2003, p. 4).

Em outra perspectiva, a memória é coletiva, seletiva, próxima ao mito e as identidades dos grupos sociais. No entanto, como uma ferramenta viva é utilizada frequentemente pelos interesses presentes. Em contrapartida, os fatos históricos são construídos a partir do

historiador e dos documentos e fontes. Assim, os documentos não possuem neutralidade e as relações de poder definem o que merece ser lembrado (Foucault, 2003; Le Goff, 1990).

Portanto, a memória é um campo de disputa pelos grupos sociais, sejam políticos, religiosos que buscam legitimar as suas identidades, causas ou poderes que possuem atualmente. Isso significa a importância de se compreender quem lembra, o que se lembra e o porquê se lembra. Além de entender quem foi apagado e as razões disto.

### **1.3 GOVERNADOR VALADARES: A HISTÓRIA TERRITORIAL DOS VENCEDORES**

Governador Valadares (MG) passou por diferentes fases políticas, econômicas e sociais até alcançar a denominação de cidade polo do leste de Minas, como centro de referência educacional, saúde e órgãos públicos federais para diversas cidades do entorno territorial. Antes de receber esse nome, sendo uma homenagem a Benedito Valadares, governador de Minas Gerais por 12 anos (1933-1945), é possível, pelo contexto histórico da cidade, observar questões territoriais que articulam sobre a própria nomeação da cidade. A história da cidade parece começar por diversos vieses, pela vivência dos indígenas botocudos, pelo interesse da Coroa portuguesa na região, o agrupamento de produtores agrícolas, a chegada da estrada de ferro Vitória a Minas, a presença de imigrantes, dentre outras abordagens (Espíndola, 1999; Genovez, 2019; Siqueira, 2017).

Denominada inicialmente de Figueira, a cidade era distrito de Peçanha, cidade com cerca de 107 km, foi desmembrada por Benedito Valladares em 31 de dezembro de 1937 e teve seu nome mudado para Governador Valadares pelo próprio Governador do Estado, pelo Decreto-Lei n.º. 148 de 17 de dezembro 1938. Dessa forma, é possível observar que o nome Figueira (uma árvore), pela cidade ser berço de diversas figueiras silvestres e uma forte tradição indígena de se nomear

os espaços por nomes de sua cultura, é substituído pelos interesses do político em homenagear a si mesmo, uma vez que ele mesmo assina o decreto de mudança do nome. Ressalta-se, no entanto, que há registro de que representantes comerciais da época, como Gil Pacheco, votaram para que não houvesse a mudança de nome (Espíndola, 2019; Brasil, 1938; Barduco, 2024).

De outra maneira, a história da cidade é marcada por uma narrativa do pioneirismo - um grupo de pessoas, em sua maioria homens, fazendeiros, coronéis, religiosos, militares e empresários, que em algum momento recebem o título de pioneiros na história oficial da cidade. Nas narrativas dos documentos, sendo jornais impressos, cartas e atas disponíveis no museu da cidade, contam “grandes feitos” como a inauguração ou compra de grandes empresas, além de acontecimentos que envolveram diretamente o aquecimento da economia da cidade.

A cidade se desenvolveu rapidamente a partir de uma colonização extrativista, como a mica, madeira e exploração florestal. Outrossim, é socialmente marcada e construída pelo patriarcado agrário e pela forte valorização das atividades militares. No período da colonização da região, quando ainda era conhecida como Sertão do Rio Doce, em 1810 é instaurado o quartel “Dom Manoel” com o objetivo de valorizar a colonização da região. Assim, começa-se o extermínio das populações indígenas botocudos que hoje são conhecidos como Krenak, sendo considerados inimigos (Espíndola, 2009; Oliveira, 2023, Santana, 2025). Nesse perfil, é possível observar que a estratégia de colonização da região representa o estabelecimento do patriarcalismo em diferentes esferas da vida social.

De outra forma, a cidade é marcada pela exploração extrativista e agricultura de subsistência, passando para substituição de grandes fazendas e propriedades rurais. Assim, esse processo foi liderado por famílias oligárquicas que transformaram a posse da terra em símbolo de poder político e social, e logo, a política local passou a ser exercida por latifundiários consolidando a hegemonia na região. A terra não é vista somente como meio de produção, mas também de legitimação

de poder e *status* social estabelecendo relações de subalternidade dos trabalhadores, indígenas e moradores (Espíndola, 2009; Genovez, 2019; Oliveira, 2023).

Os proprietários rurais passam a dominar também as instituições e órgãos públicos da cidade, como a câmara municipal, cartórios, postos executivos que agiram como intermediadores entre o Estado e a população. Além disso, o conservadorismo da cidade é pautado na moralidade tradicional, como valores da família, tradição, hierarquia e autoridade masculina. Como figuras principais tem-se coronéis como representação máxima do poder: proprietário de terras, chefe político local e chefe da família. Logo, as relações sociais eram hierarquizadas com forte controle da moralidade pública, da sexualidade e do comportamento feminino. Portanto, essa estrutura patriarcal reforça a estabilidade do conservadorismo, pois associa a modernização econômica à manutenção da ordem moral tradicional (Imagem 01) (Oliveira, 2023).

**Imagem 01 - Elite da Figueira, década de 1930.**



Fonte: Acervo digital, “fotos antigas de GV”(2014)

Como defendido por Walter Benjamin (2020), o passado não é um documento arquivado, isolado do presente, e o tempo cronológico e o discurso histórico triunfalista impede de enxergar o passado como um espelho multifacetado do presente. Como exemplo do contexto valadarense e valorização do conservadorismo, patriarcal, atividades

militares, e o poder institucional age como definidor do que é lembrado ou esquecido (Foucault, 2003).

Em 20 de dezembro de 2024, a Prefeitura de Governador Valadares inaugurou no Teatro da cidade o “Memorial dos Pioneiros”, uma fachada com cerca de 20 pessoas, a saber: Dona Zulmira, Irmã Efigênia, Milton Amado, Otávio de Souza, padre Eulálio Lafuente, Satulano de Moraes, Soares da Cunha, Silva Monteiro de Castro e Sotero Inácio Ramos, Arnóbio Pitanga, Artur Foratini, coronel Altino Machado d’Oliveira, coronel Pedro Ferreira dos Santos, Dilermando Rodrigues de Melo, Euzébio Cabral, Gil Pacheco de Magalhães, Hermírio Gomes da Silva, Ivo de Tassis, José Serra Lima, Mário Rocha e Silva.

O evento contou com a presença de familiares dos pioneiros, como netos e bisnetos (Imagem 02). A escolha desses pioneiros para serem homenageados, de acordo com o Secretaria Municipal de Comunicação (Governador Valadares, 2024), foi feita por personalidades locais como Maria Cinira dos Santos Netto, presidente da Academia de Letras, a professora Marília Deslandes e o jornalista Tim Filho.

**Imagem 02 - Prefeito em exercício no centro da imagem com familiares de pioneiros**



Fonte: Jornal da Cidade (2024)

No entanto, é possível observar que nessa construção simbólica de homenagem ficam de fora as pessoas que sejam de origem

pobre, representantes dos indígenas Krenak, de trabalhadores rurais, e de representantes da comunidade LGBTQIAPN+. Dentre as representações do memorial, a maioria homens, estão duas mulheres, uma religiosa e outra que se destacou por ajudar os mais pobres da cidade, principalmente no momento em que a cidade passava por endemias: a Dona Zulmira. Além disso, ela se destaca por ser a única pessoa negra popularmente conhecida do memorial. Portanto, essa forma simbólica representa a força política da cidade implicada pelo tradicionalismo, pelo apagamento de memórias dissidentes, principalmente da comunidade LGBTQIAPN+.

## **2 METODOLOGIA**

Este estudo decorre de uma pesquisa bibliográfica e documental (2008). A primeira se refere a materiais teóricos e analíticos, sistematizados como livros, artigos, teses e dissertações. A pesquisa documental foi realizada por meio da avaliação de documentos impressos, como jornal “O Combate” e revistas não tituladas, dos anos 1980 e 1990, presentes no Museu da Cidade, os quais levam em consideração o contexto histórico e a narrativa de pessoas consideradas pioneiras. Além desses documentos, foram observados cartas e documentos de instituições oficiais como a Prefeitura e jornais eletrônicos, como o “Jornal da Cidade” e o “Diário do Rio Doce”, a fim de contextualizar e observar a construção histórica da cidade, além de avaliar o registro, ou sua falta, em especial refere às dinâmicas de sociabilidade de LGBTQIAPN+ na narrativa dos pioneiros da cidade de Governador Valadares.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os grupos sociais minorizados socialmente, como a comunidade LGBTQIAPN+, tiveram grande parte da sua história e memória apagada por grupos dominantes, como maneira de deslegitimar

essas narrativas, isso devido à noção de abjeção (Hall, 2003; Miskolci, 2012). Em Governador Valadares, pelo contexto conservador da sua formação territorial profundamente marcada por estruturas de poder excludentes e enraizadas pela lógica de dominação fundiária e patriarcal, os registros sobre a comunidade em narrativas pioneiras oficiais são inexistentes, ou até então não narradas e/ou identificadas em pesquisas.

Como forma de sociabilidades LGBTQIAPN+ na cidade existe uma carência de estudos que evidencie a participação da comunidade na construção da história oficial da cidade, levando em consideração os documentos observados no Museu do município, especificamente nos arquivos sobre os considerados pioneiros. Os relatos, em sua maioria, destacam a reunião de empresários para emancipação da cidade, e dentre eles se destacam pela sua profissão, como integrantes da elite econômica em seguida de “grandes” feitos financeiros para a cidade.

Trazendo para contextos mais atuais, de modo a enxergar o passado como uma referência do que acontece hoje, é possível observar um enfraquecimento dos movimentos levando em consideração variados fatores. Na pandemia de Covid-19, Novaes (2022) realiza um estudo sobre gays envelhecidos na cidade. As dinâmicas de sociabilidades das “mariconas” na cidade possuem momentos diferentes dos quais merecem maior atenção. Na relação social enfrentam o preconceito e a homofobia de diversas formas, como maneira de resistências pessoais como posicionamento que buscam romper com as normas socialmente construídas.

A violência é marca presente nas sociabilidades e pela forma que estão inseridos em diferentes contextos sociais, seja na família, no espaço escolar, incluindo a violência sexual. No entanto, cabe evidenciar que o conservadorismo local provoca o medo de perseguição ou de causar escândalos, o que passa a restringir as vivências sociosexuais na cidade, levando em consideração a preocupação da visibilidade pública da orientação sexual, especialmente para o mercado de trabalho (Novaes, 2022).

A cidade possui alguns espaços que costumam acontecer eventos voltados para a comunidade LGBTQIAPN+, onde acontecem expressões culturais e artísticas como a *ballroom*<sup>21</sup> e o Festival da Diversidade. Além disso, em 2007 na cidade, aconteceu o Miss Gay com performances de personalidades dissidentes conhecidas na cidade. No entanto, é possível observar o enfraquecimento de políticas públicas voltadas para essa população da cidade (Novaes, 2022). Essa falta reflete em uma série de consequências como a falta de visibilidade e consciência da população geral sobre as maneiras de ser e estar dissidente de gênero e sexualidade no território valadarense. Isso remete a falta de preparo social para a visibilidade LGBTQIAPN+ na cidade a começar pela história e memória dita oficial da cidade.

No entendimento de Novaes (2022) há uma carência de estudos e dados que apresentam os casos de violência à população dissidente *queer*, pois a região também é conhecida por ser violenta com altos índices de assassinatos e crimes de jovens, em sua maioria negra. Diante disso, na perspectiva histórica da cidade é possível questionar como são retratadas não só as narrativas LGBTQIANP+, mas também como são tratados os casos de homofobia e crimes de ódio que permeiam a sociabilidade dessa parcela da população na cidade do interior de Minas. Ademais, observa-se que o entrelaçamento entre a religiosidade, conservadorismo, apagamento da militância gay na cidade de Governador Valadares reverbera a apreensão da violência simbólica e física sofrida por essas pessoas. Dentre as quais, os padrões da virilidade e da masculinidade hegemônica imposta reflete no comportamento conservador por integrantes da comunidade.

Esse despreparo e invisibilidade retoma sobre o que é apresentado como referencial teórico neste estudo: a violência simbólica, aquela exercida não pela força física, mas pelo campo psicológico, cultural,

---

21 Trata-se de uma cultura e movimento social que se iniciou no subúrbio dos Estados Unidos, como uma forma de acolhimento e expressão artística de pessoas transexuais, *drag queens*, travestis e homossexuais, especificamente negras. Nos bailes (*ball*) acontecem competições onde as pessoas se apresentam em diferentes categorias, como danças (*vogue*), desfile (*runway*) e categorias de beleza, como maneira de reconhecimento e pertencimento (Souza, 2023).

pelo uso da linguagem e instrumentos de conhecimento, a dominação masculina as significações são impostas como legítimas, de modo a dissimular as forças que a sustentam (Bourdieu, 2019). Além disso, essa concepção funciona como um atravessamento dos sujeitos como um modo de manutenção do poder nas relações. Logo, o conservadorismo instalado, bem como o despreparo social invisibiliza as formas de manifestação LGBTQIAPN+ em Governador Valadares. Ou seja, o que implica a não inserção nos documentos oficiais as vivências e contribuições discentes para a cidade como um imperativo simbólico violento e atribui ao presente o mesmo que aconteceu no passado: a invisibilização.

Para além de uma relação de gênero, Bourdieu (2019) propõe uma visão que denuncia a dicotomia e as oposições como uma maneira de pensar, como a relação baixo/alto, claro/escuro. Dessa maneira, categoriza e classifica as relações de poder principalmente pautadas no binarismo masculino/feminino. Essa dominação do campo simbólico obriga a grupos minoritários a “aceitação” inconsciente de submissão deliberada e irrefletida. Como mecanismo de dominação e poder, o conhecimento histórico que não leva em consideração as sociabilidades dissidentes inviabilizam essas narrativas como contribuintes da construção de uma sociedade. Portanto, é possível observar que a falta de pesquisas, de registros históricos, que retratam da memória e da materialidade das dinâmicas de sociabilidade LGBTQIAPN+ em Governador Valadares reflete o esquecimento: falta de avanços e pertencimento ligados ao território vivido, percebido e as territorialidades (Haesbaert, 2020).

Ademais, a memória coletiva é importante para a construção da cidadania, da identidade social, permitindo que os indivíduos se reconheçam pelos símbolos, narrativas e experiências compartilhadas. Também, a identidade cultural é construída a partir da memória coletiva, que diferencia e une comunidades. A falta ou a destruição da memória cria uma sociedade e grupos sem conexão com o passado, provocando a alienação e enfraquecimento da cidadania. Com isso, o Estado cumpre o papel de manter a memória, de modo a garantir

documentos e monumentos que registrem os marcos e acontecimentos (Rodrigues; Machado, 2010). As memórias “subterrâneas” são apagadas em detrimento das narrativas “vencedoras” como ferramenta de controle social, apagando as contrárias dos grupos dominantes (Rodrigues; Machado, 2010).

Dessa maneira, o passado anda alinhado e implicado no presente, sobretudo, as dinâmicas de sociabilidades LGBTQIAPN+ presentes atualmente em Governador Valadares são como espelho que reflete um tempo pouco pensado, lembrado e registrado. A violência simbólica é aquela que busca apagar ou não registrar nos documentos oficiais parte ou a história de uma coletividade, provocando a invisibilidade e falta de diversos acessos, incluindo de cidadania. Além disso:

Uma cidade sem memória é uma cidade sem história, largada às moscas, onde qualquer um vem e suga o que tiver de melhor e vai embora, onde os cidadãos vivem individualmente, sem se preocupar com o social, uma cidade estagnada econômica e socialmente, violenta e pobre (Rodrigues; Machado, p. 26, 2010).

Logo, uma cidade sem memória LGBTQIAPN+ é uma cidade entregue à memória e história única, com uma cultura e narrativa hegemônica, a heterocisgeneronormativa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo buscou analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a ausência das dinâmicas de sociabilidade LGBTQIAPN+ na história oficial de Governador Valadares, destacando como a construção histórica da cidade esteve fortemente vinculada a uma lógica conservadora, patriarcal e de dominação latifundiária. Ao longo da pesquisa, observou-se que os registros formais e simbólicos da cidade exaltam sistematicamente figuras de empresários, militares, líderes religiosos e fazendeiros, reforçando uma narrativa excludente

e triunfalista sobre os chamados “pioneiros”, o que contribui para a perpetuação do apagamento social de grupos marginalizados, especialmente da população LGBTQIAPN+.

Os resultados evidenciam que a estrutura social valadarense, desde sua formação, foi marcada por uma forte centralização de poder nas mãos de latifundiários e grupos oligárquicos, que dominaram não apenas a economia, mas também as instituições públicas e os registros oficiais. A cidade foi erguida sobre uma base patriarcal e agrária, que associava modernização ao controle moral e à manutenção das hierarquias sociais. Essa base conservadora foi consolidada ainda mais pela valorização das instituições militares e pela construção simbólica de uma história oficial que seleciona quem deve ser lembrado e quem deve ser silenciado.

No que se refere especificamente à população LGBTQIAPN+, o estudo constatou a inexistência de registros históricos relevantes que apontem suas contribuições, vivências ou dinâmicas de sociabilidades na história formal da cidade. Essa ausência não se configura como mero acaso, mas como resultado de uma violência simbólica sistemática, em que o poder dominante impôs narrativas que excluem corpos dissidentes e naturalizam um modelo social binário, heteronormativo e hierarquizado.

Além disso, mesmo nos contextos contemporâneos, percebe-se o enfraquecimento dos espaços de resistência LGBTQIAPN+ na cidade, tanto em termos de políticas públicas quanto de visibilidade social. O medo da violência, o despreparo institucional e a forte presença de valores religiosos e conservadores ainda limitam o exercício pleno da cidadania dessa população. As poucas manifestações culturais e eventos voltados para a diversidade demonstram que, embora existam dinâmicas sociabilidades LGBTQIAPN+ na cidade, estas permanecem restritas, pouco institucionalizadas e invisibilizadas no cenário oficial.

Dessa forma, a pesquisa conclui que o esquecimento histórico da população LGBTQIAPN+ em Governador Valadares não é um fenômeno isolado, mas parte de um projeto simbólico e político mais amplo, que se ancora na negação das memórias dissidentes

e na reprodução de um modelo social excludente. Resgatar essas histórias, promover novas narrativas e visibilizar as contribuições dessa população são passos essenciais para a construção de uma memória coletiva mais plural, justa e cidadã. Afinal, uma cidade sem memória é uma cidade sem história, e sem a inclusão das memórias LGBTQIAPN+, Governador Valadares permanece presa a uma versão única e limitante de si mesma.

**Nota:** Esse artigo decorre do projeto de pesquisa “Princesas do Vale: memórias de territórios e sociabilidades LGBTQIAPN+ em Governador Valadares”, financiado pela FPF/UNIVALE e CAPES.

## REFERÊNCIAS

BARDUCO, Julia. **Uberaba, Araguari, Paracatu, Itapagipe: no Dia dos Povos Indígenas, descubra a origem dos nomes de cidades da região.** 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2024/04/19/uberaba-araguari-paracatu-itapagipe-no-dia-dos-povos-indigenas-descubra-a-origem-dos-nomes-de-cidades-da-regiao.ghtml>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História:** edição crítica. São Paulo: Alameda Editorial, 2020. 208 p.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade** - Tratado de Sociologia do Conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 27 ed., 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL (Estado). Decreto-Lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938. **Fixa A Divisão Territorial do Estado, Que Vigorará, Sem Alteração, de 1º de Janeiro de 1939 A 31 de Dezembro de 1943, e Dá Outras Providências..** Belo Horizonte, MG, Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEL/148/1938/?cons=1>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Valadares 84 anos: um breve registro sobre a nossa história. **Jornal da Cidade.** Ano 2. n. 113. Governador Valadares, 2022. p. 16-17.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Associação comercial de Governador Valadares:** 60 anos de história. Governador Valadares: Univale, 1999. 198 p.

FIGUEIRA: **Governador Valadares antes da emancipação.** Governador Valadares, 30 jan. 2019. Disponível em: <https://drd.com.br/figueira-governador-valadares-antes-da-emancipacao/#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,o%20nome%20para%20Governador%20Valadares..> Acesso em: 13 jun. 2025.

FOUCAULT, M. (2003) A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222.

GENOVEZ, Patricia Falco. **MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE GOVERNADOR VALADARES (1910-2019):** sua formação territorial e o parque municipal figueira do rio doce. Governador Valadares: Univale Editora, 2019. 121 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOVERNADOR VALADARES. Redação. Secretaria da Comunicação Social. **Memorial dos Pioneiros é inaugurado no Atiaia com a presença de familiares.** 2024. Disponível em: <https://jornaldacidadegv.com.br/cidade/memorial-dos-pioneiros-e-inaugurado-no-atiaia-com-a-presenca-de-familiares/#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Memorial%20dos,Pioneiros%20naquele%20local%20em%202018..> Acesso em: 14 jun. 2025.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** PUC-Rio: Apicuri, v. 10, p. 24, 2016.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de 43 marcadores sociais da diferença. **Mediações.** Londrina, v.20, nº 2, jul./dez. 2015, p. 97-128.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento** – A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 78 p

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **‘Prazer, maricona’**: multiterritorialidades de homens gays envelhecidos em Governador Valadares. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2022.

OLIVEIRA, Renata Greco. **Conflitos sobre as questões de gênero no currículo escolar: o caso da cidade de Governador Valadares (MG)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2023.

RODRIGUES, Giseli Giovanella; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA UMA CIDADE. **Univates**, Lajeado, v. 2, n. 2, p. 23-26, fev. 2010. Disponível em: <https://www.univates.br/media/editora/revistas/destaquesacademicos/ano2n2/Artigo3.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SOUSA, Pablo Felipe de Oliveira. **CORPOS DISSIDENTES EM UMA SOCIEDADE INDIVIDUALIZADA**: um estudo da cultura ballroom. 2023. 44 f. TCC (Graduação) - Curso de Produção e Política Social, Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2023. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/8158>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SIQUEIRA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno**. Brasil/Estados Unidos. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.



## **CORPOS EM MOVIMENTO: A COMUNIDADE BALLROOM E O DIREITO À CIDADE EM NATAL**

*José Enzo Soares dos Santos*<sup>22</sup>

*Ana Lucia Barbosa Moraes*<sup>23</sup>

### **Resumo**

Desde o início de seu movimento oficial, durante os anos 1970, a construção coletiva da comunidade *ballroom* passou, e passa, por transformações e ressignificações. Em Natal, essa comunidade fomenta práticas de existência e sociabilidade em uma cidade capitalista que busca extinguir corpos dissidentes das normas de gênero. Nosso objetivo com este trabalho é refletir sobre as formas de resistência e a busca pelo direito à cidade de corpos subalternos com a cena *ballroom*, em Natal. Metodologicamente, utilizamos a revisão bibliográfica de autores importantes e a observação participante nas *balls*, para termos uma compreensão mais profunda das suas dinâmicas. Encontramos, por meio deste trabalho, as possíveis marcas e o processo dialógico dos corpos subalternos e a reivindicação de suas existências. Foi possível entender o impacto e a perplexidade que essa cena fomenta nos espaços onde, além da comunidade *ballroom*, transitam crianças, jovens, adultos e idosos, interagindo com aqueles corpos em movimento.

**Palavras-chave:** Cultura *ballroom*; Território Cuir; Práticas Performáticas; Direito à Cidade.

**Abstract:** Since the beginning of its official movement during the 1970s, the collective construction of the ballroom community has undergone transformations and resignifications. In Natal, this community fosters practices of existence and sociability in a capitalist

---

22 Graduando do Curso de Jornalismo da UFRN - - enzo.soares.706@ufrn.edu.br Natal/RN.

23 Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da UFRN - ana.lucia.moraes@ufrn.br - Natal/RN

city that seeks to extinguish bodies that dissent from gender norms. Our objective with this work is to reflect on the forms of resistance and the search for the right to the city of subaltern bodies with the ballroom scene in Natal. Methodologically, we used the bibliographic review of important authors and the participant observation in the ballrooms to have a deeper understanding of their dynamics. Through this work, we found the possible marks and the dialogical process of the subaltern bodies and the claim of their existence. It was possible to understand the impact and perplexity that this scene fosters in the spaces where, in addition to the ballroom community, children, young people, adults and the elderly pass by, interacting with those bodies in movement.

**Keywords:** Ballroom Culture; Queer Territory; Performative Practices; Right to the City.

## INTRODUÇÃO

“*Ballroom*” é o nome atribuído a uma cena cultural, que se formou na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, por volta dos anos 1970. Criada pela comunidade LGBTQIA+ marginalizada do bairro *Harlem* - majoritariamente constituída por pessoas negras e latino-americanas - essa cultura nasceu das necessidades de reunião, empoderamento, satisfação e apreciação dessa população, que enfrentou diferentes formas de discriminação na grande metrópole ao longo dos anos. Silva (2024) define esse movimento cultural como a construção de uma comunidade que visa celebrar, fortalecer e produzir artisticamente entre sua multiplicidade de sexo, gênero, raça e classe.

A história da *ballroom* é a de uma construção coletiva, que se forma a partir de diferentes pontos e contribuições da resistência LGBTQIA+ ao longo da história. De acordo com Santos (2018, p. 16), “essa cultura se emaranha a outras práticas de socialização e performance de grupos LGBTQIA+ e se interpela em alguns pontos com passagens da história das comunidades negras e de imigrantes dos

subúrbios da cidade de Nova York”. Diante dessa afirmação, podemos compreender que, desde seus primórdios, a construção coletiva dessa cultura sempre foi traçada como criação de espaços de resistência da comunidade LGBTQIA+ em meio à sociedade heterocisnormativa e racista que buscava, a todo custo, o apagamento e a extinção de seus corpos.

Se, como observam Hardt e Negri (2005), a multidão tem o poder de surgir a partir dos agenciamentos de diferentes singularidades no comum, então, a *ballroom* pode figurar a partir desse espaço. Novas relações são construídas por meio da união dessas singularidades pulsantes, que percorrem e movem a cidade através das *balls*, apesar das violências impostas a suas existências. Viver se torna um ato político quando todo um sistema de precariedade envolve sua existência.

A multidão, segundo Hardt e Negri, é capaz de produzir narrativas alternativas para os movimentos sociais, culturais e políticos (Hardt e Negri, 2005). Para tanto, é necessário o reconhecimento do Comum. Como nos lembra Negri: “Nosso problema, como para Espinosa, não é juntar indivíduos isolados, mas construir de maneira cooperativa formas e instrumentos comunitários e conduzir ao reconhecimento (ontológico) do comum” (Negri, 2003, p. 45-46). A *ballroom*, a partir da construção dessa comunidade, consegue articular diferentes existências na percepção desse comum, da própria vida.

Em oposição ao saber individualista e individualizante da ciência psicológica que surge no século XIX, focando na massa de corpos indiscerníveis das crescentes cidades europeias, um indivíduo singular (Foucault, 1987), dotado de uma subjetividade substancial, vemos agora a proposta de um sujeito prático. Não se trata mais do mundo das representações e das essências, mas do mundo dos acontecimentos no qual vivemos e nos movemos. Considerar a subjetividade, a partir de sua materialidade, significa poder considerá-la como parcial, imanente, coletiva e polifônica (como diria Bakhtin).

Excluída a concepção de uma subjetividade substancial, na qual elementos exteriores seriam interiorizados, o que temos são elementos que intervêm no próprio processo de subjetivação, tais

como certo modo de usar a linguagem, de constituir sentidos de forma coletiva, de se relacionar com os outros e com o mundo. Problematizar os processos de subjetivação nas manifestações culturais e artísticas atuais, em busca da afirmação de práticas criativas e enriquecedoras das relações entre pessoas é lutar por novas possibilidades de existir, por novos modos de viver e de se relacionar.

Faz-se necessário compreender esse movimento cultural da *ballroom* como produtor de subjetividades, como uma forma de aparição dessa multidão defendida por Hardt e Negri que, apesar da possível banalidade à primeira vista, inscreve os corpos que dissidem das normas de gênero, sexo e sexualidade no campo político do aparecimento e reivindica, à sua maneira, o direito de ocupar e existir na cidade contemporânea. Observa-se, nesse movimento, a capacidade de integração entre os corpos e na cidade. Para tanto, elucidamos dois questionamentos centrais para este trabalho: Quais direitos podem ser reivindicados quando esses corpos estão em aliança? Quais transformações esse movimento pode promover na cidade?

## 1 METODOLOGIA

Este trabalho se configura como uma pesquisa qualitativa e, para sua realização, foi necessário fazer um levantamento bibliográfico de autores importantes para as discussões sobre a *ballroom*, gênero, performance e sobre o direito à cidade. Autores como Michael Hardt e Antonio Negri (2003, 2005), Michel Foucault (1987) e Judith Butler (2019) foram essenciais para entendermos que novas proposições as reuniões dos corpos seriam capazes de realizar na cidade na atualidade. Dialogamos também com Henri Lefebvre (1968), Tovi Fenster (2005), Sanz e Gil (2020) e Igor Neves (2024) para pensarmos as questões do direito à cidade e como ele pode ser produzido. Ainda recorreremos a discussões recentes sobre a *ballroom* promovidas por Juanielson Silva (2024), Gil Araújo e Leandro Juvino (2024), Estevam e Geraldês (2021),

Henrique Santos (2018) e Bailey (2013) para compreendermos de forma específica o que é a cultura *ballroom*.

Para uma melhor compreensão das discussões teóricas, foi necessário utilizar a observação participante nas *balls* realizadas na cidade do Natal, especificamente entre o período de março de 2024 e janeiro de 2025. Esse método é empregado na pesquisa pela necessidade de compreender, além do que é a própria *ballroom*, as questões inerentes ao espaço urbano que buscamos evidenciar aqui. Como Batista (2009) define:

A Observação Participante é realizada em contacto directo, frequente e prolongado do investigador, com os actores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjectivas para que possa haver a compreensão de factos e de interacções entre sujeitos em observação, no seu contexto (Batista, 2009, p.31).

Dessa forma, a utilização da observação participante permitiu não apenas o acesso direto aos eventos e práticas que constituem a cena *ballroom* em Natal, mas também uma imersão nos modos de vida, nas dinâmicas afetivas e nos códigos culturais que sustentam esse espaço. Ao assumir o papel de pesquisador-participante, foi possível perceber nuances que extrapolam os discursos formais e acessar uma dimensão experiencial crucial para a análise da *ballroom* como fenômeno urbano e político. Assim, esse método se revela fundamental para articular teoria e prática, contribuindo para uma leitura mais sensível e situada dos sujeitos e territórios envolvidos.

## **2 SOBRE A BALLROOM**

De acordo com Bailey (2013), três elementos essenciais estruturam aquilo que se chama a cultura das *ballrooms*: o sistema de

gênero, a estrutura de parentesco (as *Houses/Casas*) e os eventos de competição (*Balls*) onde uma série de performances ritualizadas são realizadas.

O sistema de gênero é essencial para compreender as *ballrooms* por serem marcadores dentro da própria *ball*. Ao longo dos anos, foram sendo inseridas e desenvolvidas diferentes categorias com marcas de gênero e sexualidade para que pudesse existir a visibilidade desses diferentes corpos dentro da própria comunidade, buscando sempre romper com as questões binárias de gênero da sociedade, como afirma Bailey (2013).

Henrique C. Santos (2018) complementa que, na Comunidade *ballroom*, a performatividade permite criar subjetividades de gênero mais complexas do que aquelas do sistema cisheteronormativo predominante na sociedade. Assim, a produção dessas novas performances e corpos ultrapassa as limitações binárias de gênero.

A estrutura de parentesco, ou as *Houses/Casas*, são uma espécie de coletivo que reconfigura a noção de família biológica para pessoas dessa comunidade que, muitas vezes, foram expulsas, ou tiveram que fugir, de suas casas por causa da LGBTfobia que perpassa suas vidas desde muito cedo. Ao contrário do que usualmente é projetado de forma normatizadora a partir de uma lógica heteronormativa, essas *Houses* são frutos de ligações sociais que transcendem a concepção de uma família formada a partir de um laço matrimonial entre dois indivíduos, ou mais especificamente, um homem e uma mulher.

As *Houses* seguem uma estrutura hierárquica que marca níveis de autoridade e responsabilidades. No topo da estrutura das Casas estão as figuras das *mothers/mães* e *fathers/pais* que atuam como pilares centrais. No Brasil também encontramos os termos “pãe” e “mai” utilizados por pessoas não-binárias que ocupam este lugar na hierarquia das casas. As pessoas que constituem as *Houses* costumam usar o nome de suas casas como seu sobrenome a fim de marcar seu pertencimento para a comunidade.

Ainda destacamos que existem outras maneiras de organização coletiva na Comunidade *ballroom*, mas que as *houses* permanecem

como pilares fundamentais para a estruturação dentro da comunidade. Outro fator relevante é a presença dos chamados “007s”, que são indivíduos que participam ativamente da comunidade e das *ballrooms* sem estarem vinculados a nenhuma *house*.

Já as *balls* são os eventos em que a Comunidade *ballroom* promove a reunião das *houses*, dos 007s e de admiradores da Cultura por ela criada. Esses encontros se tornam momentos de troca, convivência, aprendizado, escuta, celebração e de práticas competitivas fortalecendo e sustentando a coletividade como um todo (Silva, 2024). Alguns desses eventos são: *Ball Mainstream*, *Kiki Ball*, *Mini/Micro Balls*, *Vogue Jam*, *Roda de Commentators*, *Cine Ballroom* e *Treinos Abertos* (*ibid*).

A partir dessas três estruturas é formada a cultura *ballroom*. Compreendemos que a *ballroom* fomenta a reunião de corpos dissidentes da norma social de gênero, sexo, sexualidade e raça em um organismo vivo que, por meio de suas performances, movimentam e fazem-se ressoar pela cidade contemporânea, a fim de deixar registrado na memória da história recente suas existências individuais e coletivas. As particularidades de cada corpo e performance são exaltadas dentro da *ballroom* em uma celebração constante de suas vidas.

### **3 TRANSNACIONALIZAÇÃO DA BALLROOM**

Henrique Santos (2018, p. 62) afirma que “o conceito de transnacionalização se mantém extremamente promissor a fim de compreender e também nomear a dinâmica pela qual a cultura das *Ballrooms* se dá em território brasileiro”. Para tanto, retomamos sua obra a fim de pensar os moldes desse conceito. A transnacionalização refere-se às práticas ritualizadas de determinada cultura fora de seu território de origem e suas mudanças e transformações a partir do intercâmbio de culturas, como bem explica Henrique Santos:

[...] por mais que exista um resgate contínuo à memória da tradição dessa cultura, a partir do momento que a ONU, a Unesco, algum imigrante brasileiro ou um

grupo independente francês ou alemão inicia as práticas ritualizadas da capoeira nesses territórios, conseqüentemente, há uma transnacionalização dessa cultura, não apenas no sentido de que ela vai extrapolar os limites territoriais de onde surgiu, mas também, e principalmente, em relação às mudanças, transformações e embates de relações de poder com a comunidade originária dessa cultura, modificando, assim, não apenas a capoeira e suas práticas desenvolvidas nesses locais, mas também com um potencial transformador direcionado ao seu local de partida (Santos, 2018, p. 61).

A popularização da *Vogue Dance*, elemento central da cultura *ballroom*, no fim dos anos 80 e início dos anos 90 por meio da cultura POP, marca o início da circulação dessa cultura por diferentes países e continentes. A veiculação dessa cena nos produtos midiáticos, como o videoclipe da canção “Vogue”, da Madonna, e o documentário “Paris is Burning” da diretora Jennie Livingston, são exemplos centrais da introdução dessa cultura na vida de diversas pessoas, ou seja, a inserção dessa cultura no *mainstream* corrobora com o processo de transnacionalização da *ballroom*. Santos (2018) destaca que, por mais que exista uma certa difusão de práticas da *ballroom* no *mainstream*, a *própria* comunidade ainda enfrenta intensa estigmatização e invisibilidade.

A incorporação da *ballroom* ao movimento LGBTQIA+ brasileiro é extensa e se emaranha em diversos momentos, mas nos registros existentes, a região sudeste é o berço dela no Brasil. Em 2012, as amigas Paula Zaidan, Tetê Mota e Quel Parreira ficaram conhecidas como o *Trio Lipstick*, ao participarem de uma competição de *Stiletto*, estilo de dança categorizado pelo uso de salto alto, e acabaram conhecendo Archie Burnett, ícone da *ballroom* em Nova Iorque. Nos dois anos que se seguiram, o trio viveu no apartamento de Archie, em Nova Iorque, aprendendo tudo sobre o *voguing* e a cultura *ballroom* (Santos, 2018 *apud* Oliveira, 2023). Já em 2013, em Belo Horizonte,

aconteceu a Festa Dengue, que trouxe as competições de performance e dança, divididas em categorias, e que ficou conhecida como “Duelo de Vogue”. Em 2015, o *Trio Lipstick* promoveu o *BH Vogue Fever*, a primeira *ball* institucionalizada, conforme as regras do movimento cultural, de que se tem registro em Belo Horizonte e no Brasil (Santos, 2018 *apud* Oliveira, 2023).

Nesse cenário de transnacionalização, a *ballroom* começou a ganhar elementos da cultura afrobrasileira, como a incorporação da capoeira por meio do coletivo Capoeira Para Todes, que tem como uma das diretoras a *Princess Puma Camillê* da *House of Basquiat*, uma das principais promotoras da conexão entre a capoeira e a vogue dance. Novas categorias também são incluídas nas *balls* como joga a raba e batekoo que têm muita relação com o funk brasileiro, além de categorias que podem surgir com os diferentes temas das *balls*.

Atualmente, a cultura *ballroom* está presente em todas as regiões do Brasil, ganhando seus contornos e formatos específicos em cada região. No Rio Grande do Norte, mais especificamente em Natal, capital do Estado, as primeiras movimentações do que viria a ser a cena *ballroom* potiguar surgem por volta de 2018 com os coletivos Kamikaze e Ninho de Guabiru que promoviam oficinas de *vogue dance* na capital (Araújo & Juvino, 2024). Essas movimentações seguem e no mesmo ano, o coletivo Ninho de Guabiru passa a promover as chamadas Batalhas de Vogue em eventos que aconteciam tanto na UFRN como no resto da cidade.

As batalhas de vogue, inspiradas nas batalhas de rap, ocorriam nas noites de sexta-feira, e os eventos eram divulgados via Facebook. A simplicidade marcava os encontros: sem categorias formais ou estruturas técnicas, o público atuava como único jurado, e os competidores se enfrentavam na pista de forma semelhante às batalhas de rap que serviam de referência para o coletivo (Araújo e Juvino, 2024).

Com a pandemia do Covid-19, essas articulações foram perdendo espaço e as novas atualizações sobre a cena potiguar começam a surgir em 2023, com o capítulo norterio-grandense da Casixtranha que contou com a multiartista Aisha Lemos que conheceu a *Overall Founder Mother Shock Ixtranha*, de São Paulo, em aulas *online* de *vogue*. A partir dessa conexão entre o Sudeste e o Nordeste, “a Casixtranha passou a organizar treinos abertos ao público, que tinham como objetivo criar um espaço seguro para desenvolver talentos e impulsionar a formação da comunidade local.” (Araújo e Juvino, 2024).

Ainda em 2023, aconteceu a Xanana MiniBall que foi a primeira *ball* realizada em Natal, sendo assim um dos marcos da cena potiguar que até então vivia apenas de treinos abertos. Desde seus movimentos iniciais até hoje, a cena natalense tem buscado a circulação desses corpos dissidentes na cidade. A Xanana MiniBall aconteceu no antigo espaço cultural Yaras Porto e desde então as *balls* transitam em diferentes localidades de Natal.

A reivindicação da igualdade, perante a existência na cidade, “não é apenas falada ou escrita, mas é feita precisamente quando os corpos aparecem juntos, ou melhor, quando por meio da sua ação eles fazem o espaço de aparecimento surgir” (Butler, 2019, p. 98). Neves (2024) destaca que:

A partir disso, podemos entender que os corpos constituem no interior das práticas de apropriação do espaço público um modo de sociabilidade baseado nas relações horizontais entre os sujeitos apropriadores que se formam de forma fácil e metódica, como alianças lutando para incorporar a igualdade (Neves, 2024, p. 90).

A partir dessa questão, podemos compreender o que Estevam e Geraldine (2021) vão desenvolver como uma comunicação política-corporificada. Essa forma de comunicação não se limita à linguagem verbal ou institucional, mas emerge dos corpos em movimento e das

práticas partilhadas no espaço público, reforçando a potência política dos encontros e da ação conjunta, em que “Tal caráter político não se fixa em um sujeito individual e particular, mas em um conjunto de alianças resistentes” (Estevam e Geraldles, 2021, p. 3). Logo, a *ballroom* cria fabulações possíveis para a existência desses corpos na cidade.

#### 4 O DIREITO À CIDADE

Baseando-se no pensamento marxista, Henri Lefebvre cria o conceito de direito à cidade. Tal conceito representa uma abordagem crítica em relação à organização do espaço urbano e as relações sociais dentro da cidade. O direito à cidade implica na capacidade de todos os sujeitos participarem ativamente na criação e transformação do espaço urbano, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Lefebvre, o direito à cidade:

Se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade estão implicados no direito à cidade (Lefebvre, 2008 [1968], p. 134 *apud* Neves, 2024, pag. 91).

O autor argumenta que a cidade não deveria ser vista apenas como um espaço físico ou uma entidade administrativa, mas sim, como um local de produção social, cultural e política (LEFEBVRE, 2008 *apud* NEVES, 2024). O direito à cidade seria uma demanda social que abrange uma série de dimensões, incluindo o acesso aos recursos urbanos, a participação democrática no planejamento das cidades e a promoção da vida social.

A geógrafa Tovi Fenster (2005), faz uma contribuição ao pensamento de Lefebvre a partir de sua crítica elucidando que o filósofo se equivocou ao não inserir o gênero na sua discussão

quanto ao direito à cidade, ignorando, dessa maneira, o problema do patriarcado que, de acordo com a autora, está inserido no mundo, na cidade, no bairro, na rua, na casa e no corpo. Para Fenster (2005) o sentimento de pertencimento é indissociável do direito de uso, logo, o direito de pertencer se torna o primeiro passo para um direito à cidade por inteiro.

Sanz e Gil (2020) vão corroborar com Fenster e, em seu trabalho, criticam a construção de uma homogeneidade do espaço urbano, evidenciando que ele é produzido para atender a apenas uma forma de existência. Elas vão construir suas ideias a partir da interseccionalidade de existências dissidentes. A abordagem das autoras tem como princípio os sentimentos, as memórias e as experiências no espaço.

Sanz e Gil (2020) criticam o eurocentrismo e a homogeneidade das experiências humanas (separadas apenas por classes) no conceito de direito à cidade de Lefebvre (2008 [1968]), prática ainda perpetuada por muitas/os teóricas/os urbanistas. Contudo, como já exposto aqui, o espaço urbano, a cidade, não podem ser neutros e nem homogêneos, pois são construídos por pessoas repletas de subjetividades e imparcialidades, assim, planejar espaços para atender a um único padrão de existência (e.g. homem, branco, cis, hétero, etc.), é ilógico e incoerente (Brito; Souza, 2021, p. 349 *apud* Neves, 2024, p. 97).

Para que seja possível romper essa lógica, elas pensam três dimensões do desenvolvimento de pertencimento: (i) a primeira está relacionada às posições ocupadas socialmente, assim, cada sujeito possui uma experiência diferente por causa da Interseccionalidade; (ii) a segunda faz referência às identificações e experiências que acontecem no espaço durante o cotidiano; (iii) a terceira se atrela à capacidade de criar sentimentos de pertencimento através da participação da (re)produção do espaço.

A cidade exclui e oprime não apenas as existências LGBTQIAPN+, mas também a existência das mulheres, dos PCDS etc., principalmente ao regular o que pode e o que deve ser feito nos espaços urbanos. A falta de acessibilidade dificulta a vivência de pessoas com deficiência na cidade. A falta de respeito pelo corpo feminino regula a vida das mulheres e os seus espaços de convívio e existência. A LGBTfobia tem acabado com a vida desses corpos.

Por consequência, a cidade é estabelecida como um cenário de preconceito e violência contra os corpos queer. Ela enfraquece a noção de liberdade de expressão, identidade de gênero e Direito à Cidade, uma vez que tenta estabelecer atividades “corretas” para serem realizadas em seu espaço, especificando lugares “apropriados” (“lugar de respeito” ou “lugar de família”), os quais não estão abertos para a convivência com aqueles vistos como “inapropriados” (Neves, 2024, p. 99).

Como os corpos dissidentes podem gerar esse sentimento de pertencimento em uma cidade que quer extinguir suas existências? Igor Neves (2024) elucida que o direito à cidade precisa ser “anti-capacitista, antirracista, feminista, que represente os povos originários e que tenha pessoas queer construindo diretamente a cidade”. O autor apresenta ainda 6 pontos para esse desenvolvimento sobre onde os corpos dissidentes precisam estar: (i) intervindo na cidade; (ii) apropriando e ocupando os espaços públicos; (iii) transformando diretamente a cidade; (iv) habitando a cidade; (v) incidindo sobre a cidade e (vi) subvertendo os espaços públicos.

## **5 BALLROOM E O DIREITO À CIDADE EM NATAL**

A comunidade *ballroom*, em Natal, promove um movimento muito interessante: a circulação dos corpos dissidentes pela cidade.

Na capital potiguar, as *balls* são promovidas em diferentes e distintos espaços. Elas percorrem as quatro zonas da cidade e, inclusive, regiões metropolitanas. Para além de boates, como o caso do Yaras Porto, Clube Frisson e Ateliê Bar, já houve *balls* em espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e o Coliseu do Departamento de Artes, em terreiro de religiões de matrizes africanas, em praças públicas e ginásios.

Essa promoção da circulação das *balls* em Natal permite que homens trans, mulheres trans e travestis, lésbicas, gays e pessoas não-binárias experimentem usufruir de espaços que não foram pensados para suas existências e ocupações. A performance que a união desses corpos é capaz de produzir nos espaços urbanos é o que Butler (2019) define como “as reivindicações da ação corporal, do gesto, do movimento, da congregação, da persistência e da exposição à possível violência”. Essa reunião dos corpos é capaz de produzir e pensar uma nova articulação para a vontade da existência dessas pessoas na cidade.

Os corpos reunidos em assembleia articulam um novo tempo e um novo espaço para a vontade popular, não uma única vontade idêntica, nem uma vontade unitária, mas uma que se caracteriza como uma aliança de corpos distintos e adjacentes, cuja ação e cuja inação reivindicam um futuro diferente. Juntos eles exercem o poder performativo de reivindicar o público de uma maneira que ainda não foi codificada em lei e que nunca poderá ser completamente codificada em lei (Butler, 2019, p.89).

Essa presença no espaço urbano rompe com a expectativa tradicional sobre como esses corpos deveriam ocupar a cidade. Se antes lhes eram reservadas apenas as margens, física e simbolicamente, agora, eles desafiam essa lógica excludente e ressignificam os espaços a partir de suas vivências e expressões. Ao ocupar diferentes lugares

na cidade, eles não apenas reivindicam visibilidade, mas também subvertem a lógica tradicional e criam para si novos significados para esses locais. Butler (2019) corrobora essa afirmação quando destaca que:

Quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária (Butler, 2019, p. 16).

Essa aparição no espaço público é uma condição política, já que, quando esses corpos são vistos, o espaço já não pode mais ser negado. Quem assiste uma *ball* de fora pode pensar que são apenas pessoas se divertindo em uma competição. Porém, o que está acontecendo na verdade é um ato político. Por mais que não existam pessoas segurando placas ou gritando palavras de ordem, como nas manifestações mais convencionais, existe, na subversão, a naturalização da existência desses corpos dissidentes na cidade, o que é, de fato, um ato político. Resistir, apesar da violência.

Judith Butler (2019) ainda nos recorda que os corpos subalternos em aliança possuem o poder performativo de repensar os sentidos do público e do privado dos espaços da cidade no próprio ato de realizar sua manifestação. Se a negação desse espaço na cidade instaura-se a partir do controle biopolítico, das ordens significantes que o espaço pode carregar, enquanto performativo e reprodutor de normas de gênero, sexo e sexualidade, as *balls* conseguem incidir na cidade e fazer com que essa reprodução seja rompida. A própria estrutura das *balls*, com suas categorias, performances e rituais, cria um léxico político

próprio que escapa às ordens dominantes e institui novas formas de existência no espaço urbano.

Em cada *ball*, o corpo dissidente desenha novas rotas, desafia geografias afetivas, cria memórias e institui territórios de pertencimento potentes — potentes justamente porque ali se naturaliza a legitimidade de sua existência naquele espaço. É nesse gesto coletivo que se cria uma geografia outra da cidade, onde o que estava à margem se reposiciona no centro da cena. A potência dessas ocupações não está apenas na visibilidade dos corpos dissidentes, mas na criação de um espaço simbólico onde outras normas, outras linguagens e outras formas de estar no mundo são possíveis. Trata-se, portanto, de um processo contínuo de reinvenção da cidade e o pertencimento se dá não pela posse do espaço, mas pelo direito de habitá-lo com dignidade, desejo e autonomia.

A cidade, enquanto estrutura material e simbólica, opera por lógicas excludentes que tentam domesticar ou eliminar presenças que não se enquadram em suas narrativas hegemônicas. As *balls* conseguem fugir dessa domesticação ao proporem não apenas uma forma de intervir na cidade, mas na produção de diferentes performances possíveis de existência. Elas ainda são capazes de lembrar que corpos dissidentes não apenas existem, mas também criam, constroem e transformam o espaço comum. Nesse sentido, as *balls* não são apenas um palco de performance, mas uma arena de luta simbólica, onde o que está em jogo é o direito à vida em sua plenitude. É preciso compreender que essa disputa pelo espaço urbano é também uma disputa por dignidade.

Ninguém dança sozinho numa *ball*. Mesmo nas performances individuais, há sempre uma rede de apoio, incentivo e reconhecimento que sustenta a expressão daquele corpo. Isso revela uma ética comunitária profundamente enraizada, que se opõe à lógica neoliberal da individualização e da competição solitária. A *ball*, portanto, funciona como um dispositivo político e afetivo que restabelece vínculos, reafirma identidades e, sobretudo, permite imaginar outras formas de estar juntos no mundo.

É por meio das performances, das disputas simbólicas e das celebrações coletivas, que as *balls* reinventam a cidade, oferecendo alternativas diversas e subversivas que questionam e desestabilizam as narrativas oficiais, dando voz e visibilidade a identidades frequentemente silenciadas e marginalizadas. O direito à cidade surge nessa capacidade de produzir sentidos outros para o espaço urbano, afetações sensíveis e produção da naturalização da existência desses corpos que dissidem das normas de gênero, sexo e sexualidade. Ele nasce a partir de todos os estímulos possíveis de transformação que essas existências são capazes de produzir na cidade, seja em uma *ball* ou fora dela.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *ballroom* está sempre em movimento, não apenas no sentido literal das danças e performances, mas enquanto força política e cultural em constante transformação. Com ela, emergem diferentes desdobramentos e perspectivas que dão forma a uma existência coletiva marcada pela resistência, pela criatividade e pela afirmação de identidades dissidentes. Essa mobilidade não diz respeito apenas à circulação pelos espaços da cidade, mas também à capacidade de reinvenção de si e do mundo, na medida em que a *ballroom* articula redes de afeto, pertencimento e luta. Cada *ball* é um ponto de inflexão onde novas formas de habitar, narrar e disputar a cidade se materializam.

Ao invés de recorrermos ao par contraditório, identidade e diferença, podemos afirmar que a *ballroom* se define mais como uma multiplicidade de formas singulares de vida. “[...] uma rede aberta de singularidades que se mantém unida com base no que compartilham e produzem em comum” (Hardt, M. e Negri, A., 2005, p. 172-175). Essa noção desloca o foco da identidade fixa e essencializada para uma dinâmica viva de encontros, afetos e invenções coletivas. A *ballroom*, nesse sentido, é menos um espaço de categorização e mais um

território de proliferação, onde as formas de vida se entrelaçam, se afetam e se tornam visíveis não pela oposição ao outro, mas pela força do que criam em conjunto.

Nesse processo, a desmistificação e a humanização dos corpos dissidentes tornam-se centrais. Ao se apresentarem de forma pública, estética e politicamente, esses corpos desestabilizam as imagens cristalizadas e estigmatizadas que historicamente lhes foram atribuídas. As *balls* oferecem não apenas um espaço de expressão, mas um território simbólico onde essas existências ganham complexidade, profundidade e reconhecimento. Trata-se de romper com a lógica da marginalização que transforma esses sujeitos em meras exceções, figuras caricatas ou apenas em alvos de violência, para afirmá-los como protagonistas de narrativas coletivas, potentes e legítimas.

É necessário pensar formas de ocupar o espaço urbano e subvertê-lo a partir dessas existências, sobretudo quando elas são historicamente silenciadas e marginalizadas. A cidade não é neutra: ela carrega marcas de exclusão, controle e hierarquias sociais que moldam quem pode aparecer, circular e habitar com legitimidade. Nesse contexto, a *ballroom* emerge como uma prática contra-hegemônica que tenciona essas estruturas, promovendo reapropriações criativas e políticas dos espaços urbanos. A presença desses corpos nesses lugares rompe com a lógica da segregação e impõe novos sentidos à cidade, construindo territórios de afeto, resistência e visibilidade. Subverter o espaço urbano é, portanto, mais do que ocupá-lo fisicamente é reescrevê-lo com novas narrativas, símbolos e práticas que reflitam a diversidade real de seus habitantes.

Criar e garantir o direito à cidade não é uma tarefa fácil, especialmente para aqueles cujas existências foram sistematicamente negadas no espaço urbano. No entanto, esse caminho já vem sendo traçado, sobretudo por práticas como a da *ballroom*, que instauram novas formas de presença, pertencimento e reivindicação desse espaço. A luta pelo direito à cidade passa, nesse sentido, pela reconstrução simbólica e material do espaço urbano, feita a partir das margens, das dissidências e das alianças que se formam entre os que insistem

em existir com dignidade. O que está em curso é uma reconfiguração profunda das formas de se estar no mundo, uma insurgência cotidiana que, ao mesmo tempo em que denuncia exclusões históricas, afirma com força a possibilidade de futuros mais justos, diversos e habitáveis.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G.; JUVINO, L. **Ballroom**: entenda como a cultura cresceu no RN. Agência Saiba Mais: Natal, 15 set. 2024. Disponível em: <<https://saibamais.jor.br/2024/09/ballroom-entenda-como-a-cultura-cresceu-no-rn/>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BAILEY, M.M. **Butch Queens Up in Pumps**: Gender, Performance, and Ballroom Culture in Detroit. Michigan: The University Of Michigan Press, 2013.

BATISTA Correia, M. da C. (2009). A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, 13(2), 30–36. <https://doi.org/10.56732/pensarenf.v13i2.32>

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembléia. Tradução de Fernanda Siqueira Minguens. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ESTEVAM, A. L. G., & GERALDES, E. (2021). **Vogue, logo, existo**: A comunicação política-corporificada da Ballroom: The political-corporate communication of the Ballroom. *Anagrama*, 15(1), 1-13. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2021.186046>

FENSTER, T. **The Right to the Gendered City**: Different Formations of Belonging in Everyday Life. In: *Journal of Gender Studies*, London, v. 14, n. 3, p. 217–231, Nov. 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 2008 [1968]. 5ª ed. São Paulo: Centauro.

NEGRI, A. **Cinco Lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, I. **Territorialidades Queer**: Experiências Urbanas De Corpos Dissidentes Na Área Central De João Pessoa, Paraíba. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/60347>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SANTOS, H. C. **A transnacionalização da cultura dos Ballrooms**. 2018. 1 recurso online (180 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1633675>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SANZ, P.P; GIL, C.G. 2020. The Right to the City from the Perspective of Feminist Ethnography: Politicizing Emotions and Resistance in the Urban Space. In: **Revista INVI**, v. 35, n. 99, p. 1-33.

SILVA, J. A. Afinal, de onde o voguing vem?: Breves reflexões sobre a comunidade Ballroom. In: **Anais do Quinto Seminário Internacional Corpo E Processos De Criação Nas Artes Da Cena: Saberes Da África**. Anais. Natal(RN) UFRN, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/v-seminario-internacional-corpo-e-processos-de-criacao-nas-artes-da-cena-saberes-da-africa-466959/888205-AFINAL-DE-ONDE-O-VOGUING-VEM---BREVES-REFLEXOES-SOBRE-A-COMUNIDADE-BALLROOM>. Acesso em: 17/01/2025



# COREOGRAFIAS POLÍTICAS DE UMA MULHER TRANS NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Sheysa Alves Gonçalves<sup>24</sup>*

*Thiago da Silva Gabr<sup>25</sup>*

## **Resumo**

Este artigo tem como objetivo apresentar parte da trajetória política e social da primeira mulher trans eleita e reeleita vereadora no interior do estado do Rio de Janeiro, Noroeste Fluminense. Nessa linha, o trabalho pega emprestado conceitos da etnobiografia para apresentar as coreografias sociais e políticas de Kará Márcia, parlamentar da Câmara de Vereadores do município fluminense de Natividade. O material que serviu de base para este artigo são os vídeos gravados durante uma entrevista que a vereadora concedeu para a equipe do documentário TRANSbordar (Fabio A. G. de Oliveira, 2024), composta pelo autor e pelas autoras deste texto, dentre outros membros. Ao jogar os holofotes sobre Kará Márcia, esperamos que sua história ajude a combater preconceitos e a mostrar que pessoas trans podem ser o que elas quiserem. Nessa esteira, desejamos que este texto contribua para um processo educacional mais amplo em relação aos direitos de pessoas LGBTI+ e suas atuações na política institucional.

**Palavras-chave:** Kará Márcia; Pessoas trans; Política; Etnobiografia.

## **Abstract**

This article aims to present part of the political and social trajectory of the first trans woman elected and reelected as a city councilor in the Northwest region of the state of Rio de Janeiro. Drawing on concepts from ethnobiography, the article highlights the social and political choreographies of Kará Márcia, a councilor of the

---

<sup>24</sup> E-mail de contato: sheysaag@id.uff.br.

<sup>25</sup> E-mail de contato: thiagogabry@id.uff.br.

city of Natividade. The main material used for this article comes from videos recorded during an interview conducted with the councilor by the team of the documentary TRANSbordar (Oliveira, 2024), which includes the authors of this paper among other members. By shedding light on Kará Márcia's story, this article seeks to combat prejudice and demonstrate that trans individuals can be whatever they aspire to be. It also aims to contribute to the broader educational process regarding the rights and institutional political participation of LGBTIA+ people.

**Keywords:** Kará Márcia; Trans people; Politics; Ethnobiography.

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte da trajetória social e política de Kará Márcia da Silva Machado, a primeira mulher trans eleita vereadora na cidade de Natividade, interior do estado do Rio de Janeiro. Reeleita em 2024 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), seus agenciamentos se destacam pela defesa dos direitos da Pessoa Idosa, do Sistema Único de Saúde (SUS) e da população em geral. Em um território marcado por conservadorismos históricos, Kará evidencia que há múltiplos caminhos possíveis para a política.

Primeiramente, iremos nos ater à infância e juventude de Kará para, em seguida, focarmos na atuação política da parlamentar, principalmente em relação à sua campanha que, apesar de improvável, foi vencedora duas vezes. Necessário destacar que este texto apresenta somente uma pequena parte da trajetória de vida da vereadora. Isso é, este artigo não encerra toda a história de Kará, mas busca iluminar trechos de sua trajetória que nos ajude a compreender melhor todo o processo que culminou em sua eleição e reeleição.

Inspirando-se na abordagem etnográfica (Mattos, 2011) e na escrita etnobiográfica (Danaga, 2020), este texto busca compreender como se constrói a representação política de uma mulher trans negra, do interior fluminense. Como se desenha essa coreografia sociopolítica? Nessa direção, consideram-se, aqui, os atravessamentos

estruturais que marcam sua trajetória, bem como as redes de apoio e afetividade que possibilitam sua atuação institucional. Popular e carismática, Kará Márcia foi reeleita com uma campanha de poucos recursos, porém, com muita habilidade política e sensibilidade.

Ancoramo-nos, ainda, nos aportes da teoria queer (Oliveira, 2021), principalmente no que se refere à subversão das normatividades cis-heterocentradas e à afirmação de existências dissidentes como potências políticas. “Ao dar ouvidos a uma pessoa, dá-se ouvidos a muitas outras” (Danaga, 2020, p. 113). Dessa forma, a trajetória de Kará Márcia não é apenas uma biografia individual, mas uma narrativa coletiva e insurgente que tensiona o lugar do “possível” na política institucional. Entre gestos, danças e afetos, Kará Márcia expõe as dores e delícias de ser quem se é.

## **1 PERCURSO DE VIDA: ENTRE DANÇA, CUIDADO E POLÍTICA**

Os trechos das histórias que apresentamos a seguir são fruto de uma entrevista ocorrida no dia 8 (oito) de junho de 2024, um sábado, que durou toda a manhã e parte da tarde. A entrevista ocorreu no distrito de Ourânia, Natividade, terra natal de Kará Márcia. Parte da entrevista está disponível no documentário TRANSbordar (Oliveira, 2024), produzido pelo Grupo C.U.I.R. (Construindo Utopias Insurgências e Revoluções) da Universidade Federal Fluminense (UFF), e financiado pela Lei Paulo Gustavo (Edital N° 001/2023, Prefeitura de Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro), e ainda recebeu apoio do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES-UFF) e do Centro de Cidadania LGBTQ+ do Noroeste Fluminense Bia Tancredi, Miracema, o único equipamento público com enfoque na defesa dos direitos humanos da comunidade LGBTQI+ da região.

A entrevista para o documentário foi dividida em blocos (Infância, Família, Educação, Trabalho, Futuro), o que possibilitou certo direcionamento na conversa/entrevista. Porém, aqui, como foi feito durante a edição do documentário, foram selecionados apenas

alguns trechos que nos auxiliam a compreender melhor a trajetória da parlamentar municipal. Dessa forma, destacamos que o trabalho não pretende representar toda a vida de Kará Márcia, mas dar luz há alguns atravessamentos que podem ajudar a outras pessoas cisheterodiscordantes, assim como outras pessoas marginalizadas em nossa sociedade, a seguirem o caminho da representação institucional.

Inspirados pela etnobiografia, tentou-se ao máximo que a entrevista acontecesse como uma conversa descontraída. Mesmo que ela tenha sido dividida em blocos, assuntos e temas se atravessam durante um diálogo, o que não tentamos e não poderíamos controlar, mesmo que, em alguns instantes, tenha sido tentado orientar a conversa para determinados momentos e falas narrados pela entrevistada.

Logo no início do diálogo, ao lembrar sua infância, a vereadora relatou que gostava de dançar as músicas da cantora Gretchen, no bar ao lado de sua casa. No entanto, seu pai desaprovava tal atitude e a repreendia, inclusive com violência física, o que a fez chorar por um instante durante a entrevista. Em seguida, ergueu a cabeça, enxugou as lágrimas e voltou a sorrir, contando sobre como “rebolava até o chão dançando a música da Gretchen”, sendo repreendida por seu pai com uma “coça de cipó”, quando ele a via fazendo isso. A violência física contra crianças heterodesviantes, infelizmente, não é algo incomum (Brasil, 2018; Oliveira, 2018; Gabry, 2022; Depretet *al.*, 2024).

Além da violência dentro de casa, muitas crianças cisheterodiscordantes continuam sofrendo violências diversas em outros locais de convívio, deixando marcas que podem durar uma vida toda.

As crianças que colocam a cis heteronormatividade branca em dúvida são impedidas de vivenciarem plenamente essa fase de suas vidas e se deparam com discursos e atitudes próprios do mundo adulto. A sexualização precoce de seus corpos, presente nos xingamentos e apelidos e nos discursos que procuram destacar o perigo que representam para as outras

crianças, impede que suas infâncias sejam vividas plenamente. (Oliveira, 2018, p. 189)

Sobre a infância de pessoas cisheterodiscordantes, Rodrigues, Oliveira, Rocon e Roseiro (2018) pontuam que:

Crianças em dissidências não são anjos, sabem que não são, não querem ser. No não de suas existências, escapam das infâncias bem-comportadas e produzem linhas de fugas por dentro das instituições de sequestro. O deboche ronda a ação desejanste da criança em dissidência. Ela instaura, no ato, uma breve fuga à bem-organizada produção em massa da heterocisgenereidade. Compreendemos, com as escolhas epistemológicas com as quais produzimos alianças, que as instituições de sequestro, alinhadas em planos e estratégias comuns, buscam garantir, a todo custo e custe o que custar, uma forma-criança que caiba perfeitamente no dispositivo da infância e no sistema sexo/gênero em seus privilégios. Ainda que, para isso, mortes sejam anunciadas. Estas instituições de sequestro podem se materializar na família, escola, igrejas, cinema, currículos, entre outros espaços. As instituições de sequestro operam como ortopedias disciplinares que a tudo buscam endireitar. Investimentos é o que não nos falta! A obra Cronos cortou as asas de Cupido, do pintor francês Pierre Mignard, datada de 1694, já nos alertava sobre as ortopedias e os processos disciplinares. (Rodrigues; Oliveira; Rocon; Roseiro, 2019, p. 14-15)

Questionada se tinha boas memórias da infância, Kará responde que tem memórias boas e ruins. Na sequência, explica que teve que sair de casa, de Ourânia, muito cedo porque precisava trabalhar. Passou a morar na sede, Natividade, onde começou a prestar serviços variados para diversas famílias da cidade, o que a tornou *persona* bastante

popular. Foi prestando um desses serviços que um de seus patrões a viu dançando e cantando e a indicou como bailarina de uma banda popular na região, chamada Banda Álíbi. Trabalhou cerca de dez anos como integrante da banda, fazendo shows por todo o estado. Depois de deixar a banda, a vereadora passou a trabalhar como cabeleireira e também no asilo da cidade, onde até hoje é querida e sempre bem recebida.

Sobre as identidades LGBTI+, Jesus (2021) explica que:

Cada ser humano tem múltiplas formas de vivenciar sua identidade, e isso não muda para as pessoas LGBTI+: não são todas iguais, não compõem um grupo único. Orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e/ou conformação corporal não esgotam a subjetividade de uma pessoa, nem sua personalidade se restringe ao fato de ser LGBTI+, desconsiderando a intersecção de identidades sociais. (Jesus, 2021, p. 227)

Desse modo, a trajetória política e social de Kará Márcia não começa na política institucional, mas nas ruas de sua cidade, nos palcos e no asilo. Sendo que iniciou sua trajetória, de fato, enquanto pessoa pública como dançarina da banda Álíbi, um espaço simbólico de expressão corporal e performatividade que já tensionava os limites dos papéis de gênero esperados. A arte, nesse caso, é o primeiro campo de resistência — o corpo trans/travesti, em movimento, se afirmando no espaço público. Dançando para sobreviver, depois de já ter trabalhado como faz tudo e ajudante para várias famílias da cidade e, depois de sair da banda, no asilo, onde conquistou os corações dos moradores e funcionários. Sua inserção no Asilo Recanto do Bem Viver possibilitou que ela desenvolvesse relações afetivas profundas, especialmente com mulheres idosas da cidade, que viriam a ser sua principal base eleitoral. Nesse sentido, o cuidado e o afeto, como

prática política, surgem aqui como forma de reconhecimento mútuo e legitimação de sua figura pública.

## **2 CORPOS EM DISPUTA: PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL**

Ser uma travesti negra, vereadora em uma cidade do Noroeste Fluminense, é, por si só, um gesto político que desafia múltiplas camadas de exclusão. Nessa esteira, o corpo de Kará não apenas ocupa a câmara legislativa: ele reconfigura seus sentidos. Assim, sua presença subverte a imagem historicamente cis, masculina e branca associada à autoridade política. Ademais, sua postura séria e, ao mesmo tempo, descontraída a aproxima de seu eleitorado e da população de modo geral. Sobre as duas campanhas eleitorais, as coreografias sociais e políticas postas em prática por Kará foi o que mais a ajudou a se eleger e se reeleger. A vereadora, durante a entrevista, declarou: “Não recebi quase nada de ajuda financeira do partido. Minha campanha foi feita na garra, na boca a boca, com a cara e a coragem. E eu fui eleita.”

A teoria queer, conforme apontado por Judith Butler, nos ajuda a entender que o gênero é performativo, ou seja, é produzido em atos repetidos de fala, gesto, estilo, resistência e afeto. Nessa linha, a eleição de Kará performa a possibilidade de novas identidades políticas possíveis, deslocando normas e produzindo novas inteligibilidades sociais (Butler, 2003; Oliveira, 2021), rojetando possibilidades para além da cisheteronorma. Nesse sentido: “Os estudos queer desafiam os fundamentos heterossexuais das teorias vigentes, dando voz aos desejos e identidades não normativas” (Oliveira, 2021, p. 3). Desse modo, iluminar a trajetória sociopolítica de Kará Márcia serve como farol e referência para futuras pessoas trans atuando na política institucional.

Dentre algumas das falas durante a entrevista, a vereadora narrou que: “Teve gente que dizia: ‘Travesti não pode estar ali’. Mas eu estava. E eu fui reeleita. (bate no peito)”. Além disso, o uso do nome social,

da maquiagem, da voz, dos trejeitos e da performance de gênero de Kará são também disputas de legitimidade institucional. Como afirma a Cartilha de Direitos Trans (2022), travestis e transexuais têm direito à autodeterminação e ao uso do nome social em todas as esferas — e na política isso se traduz como enfrentamento à cisnormatividade, mesmo que isso muitas vezes não seja respeitado. Nessa linha: “Travesti é uma identidade feminina. Deve-se referir com pronomes femininos, como ‘ela’, respeitando o direito à identidade de gênero” (Cartilha de Direitos Trans, 2022, p. 5).

Em relação à forma como a sociedade cristã-patriarcal-capitalista trata pessoas cisheterodiscordantes, Megg Rayara de Oliveira (2023), aponta que:

A lógica seletiva defendida pelo cristianismo e pelo sistema de educação formal, orientada pelo capitalismo, determina de uma maneira bastante naturalizada e silenciosa, quais almas merecem e devem ser salvas (Oliveira, 2023, p. 158)

Sendo assim, não é incomum que pessoas trans e travestigêneres sofram violências diversas no decorrer de suas caminhadas pela vida. Porém, essa é uma realidade que vem se transformando através da luta de movimentos sociais e da eleição de diversas pessoas trans e travestigêneres para cargos políticos devidamente eleitas pelo voto popular, servindo de exemplo para outras pessoas cisheterodiscordantes. Nessa linha, Santos e Viana (2021) explicam que o modelo de representatividade político atual é de viés liberal, tendo as revoluções burguesas na Europa dos séculos XVII e XVIII grande influência no que se entende como cidadania hoje. Apesar da ideia de representatividade e democracia ser uma herança da Antiga Grécia.

A lógica jurídico-política das instituições contemporâneas possui matrizes nos projetos

liberalista e iluminista do século XVIII, repercutindo na configuração institucional do espaço público moderno. Tais correntes ideológicas resultaram numa nova concepção de Estado e novas manifestações das relações de poder, firmando limites da coisa pública e seus critérios de participação ao elevar a supremacia do indivíduo, voltada mais ao individualismo como nova forma de ver e entender o sujeito à noção de que todos nascem livres e iguais. Na visão do Liberalismo Clássico, o status social como predecessor na forma peculiar de organização das relações sociais do Antigo Regime deu lugar a um contratualismo baseado nos axiomas filosóficos do igual e do fraterno. Ocorre que a teoria política e filosófica baseada na fictícia relação contratual originária, que cunhou a concepção moderna de cidadão, aplicada às configurações sociais atuais, tornou evidente que a falsa ascensão da igualdade universal dos sujeitos permitiu que enormes desigualdades entre esses sobrevivessem. (Santos; Viana, 2021, p. 250).

Santos e Viana (2021) explicam ainda que é parte da teoria política a busca por um sistema que possa gerir conflitos de classes existentes em nossa sociedade. Porém, foi a Teoria Feminista a responsável pela análise acerca dos fenômenos políticos utilizando o gênero como método interpretativo. A partir dessa perspectiva podemos afirmar que o espaço público se mostra como campo de prática do pensamento patriarcal. Afinal, a grande maioria dos representantes políticos no Brasil são homens cis brancos cristãos heterossexuais. E, como representantes do patriarcado, lutam para manter seus privilégios intactos.

Nesse contexto, o Congresso e as Casas Legislativas Municipais do Brasil devem estar representados pela vontade popular e pela diversidade de nosso povo. Ou seja, tem que ser negro, tem que ser indígena, tem que ser mulher, tem que ser Pessoa com Deficiência, tem que ser da comunidade LGBTI+, tem que ser jovem, tem que ser velho,

e mais além. A representação de mulheres e de negros na Câmara aumentou nas últimas eleições, mas ainda está distante do percentual total da população no Brasil. A grande maioria dos indivíduos que faz parte do Congresso brasileiro são homens cis héteros cristãos e empresários do setor privado.

Assim, a presença de Kará Márcia na Câmara de Vereadores de Natividade não apenas rompe com a lógica histórica de exclusão política, mas também tensiona as estruturas do poder instituído ao reivindicar novos modos de existir, legislar e representar. Sua atuação como mulher trans negra e periférica no cenário institucional inscreve na política uma ética do cuidado, da escuta e da coletividade, forjando brechas por onde podem emergir outras corporeidades dissidentes. Ao ocupar esse espaço com sua voz, seu corpo e sua história, Kará torna visível o que muitas vezes é silenciado: que a política pode — e deve — ser feita por e para todas, todos e todes, especialmente pelas pessoas que historicamente foram deixadas à margem.

### **3 ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO: ETNOBIOGRAFIA COMO GESTO POLÍTICO**

A escrita de parte da trajetória de Kará Márcia não é uma simples biografia. Ela configura-se como um exercício etnobiográfico, no qual a narração de uma vida singular evoca e conecta uma multiplicidade de outras existências, experiências e resistências. Ao fazermos essa narrativa de Kará, se delinea, também, um panorama de vidas trans e negras que historicamente permaneceram silenciadas. Como propõe Suely Kofes (2015), citada por Danaga (2020, p. 112), essa é uma “biografia que nunca se isola em uma só vida”, mas que, ao contrário, se inscreve em uma rede de relações e insurgências.

Dessa forma, a abordagem etnobiográfica implica pensar a produção de subjetividades e a agência dos sujeitos em suas formas criativas e situadas de narrar e viver. Conforme aponta Gonçalves (2012, p. 11), a etnobiografia “recusa a separação entre discurso,

linguagem e experiência”, enfatizando o papel poético da narrativa como constitutiva do real. Assim, a história de Kará se inscreve como um texto que se faz e refaz na interação, e que, ao ser contado, transforma quem narra, quem escuta, e o próprio campo político que se quer intervir.

O conceito de etnobiografia afeta necessariamente não só o modo como contamos as histórias que os sujeitos etnográficos nos contam, mas também como contamos nossas histórias etnográficas sobre essas histórias e seus personagens-pessoas. Em outras palavras, a etnobiografia implica uma dimensão metanarrativa da etnografia, em que o lugar da agência da própria narrativa etnográfica torna-se objeto etnográfico. (Gonçalves, 2012, p. 11)

Nesse sentido, a narrativa de Kará é também uma prática política que atua diretamente sobre os regimes de visibilidade e inteligibilidade social. Como mulher trans negra, sua presença na política institucional escancara as fissuras de uma democracia excludente, reconfigurando o campo da representatividade. Como disse a própria vereadora, durante a gravação do documentário TRANSbordar: “Foi a primeira vez que alguém quis saber a minha história com respeito. E isso me dá força pra continuar.” A oralidade ali registrada não apenas informa: performa a memória e inscreve o corpo em cena.

Nessa linha, a etnografia que se debruça sobre sua trajetória não pretende buscar uma verdade única ou uma totalidade explicativa. Antes, como observa Mattos (2011), ela se alinha a uma “análise dialética e holística da cultura”, onde os sujeitos não são meros objetos da pesquisa, mas agentes ativos na produção de significados. Dessa forma, a escuta atenta e a descrição densa, nos moldes propostos por Geertz, permitem captar as nuances dos gestos, falas e performances que compõem a cena política e subjetiva de Kará.

É nesse ponto que a etnobiografia revela sua potência: ao documentar uma história de vida, amplia-se o entendimento sobre formas de resistência e de construção do comum. Como sintetiza Danaga (2020):

As biografias, pensadas no interior das produções etnográficas, ganham sentido nas conexões que revelam. O que conta nas abordagens biográficas, quando pensadas no interior das produções etnográficas, é o sentido das conexões entre as relações e os desdobramentos narrativos que despontam delas. (Danaga, 2020, p. 112)

Portanto, a trajetória de Kará Márcia ilumina o que há de mais potente na junção política e vida: a possibilidade de escrever e viver um mundo onde caibam outras formas de ser, existir e governar. Como afirma Gonçalves (2012, p. 11), “a realidade sociocultural [...] não é mais que as histórias contadas sobre isso”. Narrar a vida de Kará é, assim, mais do que descrever uma experiência, é intervir no presente com vistas a um futuro mais plural e justo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória de Kará Márcia nos convoca a pensar o poder, a representação e a política a partir de suas margens — ou melhor, a partir de quem historicamente foi empurrada para elas. Sua atuação como vereadora mostra que o cuidado, o afeto e a resistência são também estratégias políticas legítimas. Mais do que ocupar um cargo, Kará desestabiliza as bases do que se entende como política institucional e inaugura brechas para a reinvenção da democracia.

Nesse sentido, este artigo buscou mostrar que narrar a trajetória de uma mulher trans negra do interior fluminense é um ato de enfrentamento à cisnormatividade estrutural. Ao utilizar a etnobiografia como ferramenta epistemológica e metodológica, nos

alinhamos a uma escrita comprometida com o deslocamento das hierarquias do saber e com a escuta das experiências que não cabem nos moldes tradicionais da política e da ciência. Como lembra Suely Kofes (2015), uma biografia nunca está sozinha — ela carrega consigo uma coletividade de vidas que, como Kará, desafiam as estruturas da exclusão.

Por essa via, narrar Kará é também narrar uma epistemologia do cuidado, da escuta e da presença. Através de sua trajetória, vemos como a política pode ser performada com base em outras lógicas: não apenas a da racionalidade técnica e distante, mas da afetividade, da escuta radical e do compromisso cotidiano com a dignidade de vidas vulnerabilizadas. Kará não apenas legisla — ela performa um modo outro de fazer política, inscrevendo seu corpo como texto e território de resistência.

Nessa esteira, a partir dos conceitos da teoria queer, observamos que a identidade de gênero não é um dado fixo, mas uma construção performativa que se desdobra em gestos, falas e estilos. Assim, a presença de Kará Márcia na Câmara de Vereadores desafia as normas do gênero e da política ao mesmo tempo. Sua corporeidade, sua voz e seus trejeitos não são ruídos, mas potências que desestabilizam a ordem do visível e do audível no espaço público. Ela ocupa não apenas a cadeira de vereadora, mas todo o espaço simbólico que essa posição representa.

Do ponto de vista da saúde coletiva, da bioética e dos direitos humanos, a história de Kará também revela os efeitos da violência institucionalizada sobre corpos dissidentes. De modo que a sua trajetória evidencia os modos como a infância, a educação, o trabalho e o cuidado foram marcados por experiências de exclusão, mas também por alianças e afetos que permitiram a reinvenção de si. Sua eleição — e reeleição — é um dado político e epistêmico: Kará desafia a lógica meritocrática e aponta para outras formas de legitimidade.

Sendo assim, é necessário salientar que este texto não se encerra em si. Ele é parte de um movimento maior, de visibilização de corpos e trajetórias dissidentes na política institucional. A escuta da história

de Kará, mediada pelo documentário TRANSbordar e pelos registros etnográficos da entrevista, é um gesto coletivo de escrita da memória. Como ela mesma disse: “Foi a primeira vez que alguém quis saber a minha história com respeito. E isso me dá força pra continuar.” Ao ouvir Kará, ouvimos muitas. Ao escrever sobre ela, escrevemos sobre tantas outras.

Por fim, acreditamos que narrar é também disputar o futuro. Ao olhar para a trajetória de Kará, projetamos um horizonte mais justo e plural para a política brasileira. Um futuro em que ser uma mulher trans, negra e do interior não seja exceção, mas possibilidade concreta. Um futuro no qual as câmaras legislativas abriguem corpos diversos, com histórias múltiplas e insurgentes. Que este texto, então, não seja apenas um registro, mas também um convite à ação: que possamos seguir TRANSbordando as margens.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. Elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília-DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/conada/violenciacontra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 20 de abr. de 2025.

BRASIL. Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT. **Cartilha de direitos das pessoas trans**. 2. ed. revisada. Mato Grosso do Sul: Governo do Estado de MS, 2022. Disponível em: <https://www.secid.ms.gov.br/carteira-de-identificacao-por-nome-social/>. Acesso em: 3 de abr. de 2025.

DANAGA, Amanda Cristina. Sujeitos, narrativas e grafias: reflexões sobre etnobiografia e liderança. **Revista de Antropologia da UFSCAR**, n. 12, v. 2, p. 109–130, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/350>. Acesso em: 18 de abr. de 2025.

DEPRET, David; RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo; ACIOLI, Sonia; NETO, Mercedes; VELASQUE, Luciane de Souza; KNUPP, Virginia Maria Azevedo de Oliveira. Relação entre violências sofridas na infância e violência autoprovocada entre travestis e mulheres transexuais do estado do Rio de Janeiro 2019-2020. **Epidemiol. Serviço de Saúde**, v. 33 (esp.1): e: 2024337, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/qnZv9WtYkQrbb3bFgWGV8cj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de abr. de 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **LGBTfobia: conceituação e estratégias de enfrentamento**. Brasília-DF: **Secretaria Nacional de Políticas**

**de Promoção da Igualdade Racial;** Fundação Cultural Palmares, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/seppir/publicacoes/lgbtfobia\\_conceituacao-e-estrategias-de-enfrentamento.pdf](https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/seppir/publicacoes/lgbtfobia_conceituacao-e-estrategias-de-enfrentamento.pdf). Acesso em: 23 abr. 2025.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49–83. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2025.

OLIVEIRA, Kris Herik de. Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a teoria queer. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, e67637, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/f8xM5gZFZxn9yZwxZbx8Tt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de abr. de 2025.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. A COBAIA AGORA É VOCÊ! Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia-MG, v. 36, n. 1, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/69857>. Acesso em: 24 de abr. de 2025.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!. **Periódicus**, v. 1nº. 9, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/download/25762/16111/93386>. Acesso em: 20 de abr. de 2025.

POCAHY, Fernando; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. Apresentação – Corpo, gênero e sexualidade na cibercultura: modos de conhecer, práticas de sociabilidade e redes educativas. **Interfaces Científicas – Educação**, v. 8, n. 2, p. 8–15,

2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8511>. Acesso em: 14 de abr. de 2025.

RODRIGUES, Alexsandro; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; ROCON, Pablo Cardozo; ROSEIRO, Steferson Zanon. Precárias experiências em dissidências: crianças que não cabem em si. **Pro-Posições**, Campinas-SP, v. 30, e: 20180076, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/rwjsyj8Wk96gvYfykKVvw9j/?lang=pt>. Acesso em: 21 de abr. de 2025.

SANTOS, D. V. de O.; VIANA, S. P.. Por uma nova demos. A inserção da comunidade LGBTQIA+ na gênese legislativa brasileira. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7.n.1, p. 247- 268, janeiro, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/447/254>. Acesso em: 23 de abr. de 2025.

TRANSBORDAR. Diretor: Fabio Alves Gomes de Oliveira. Local: Santo Antônio de Pádua-RJ. Grupo C.U.I.R., 2024.



## MIXAGEM, CONTRADIÇÃO E RUPTURA: ARTISTAS MINEIROS/AS/ES NO PROJETO “A COISA DRAG”

Sandro Ka<sup>26</sup>

### Resumo

O artigo investiga a presença de artistas mineiros/as/es no projeto “A Coisa dRag”, desenvolvido na Escola de Belas Artes da UFMG desde 2024, com foco nas potencialidades do fenômeno da “dragificação” como problemática na arte contemporânea e na construção de identidades e subjetividades LGBTQIA+. No presente recorte, a pesquisa analisa a produção de artistas, atuantes em Minas Gerais, que desenvolvem sua produção a partir de ou em relação ao universo *drag* e seus elementos, como abordagem política, estética e discursiva em processos de criação em arte, como Adriano Basílio, Carambola, Efe Godoy, Karine Mageste e Renato Morcatti, entre outros/as/es. Toma como metodologia, a construção de um mapeamento crítico e analítico de produções de artistas e traz, como aporte teórico central, as ideias de Louro (2004), acerca dos trânsitos identitários, Bourriaud (2009), sobre a produção artística contemporânea e seus borramentos de materialidades, práticas e contextos, Butler (2003), acerca dos tensionamentos políticos no âmbito do gênero e da sexualidade e Paiva (2022), na abordagem sobre as perspectivas decoloniais e contracoloniais da produção contemporânea em Artes Visuais. Tais produções artísticas são observadas a partir da manifestação artística *drag*, prática produzida por artistas e performers — drag queens, transformistas e afins —, como um fenômeno que atravessa campos e linguagens, evidenciando binarismos, trânsitos, fronteiras e performatividade das identidades e do gênero, por meio da apropriação e transformação

---

26 Artista visual, designer e pesquisador. Doutorando e mestre em Artes Visuais (PPGAV/UFRGS), especialista em Ética e Educação em Direitos Humanos (FACED/UFRGS) e bacharel em Artes Plásticas – Desenho (IA/UFRGS). Professor de Gestão e Produção Cultural (IFRS). Em âmbito de pesquisa, possui interesse nas articulações entre Arte Contemporânea e Produção Cultural, bem como nas relações entre Arte, Política e Sexualidade.

de distintos suportes, meios e plataformas, das artes à mídia. Como visualidade e conceito, elabora-se a partir da mistura de elementos de variados contextos e significados, articulados na performance e no corpo de artistas. Por meio de um espectro vasto de manifestações, a “dragficação” produz estranhamentos, contradições e rupturas de limites e padrões estabelecidos tanto na sociedade, quanto na arte. Associada à Cultura LGBTQIA+, o elemento *drag* produz discursos sobre alteridade, pois, em suas manifestações, operam-se modos de existência que, na forma de personas e obras, assumem outros corpos, outras formas e outras vidas, como formas de problematização acerca da identidade na contemporaneidade, assim como podem ser pensadas as fronteiras difusas da produção artística na atualidade. Na perspectiva das Artes Visuais, as produções analisadas refletem mixagens de elementos que evidenciam contradições e rupturas que se irrompem em variadas performatividades e formas discursivas e visuais.

**Palavras-chave:** Arte drag; Dragficação; Cultura LGBTQIA+; Diversidade; Identidade; Artes Visuais.

### **Abstract**

This article investigates the presence of artists from Minas Gerais in the project “A Coisa dRag”, developed at the Escola de Belas Artes da UFMG since 2024, focusing on the potential of the phenomenon of “dragficação” as a problem in contemporary art and in the construction of LGBTQIA+ identities and subjectivities. In this section, the research analyzes the production of artists working in Minas Gerais who develop their production based on or in relation to the drag universe and its elements, such as political, aesthetic and discursive approaches in artistic creation processes, such as Adriano Basilio, Carambola, Efe Godoy, Karine Mageste and Renato Morcatti, among others. It uses as its methodology the construction of a critical and analytical mapping of artists’ productions and brings, as its central theoretical contribution, the ideas of Louro (2004), about identity transits, Bourriaud (2009), about contemporary

artistic production and its blurring of materialities, practices and contexts, Butler (2003), about political tensions in the scope of gender and sexuality and Paiva (2022), in the approach on the decolonial and countercolonial perspectives of contemporary production in Visual Arts. Such artistic productions are observed from the artistic manifestation of drag, a practice produced by artists and performers — drag queens, transformists and the like —, as a phenomenon that crosses fields and languages, highlighting binarisms, transits, borders and performativity of identities and gender, through the appropriation and transformation of different supports, means and platforms, from the arts to the media. As a visuality and concept, it is elaborated from the mixture of elements from varied contexts and meanings, articulated in the performance and in the bodies of artists. Through a wide spectrum of manifestations, “dragficação” produces strangeness, contradictions, and ruptures of established limits and standards in both society and art. Associated with LGBTQIA+ culture, the drag element produces discourses on otherness, since, in its manifestations, modes of existence are operated that, in the form of personas and works, assume other bodies, other forms, and other lives, as ways of problematizing identity in contemporary times, just as the diffuse boundaries of artistic production can be thought of today. From the perspective of Visual Arts, the productions analyzed reflect mixes of elements that evidence contradictions and ruptures that erupt in varied performativities and discursive forms and visual.

**Keywords:** Drag art; Dragficação; LGBTQIA+ culture; Diversity; Identity; Visual arts.

## INTRODUÇÃO

No entorno de uma praça com traços de abandono, no baixo centro da cidade de Belo Horizonte/MG, um número expressivo de pessoas em situação de rua contrasta com a monumentalidade de um conjunto arquitetônico histórico que anunciava a construção de

uma das primeiras cidades modernas planejadas do Brasil, no final do século XIX. A outrora zona promissora, crescida no entorno da antiga estação ferroviária central da capital mineira – hoje, Museu de Artes e Ofícios – mudou com o tempo. Do comércio popular efervescente, durante o dia, às incertezas de uma grande cidade, à noite, o local também esconde surpresas.

Ao entrar no mais antigo prédio daquela região, uma escadaria bifurcada chamava a atenção à magnitude do que hoje é um centro cultural. Na galeria principal, logo à esquerda, uma balaclava cravejada de miçangas e bijuterias, fazia um convite a quem entrava. Como um arauto drag, parecia preannunciar o que estava por vir. Na primeira sala, objetos e imagens apresentavam uma explosão de cores, formas e materialidades que remetiam, ao mesmo tempo, ao orgânico e à certa artificialidade industrial, elementos entre o fabricado e o natural. Uma língua em tecido, macia, transbordava no espaço. Na frente, objetos têxteis e cerâmicos, macios e pontiagudos, emulavam espécies de seres: armadilhas ao toque e ao olhar. Em diálogo, nas paredes ao redor, pinturas e desenhos de órgãos e vistas corpóreas interiores pulsavam em cores e formas, às vezes decifráveis, noutras não. Um seio-bandeira demarcava o lugar, à frente de uma mistura compacta de bonecas de plástico derretido.

Na sala adiante, figuras reconhecidas da mídia e outras estranhamente familiares, em obras em múltiplas linguagens, evocavam lembranças, reais ou fantasiosas, sobre aquilo que constituem as identidades e histórias LGBTQIA+. Em cartazes lambe, celebridades dissidentes tupiniquins, em retratos à moda da Arte Pop. Nas pinturas ao lado, embates com dinossauros e monstros em cenas casuais, quase cotidianas. Em desenhos, alguns corpos em metamorfose, outros, completamente transformados. Mais ao fundo, uma sala escura sugeriu uma atmosfera da vida noturna e suas zonas de breu. Clima de inferninho. Ali, um letreiro luminoso, com nomes divertidamente sonoros – *Coquita, Dolly, Nayla, Aysla* – fazia uma homenagem a artistas emblemáticas, baluartes da cena drag e transformista local. Ao lado, uma frenética colagem de sons e imagens

de memes, cenas de videoclipe, filmes eróticos e programas televisivos produzia um ruído de toda ordem, puxando o olhar e atenção dos visitantes. Ao fim, como se chegássemos ao ápice do percurso, um novo conjunto de obras preenchia o espaço. Um corpo estranho constituído por uma amálgama de perucas multicoloridas ludibriava o olhar. Ao lado, lenços umedecidos demaquilantes, como máscaras, traziam vestígios de uma vida *in drag*. No fundo, três “mariposas” em imponente presença, quase devocional, reprocessavam temas sensíveis à comunidade LGBTQIA+ por meio de uma materialidade gradativamente efêmera, revelando a fugacidade da vida. Uma galeria inteira drag, palco de performances e obras instigantes que apresentavam, explicitamente, formas drag de existir.

A cena descrita acima refaz um percurso de visita à exposição coletiva *A Coisa dRag*, realizada de abril a maio de 2025, no Centro Cultural UFMG, sob minha curadoria. Como desdobramento de uma pesquisa realizada na Escola de Belas Artes da UFMG, a mostra apresentou obras e proposições artísticas de 34 artistas brasileiros/as/es, de distintas gerações e percursos, em diversas linguagens artísticas, explorando o conceito de “dragificação” como abordagem curatorial, inspirada no fenômeno drag.

A arte drag – ou arte transformista – é uma modalidade artística realizada por drags queens, artistas transformistas e performers, geralmente ligada à Cultura LGBTQIA+. Caracteriza-se pela linguagem cênica que mistura e reprocessa elementos da cultura de massa, destacando a dicotomia e as provocações ligadas às identidades de gênero.

Em sua visualidade e conceito, o fazer drag elabora-se a partir da mixagem de elementos dos mais variados contextos e significados, articulados na performance e no corpo de seus/suas artistas, independentemente de seu gênero ou sexualidade, podendo manifestar-se num espectro estético tão amplo quanto desejarem. (Ka, 2024, p. 3 - 4).

No contexto da exposição, a “dragficação” entende o *drag* como um marcador na Arte Contemporânea, presente em obras que se valem do fazer *drag* como uma zona de criação ou que estão relacionadas a esse universo. Ser/estar drag representa estados de trânsitos e fronteiras (Louro, 2013), sobretudo, no que diz respeito à performatividade das identidades e do gênero, envolve a produção de mudanças, a afirmação de contradições e a quebra de limites e padrões estabelecidos na sociedade. Essas características levantam questões sobre identidades contemporâneas fluidas e construídas socialmente (Butler, 2003; Hall, 2006) e nos fazem refletir sobre exposições onde ideias se materializam e tomam posição. *A Coisa dRag* tornou-se um posicionamento político afirmativo, indo além de uma mera exposição.

A mostra reuniu obras em diversas mídias: instalação, vídeo, objeto, fotografia, performance, desenho, pintura, serigrafia, arte têxtil, cerâmica, assemblagens e artes gráficas. Foi estruturada em quatro eixos curatoriais que formaram ambientes narrativos na galeria: *Metamórficas*, exibindo obras que exploravam o *drag* através de cores, formas e materiais – estruturas elementares ao drag, partindo da premissa do devir – daquilo que o *drag* pode vir a ser; *Atravessamentos e Mixagens*, trazendo obras com referências à cultura pop, ao *camp* e ao *kitsch*, relacionados à cultura LGBTQIA+ e à construção dessas identidades; *Lusco-Fusco*, apresentando os espaços noturnos, palco da arte transformista e drag e da sociabilidade de sujeitos LGBTQIA+; e, *Elogio Drag*, convidando o público ao encontro com obras produzidas por artistas drag ou inspiradas nesse fazer artístico.

A partir da apresentação dos eixos curatoriais, tomaremos como ponto de análise, a produção de artistas naturais de Minas Gerais presentes na exposição. A partir disso, nosso interesse se centraliza na análise de obras que, por sua vez, carregam e produzem sentidos, refletindo sobre seus pontos de convergências e diálogos, entre si e o todo curatorial, como uma forma de leitura à exposição.

A produção artística contemporânea se revela na pluralidade. Instaure-se num conjunto variado de formas de criação artísticas que, por vezes, retomam fazeres mais tradicionais, em completa

ressignificação. As cerâmicas de *Adriano Basilio* (Mogi Guaçu, 1996) trazem em sua constituição, elementos de erotização e prazer. Na mostra, o artista apresenta as obras *Fase 2: roer* (2023), um irônico pote purpurinado de comida de cachorro com um ossinho escrito “your love”, e *Fase 1: armadura (paliativo)* (2023) e *Morango* (2022), que se valem da figura de um moranguinho em duas situações: erotizado, derivando um dedo em curva e outro, na forma de brilho labial, antigo produto de beleza popular. *Victor Borém* (Nova Lima, 1999) apresenta *Dama* (2023) e *Estranho Afeto* (2021), obras têxteis produzidas a partir da intenção do toque. No desejo do artista, as formas orgânicas, curvilíneas e macias, com revestimento de variadas texturas, convocam à interação. *Tolentino Ferraz* (Medina, 1989), artista conhecido por sua intensa produção em bordados, apresenta o par de obras *Torsos Trans* (2023), instaladas frente a frente, na passagem de um eixo a outro, “plaquinhas” sinalizando os gêneros feminino e masculino, na dicotomia da comunicação visual, como torsos de corpos transgêneros.

Contemporâneos na cena artística desde o final do início dos anos 2000, os artistas *Augusto Fonseca* (Belo Horizonte, 1978) e *Rodrigo Mogiz* (Belo Horizonte, 1978) apresentam obras que abordam a imagética LGBTQIA+. *Walk Like an Egyptian - Série Walk me Home* (2014), de Fonseca, faz parte de uma série relacionada à imaginária dos anos 80, trazendo a figura central da cantora e apresentadora Xuxa, ícone da televisão e da comunidade *queer*. Por outra via, Mogiz apresenta obras da série *Aqueles (In)visíveis* (2018/2021) em que se apropria de fotografias antigas de sujeitos dissidentes – com roupas que tensionam as expectativas conservadoras do gênero, em poses de “família”. Originalmente em preto e branco, o artista reconstrói as cenas por meio do bordado, com costuras e aplicação de botões e decalques coloridos. De certo modo, parece reinventar uma cena afetiva ao recriar, por meio de novas cores e linhas, outras histórias. Talvez, com finais mais felizes.

As obras de *Avilmar Maia* (Montes Claros, 1970) e Ítalo Carajá (Belo Horizonte, 2000) se aproximam no eixo *Metamórficas*. A relação

com o fenômeno drag se dá pela visualidade e pelos jogos que estabelece. Em linguagens diferentes, se aproximam por uma condição especial: a de bagunçar o olhar e as expectativas do que vemos. A *Língua da Procissão*, da Série Antivórtex (2022/2023), pintura de Maia, manchas policromáticas se espalham pelo suporte. Ora figurativas, ora abstratas, conforme o olhar assenta, um cortejo de personagens vai surgindo, evocando movimentos e embaralhamentos na tela. Já na série “*experimento 1.0*”, de Carajá, os desenhos de natureza morta em close, por meio de formas curvilíneas, revelam-se sensuais, ampliando as percepções acerca do banal. As produções dos artistas reforçam o aspecto de transformação inerentes à obra de arte. Igual ao devir drag, toda obra transborda em si mesmo, podendo carregar em si, múltiplos sentidos. No mesmo eixo, *Caio Mateus* (Ouro Preto, 1993) apresenta pinturas que representam órgãos e vísceras, como se fossem partes internas de um corpo. No tríptico *Corpo* (2023), a imagem de um fígado humano com hepatite é mutante. Ao lado, *Camila Moreira* (Formiga, 1981) apresenta *Linguagem* (2013/2024), uma estrutura em tecido acolchoado vermelho, de presença *camp* e divertida. Partes de qualquer corpo, iguais por dentro, ousados por fora.

No eixo *Lusco-fusco*, as obras de *Cavi Brandão* (Itajubá, 1997) e *Glau Glau* (Belo Horizonte, 1981) complementam a atmosfera noturna e seus ruídos. A série de pinturas de Brandão, evocando certa precariedade, apresenta um certo desgaste em contraste com elementos imagéticos relacionados ao mundo informatizado. Com visibilidade proto-tecnológica, as obras apresentam um certo desgaste em contraste com elementos imagéticos relacionados ao mundo informatizado. Como pequenos portais tridimensionais, em representações de pixels e volumes criados a partir de colagens, assemblagens e texturas de tintas, produzem objetos com visualidade intermediária, entre o analógico e o digital. Já a instalação *Delusional* (2024), de *Glau Glau*, constitui-se de uma estrutura que evidencia equipamentos como televisores, telas de computador, caixas de som, cabeamentos, fios e conectores, sem esconder sua presença. A obra assume, de certo modo, a gambiarra, como parte essencial de sua

composição. Hipnoticamente, na transposição de sons e imagens midiáticas, de desenhos animados a fragmentos de filmes pornô, alimentam a fantasia do espectador e uma experiência sensorial se estabelece. Como a noite, como a drag, tudo é ilusão e provisoriamente. Vemos o que desejamos ver.

*Efe Godoy* (Sete Lagoas, 1988) e *Karine Mageste* (Belo Horizonte, 1992) são artistas transexuais. Suas obras refletem suas vivências, assumindo a centralidade discursiva de suas poéticas, numa lógica autorreferencial. A série de desenhos em pequenos formatos *Ser flor, ser híbrida, em estado de namoro com a indefinição* (2020), de Godoy, traz imagens de seres em transformação, compostos por partes de outros seres. Os delicados desenhos em preto e branco contrastam com a aparente monstruosidade em cada quadro. Bicho, planta, coisa, em constante e delicada mutação. Seria um espelho de cada um, cada uma, de nós? Quase ao lado, as pinturas gigantes de Mageste invadem o espaço em cores. Nas imagens, autorretratos da artista, em cenas, também, docemente perturbadoras. Desenvolvidas durante o momento de transição de gênero da artista, sua figura é colocada em situações de embate e enfrentamento. Encarando um dinossauro ou o *Alien*, ou em cenas inóspitas de filmes de ficção científica ou em paisagens oníricas, lá está ela, sobrevivendo às passagens, encarando seus monstros ou vivendo suas fantasias. As obras das artistas nos lembram que existir é fantástico.

Vislumbramos também as obras de *Carambola* (Belo Horizonte, 1996), *Lili Bertas* (Belo Horizonte, 1993) e *Renato Morcatti* (Belo Horizonte, 1973), artistas que tensionam lugares de toda ordem por meio de suas personas drag. Essas personas são entidades únicas criadas pelos/as artistas em sua relação com o mundo, reverberando em seus modos de agir acerca de suas vivências enquanto drags. Esta condição transcende o lugar banal do personagem, pois as personas drag têm vida, reclamam sua existência e, por consequência, são sujeitos criadores.

Artista visual e drag queen, atuante na cena artística da cidade, em especial, na cena Ballroom, *Carambola* é a persona drag

de Iago Oliveira. Na exposição, está representada por duas obras: *Polaroids* (2025), uma coleção de fotos polaroide produzidas após cada montagem, e *Calendário Provisório* (2025), monotípias de maquiagens de rosto impressas em sensíveis lenços umedecidos. Na fragilidade dos suportes escolhidos, mora a efemeridade. Tanto os papéis fotográficos, quanto os lenços, um dia vão sumir. Ambos os trabalhos são espécies de diários e catálogos de dias, momentos e vidas, por que não? Afinal, quantas vidas cabem na diversidade da experiência drag?

*Lili Bertas*, persona drag de Eli Nunes, trouxe à exposição uma performance, personificando Jandir, figura dissidente da história belorizontina, uma das primeiras pessoas transmasculinas que a cidade teve notícia. Apelidado de “mulher-homem”, viveu como chacota, entre a curiosidade e a violência. Sem aceitar desaforo, também respondia às agressões, com pedradas e exibindo os peitos (Morando, 2024). Interessado na lembrança dessa existência, Lili traz à vida, mesmo que provisoriamente, Jandir. A figura surge em meio à exposição, com um bigode desenhado a caneta, se montando a partir de roupas e trapos, retirados de sacos de lixos. Tomando forma, percorre a exposição, interagindo, instigando, questionando o lugar e sua agente. Afrontoso, no auge da performance, Jandir está novamente no centro das atenções. Naquele momento ínfimo, ele olhou para todo mundo e o mundo olhou para ele, mesmo sem querer, uma vez mais.

Por fim, nessa lista de artistas mineiros/as/es, situamos a presença de *Renato Morcatti*. O artista tem parte do trabalho orientando pela vivência e experimentação drag, um desdobramento de *Tara Wels*, persona que se manifesta em produções em variados suportes. Na mostra, a obra de Morcatti marca todo o percurso, da balaclava na abertura, às obras instalativas da série *Mariposas* (2021).

Mas o que um conjunto de obras criadas a partir do fenômeno drag ou a esse universo relacionadas estaria fazendo numa exposição de arte? O que a drag está fazendo na galeria?

Na Arte Contemporânea não há restrição quanto aos temas e materiais, nem espaços possíveis à criação artística. O mundo pós-1960, ampliou as possibilidades criativas na arte, rompeu fronteiras

que se situam abertas e em ampla conexão até os dias de hoje. Desmaterializada, a arte não se restringe ao visível; pode ser também invisível, material ou imaterial. A liberdade processual e surgimento de novas formas artísticas também absorveram abordagens insurgentes como os debates políticos dos movimentos sociais de direitos das mulheres, LGBTQIA+ e antirracistas que emergiam no período. Desde então, tais mudanças seguem pavimentando os lugares da arte, numa aproximação cada vez mais radical entre arte e vida onde toda a produção visual, material e discursiva disponível no mundo torna-se uma espécie de caixa de ferramentas possível à criação artística (Bourriaud, 2009).

Nesse sentido, o conjunto de obras e proposições artísticas exibidos na *Coisa dRag* tem o seu lugar garantido entre os infindáveis objetos de arte. Partindo do fenômeno drag, elas evidenciam marcadores como a mixagem de elementos, a contradição em seus propósitos e as rupturas de toda ordem que, por sua vez, provocam novas reflexões. Nesse sentido, a “dragficação”, além de ser proposta como uma potente chave de leitura para compreendermos a arte contemporânea, na exposição, assume também uma posição nada neutra.

No campo das Artes Visuais, a exposição é um evento que cumpre, pelo menos, dois papéis: comunicação ativa e validação no circuito cultural. O primeiro, refere-se às características comunicacionais e de circulação. Todavia, uma comunicação difusa e ampla. Conforme Cury (2005), a exposição conecta obra e público, estimulando uma participação ativa na construção de novas sinapses e articulações de saberes, uma espécie de “síntese subjetiva” (p. 42). Carvalho (2012) expande essa visão, dizendo que a exposição não é apenas uma plataforma de comunicação: ela é um dispositivo que une obra, espaço e observador, criando uma relação espaço-temporal. Ou seja, ela transcende seu papel de mero suporte de apresentação para se estabelecer como um campo de produção simbólica, onde as escolhas curatoriais, espaciais e relacionais geram significados e subjetividades. Nesse sentido, podemos compreender a exposição

como uma plataforma de mobilização de percepções e ampliação de sentidos. No espaço físico – ou virtual – ela constrói-se como um corpus comunicacional e sensível, a partir de objetos que são dispostos seguindo um conjunto de estratégias expográficas que mobilizam a relação do espectador com um discurso, inscrito a partir de uma narrativa que se estabelece no espaço. Entretanto, toda exposição é passível de múltiplas leituras, uma vez que os modos de interação acontecem sempre no campo sensível e individual, considerando a bagagem do espectador (Ranciére, 2012).

O segundo papel, refere-se aos aspectos de validação, tanto de artistas, quanto de discursos da arte. Como estrutura do sistema das artes, um conglomerado complexo de forças e agentes que se autorregulam criando suas próprias normas, a exposição vai além de um mero evento, ela também é um espaço de poder (Bourdieu, 2008). Assim, é possível afirmar que, numa exposição, a interligação entre discurso e forma, evidenciada na relação entre curadoria e expografia (a forma como as obras são dispostas no espaço) mais os referenciais de cada espectador, nos convida a pensá-la como uma zona de estabelecimento de ideias e posições. Portanto, um campo de disputas e agenciamentos.

Na *Coisa d'Raag*, a presença mineira carrega elementos de mixagem, contradição e ruptura, manifestos em visualidades e discursos plurais. Essas características, entretanto, não são um traço específico da produção local, ao contrário, elas se inscrevem num conjunto mais amplo e potente de características da Arte Contemporânea. Estão na ironia e na sensualidade nas obras de *Adriano Basilio*, na provocação de sentidos nos objetos de *Victor Borém*; nos desenhos instigantes de *Tolentino Ferraz*. Estão na ressignificação de imagens, nas obras de *Augusto Fonseca* e *Rodrigo Mogiz*; nos estranhamentos produzidos pelas pinturas de *Avilmar Maia* e pelos desenhos de Ítalo Carajá. São incômodas quando nos fazem olhar para aquilo que nos compõem, como nas obras de *Caio Mateus* e *Camila Moreira*; ou quando nos lançam a outros lugares, como nas zonas notívagas das obras de *Cavi Brandão*. Estão na profusão de imagens e sons da vida, como nas montagens

de *Glau Glau*; nas cenas avatares da transformação, nas produções de *Efe Godoy* e *Karine Mageste* e nas tensões das obras autorreferenciais e assumidamente drags de *Carambola*, *Lili Bertas* e *Renato Morcatti*. Em conjunto, ao lado dos/as demais artistas, as obras se afirmam como um *corpus* coletivo, uma proposição narrativa.

Na urgência de discussões e confrontos sobre narrativas dominantes, assumir uma postura drag afirma a necessidade da produção e do reconhecimento de outros saberes e percursos artísticos, para além dos referenciais canônicos da História da Arte eurocentrada, masculina, cisgênera e heterossexual. Com uma posição que pode ser lida como decolonial (Paiva, 2022), a drag bagunça, confunde e produz diferentes parâmetros, novas visibilidades e, conseqüentemente, outras possibilidades de ser/estar, questionando e revisando posturas hegemônicas e excludentes que habitam, também, o mundo da arte.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURRIAUD, Nicolas. **Pós-produção**: como a arte reprograma o mundo contemporâneo. São Paulo: Martins, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Ana Maria Albani de. **A exposição como dispositivo na arte contemporânea**: as conexões entre o técnico e o simbólico. In.: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília*, Vol I, nº 2, p. 47-58, 2012.

CURY, Marília Xavier. **Exposição**: Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KA, Sandro. **A Coisa dRag**: Dissidência e subversão na arte contemporânea. Belo Horizonte: Ed. dos Autores, 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORANDO, Luiz. **Mês da Visibilidade de Pessoas Trans e Travestis**. 14 jan. 2024. Instagram: @luiz\_morando. Disponível em [https://www.instagram.com/p/C2GAD2Juk8M/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C2GAD2Juk8M/?img_index=1). Acesso em: 22 jun. 2025.

PAIVA, Alessandra Simões. **A virada decolonial na arte brasileira**. Bauru, São Paulo: Mireveja, 2022.

RANCIÉRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

